Brigada de Intervenção

Revista da Brigada de Intervenção, junho de 2012, Ano VI, Nº 8

FORÇA BLINDADA DE RODAS

Delta®
CAFÉS

50 ANOS
A DESPERTAR PORTUGAL

www.exercito.pt | info@mail.exercito.pt | brigintg9@mail.exercito.pt | Tel.: 239 821 455

Para aceder ao sítio da Brigada de Intervenção (BrigInt) via Internet, visite o portal do Exército Português (www.exercito.pt) e clique na ligação “Unidades” e de seguida clique na opção “Brigada de Intervenção”.
Morada: Brigada de Intervenção - Aquartelamento de Santana, Rua Infantaria 23, 3000-219 Coimbra.

Ficha Técnica
Diretor:
MGen José Carlos Filipe Antunes Calçada
Redação, projeto, estrutura & capa:
Cor Cav Jocelino Rodrigues
SAj Cav A. Fernandes
1Sarg Cav Luís Barbosa
Propriedade: Brigada de Intervenção
Publicação: Semestral
Distribuição: Gratuita
Impressão: 1 000 exemplares
Reprodução: Oficina de S. José
geral@oficinasaojose.pt

Colaboradores

- *General Martins Barrento*
- *Cor Cav Xavier de Sousa*
- *Cor Med Vet Carlos Gonçalves*
- *TCor Cav Paulo Marques*
- *TCor Art Luís Pereira*
- *TCor Art Victor Oliveira*
- *TCor Art Sousa Lopes*
- *Maj Cav Helder Coelho*
- *Maj Art Rui Rodrigues*
- *Maj Med Vet António João*
- *Maj Tm José Veríssimo*
- *Maj Eng Miguel Rodrigues*
- *Cap Med Vet Pedro Silva*
- *Cap Cav Alberto Pinto*
- *Cap Freitas Lopes*
- *Cap Tm Jorge Marques*
- *Cap Inf Lobão de Moura*
- *Cap Eng Manuel Mateus*
- *Cap Eng Ricardo Pereira*
- *Alf Inf Luís Calado*
- *Alf Ricardo Ferreira*
- *Alf RC Tiago Batista*
- *Alf RC Fernando Loureiro*
- *SCh Inf Leonel Monteiro*
- *SAj Inf Rafael Lopes*
- *SAj Cav Paulo Verdade*
- *SAj Tm José Gonçalves*
- *SAj Inf Francisco Pereira*
- *SAj Mat Aristides Ramalho*
- *1Sarg Cav Hugo Albuquerque*
- *1Sarg Cav Maria Pinto*
- *G3/BrigInt*
- *G9/BrigInt*
- *RC6*
- *SOIS/RI19*
- *2BI/BrigInt*
- *Laboratório de Bromatologia do Exército*

Índice

Editorial	*Pág 3*
Entrevista ao Exmo Gen Martins Barrento	*Pág 4 a 7*
Agradecimentos ao Comando	*Pág 8*
Cerimónias e Efemérides	*Pág 9 a 28*
A Participação de Portugal nas Operações de Paz	*Pág 29 a 38*
A Viragem dos EUA Para a Ásia-Pacífico	*Pág 39 e 40*
A Experiência de Comando de uma FND no Kosovo	*Pág 41 a 46*
A Experiência de um Cargo na ONU – Caso da UNIFIL	*Pág 47 a 49*
A Unidade de Engenharia 10 no Líbano	*Pág 50 e 51*
As Mulheres do "6" Voltam ao Kosovo	*Pág 52 a 54*
Forças Nacionais Destacadas	*Pág 55*
Exercícios	*Pág 56 a 66*
1º BI/BrigInt de Sabrosa para os Balcãs	*Pág 67e 68*
Uma Visão Sobre o Combate Urbano	*Pág 69 a 72*
A Digitalização da BrigInt – Parte 1	*Pág 73 a 75*
Módulos SIC-T e o C2 do Battlegroup (EUBG)	*Pág 76 e 77*
Implementação de Postos de Controlo na BrigInt	*Pág 78 a 80*
Manual Doutrinário da Brigada de Intervenção	*Pág 81 e 82*
Apoio Técnico de Segurança Alimentar no Exército	*Pág 83 a 86*
A Brigada de Intervenção e os Órgãos de Comunicação Social	*Pág 87 e 88*
Desafios do Comandante de Companhia	*Pág 89*
O Canhão MK30-2 ao Serviço da BrigInt	*Pág 90 e 91*
As Forças Armadas e a Proteção Civil	*Pág 92 a 94*
O Centro de Excelência de Combate em Áreas Edificadas	*Pág 95 a 97*
A Importância das CDM no Seio da BrigInt	*Pág 98 e 99*
CDM de Orientação Fase II (BrigInt) e Fase III (Exército)	*Pág 100 e 101*
CDM Tiro, Fase II – Brigada de Intervenção	*Pág 102 e 103*
CDM Duatlo BTT - Fase II	*Pág 104 e 105*
Tiro Prático – 1º Semestre 2012	*Pág 106 e 107*
Exercendo Cidadania	*Pág 108*

Equipa de revisão:

- *TCor Cav Manuel Lapa*
- *Maj Cav Pinto da Costa*
- *Cap Cav Fernando Cunha*
- *Cap Cav Adriano Branco*
- *Cap Cav Tiago Pires*
- *SCh Cav Manuel Cunha*
- *SCh Cav Domingos Costa*
- *SCh Cav Saqueiro da Silva*

Cavalinho®

www.cavalinho.com

A Cavalinho apoia a
Brigada de Intervenção

BOLSAS * ACESSÓRIOS DE MODA

Editorial

MGen José Carlos Filipe Antunes Calçada

Ao escrever o presente editorial e refletindo sobre a realidade da Brigada de Intervenção, destacaria os seguintes aspetos:

– Em primeiro lugar, o espírito de corpo, o profissionalismo, a proficiência e a afirmação do caráter ímpar desta Grande Unidade (GU), presentes em todas as atividades por si desenvolvidas, quer as que relevam da prestação operacional – exercícios, aprontamento de Forças Nacionais Destacadas (FND), organização, aprontamento e certificação do Batalhão de Infantaria (BI) e do Elemento de Apoio Nacional (NSE) para o *Battle Group (BG)/ EUROFOR* – quer as que resultam das tarefas de natureza "territorial", quer ainda no que aos Campeonatos Desportivos Militares diz respeito;

– Em segundo lugar, o enraizamento junto das populações das Áreas de Responsabilidade dos seus Regimentos, numa afirmação plena da missão primária do Exército e testemunho da importância com que a presença no Território Nacional desse mesmo Exército é vista por essas populações e pelos Órgãos Autárquicos que as representam. Essa ligação "umbilical" à Terra e às suas Gentes tem–se revelado extraordinária e constituído uma importante vantagem para a Brigada no cumprimento da sua missão e respetivas tarefas;

– Em terceiro lugar, o papel fulcral que a BrigInt tem vindo a desempenhar no quadro da Transformação do Exército, com a receção e operação das Viaturas Blindadas de Rodas (VBR) PANDUR II 8x8. Com efeito, este material tem vindo a proporcionar à Brigada, e consequentemente ao Exército, um verdadeiro "salto tecnológico e tático", consubstanciando a BrigInt como Força Blindada de Rodas, GU Média capaz de atuar com flexibilidade, mobilidade, proteção e poder de fogo, em todo o espetro das Operações Militares. Deste ponto de vista, a Brigada é já hoje uma realidade incontornável para o Exército, mesmo não estando ainda totalmente equipada.

– Por último, importa sublinhar que os aspetos acima referidos só se tornaram possíveis com o esforço, a dedicação, a entrega e o espírito de sacrifício de todos. Pese embora todas as dificuldades que o País e o Exército atravessam, a resposta tem sido exemplar. Por isso, como Comandante da Brigada, cumpre–me destacar a forma extraordinária como os Soldados que aqui servem proporcionaram o cumprimento de todas as missões, tarefas e atividades que a nossa Brigada foi chamada a cumprir.

"...Pese embora todas as dificuldades que o País e o Exército atravessam, a resposta tem sido exemplar. Por isso, como Comandante da Brigada, cumpre–me destacar a forma extraordinária como os Soldados que aqui servem proporcionaram o cumprimento de todas as missões, tarefas e atividades que a nossa Brigada foi chamada a

É uma Honra Comandar tais Homens e Mulheres!

MGen José Carlos Filipe Antunes Calçada

ENTREVISTA AO EXMO GENERAL MARTINS BARRENTO*
REVISTA DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO, Nº 7 2011

O Diretor da revista da Brigada de Intervenção, pelo facto de existirem alguns erros na entrevista a S. Exa o General Martins Barrento, resolveu republicar a mesma na íntegra, repondo deste modo a verdade dos factos relatados.

***RC6**: Meu General existiam na sua família antecedentes militares? O que o levou a optar pela carreira das armas? Considera que a sua opção esteja relacionada com as condicionantes sócio culturais e económicas da época?*

***GEN Martins Barrento** (GMB): Havia antecedentes. O meu avô paterno esteve na Primeira Guerra Mundial e terminou a sua vida militar como capitão. O meu pai foi oficial do Exército e terminou a sua carreira como General Diretor da Arma de Cavalaria.*

- *Quanto à carreira, nunca pensei que pudesse ser outra. Queria ser capitão de Cavalaria.*
- *Socioculturais, certamente, pois vivia no meio militar.*

***RC6**: Como vê atualmente a sua passagem pela então Escola de Guerra do Exército, a experiência lá adquirida e a formação recebida?*

***GMB**: A Escola do Exército deu-nos uma formação importante em conhecimentos e valores. Não nos preparou, porem, para a guerra que iríamos fazer. Essa aprendizagem, tirando uns conhecimentos limitados adquiridos antes das comissões e as leituras de doutrina e exemplos que logo começaram a ser difundidos, foi mais do tipo "on job training"… mas a ética, disciplina e valores que nos tinham sido transmitidos na Escola do Exercito foram importantes.*

***RC6**: Na carreira de um Oficial existem diversas fases, o quê que o marcou mais, nomeadamente nos postos de Subalterno, Capitão, Oficial Superior, Oficial General e CEME?*

***GMB**: Em subalterno, a função de instrutor como veículo de conhecimentos e meio de exercício da ação de comando, e a descoberta desse novo mundo que era a África. Como capitão, o comando de uma unidade em operações. Como oficial superior, a "missão impossível" que o Exército teve em Timor em 1974/75; o curso superior de guerra em Paris; a preparação dos quadros superiores do Exercito no Instituto de Altos Estudos Militares (com sucesso, por que não dizê-lo); e o Comando da EPC. Como Oficial General, a ação coordenadora no EME, na função de Sub-Chefe do EME e os dois anos que servi no SHAPE (Bélgica), período em que a NATO realizou a sua primeira intervenção militar com forças no terreno. Como CEME, a responsabilidade inerente a este cargo e a dedicação e valor dos nossos quadros e tropas.*

***RC6**: O meu General possui uma vasta experiência militar, no particular como recorda a sua passagem pelas campanhas do então Ultramar Português?*

***GMB**: Era uma missão difícil e incompleta, porque a componente militar, por si só, não podia resolver o conflito; mas o nosso Soldado tinha características de adaptação, desembaraço rusticidade e generosidade notáveis. Porem, como soldado e porque acabou da forma que conhecemos, é lógico perguntarmo-nos porquê e para quê aqueles sacrifícios? Mas isso ultrapassa-nos, porque somos o instrumento armado do poder político. De qualquer forma, com a missão que tínhamos, creio que cumprimos e cumprimos bem.*

***RC6**: O meu General comandou diversas unidades. Como vê o ato de comandar na sua época comparativamente com a atualidade?*

***GMB**: O Comando é, essencialmente, a capacidade de se ser obedecido. Para isso é necessária a competência e o exemplo de quem o exerce, que são dois elementos de ontem, hoje e amanhã – intemporais. Mas hoje se devido ao ambiente e evolução tecnológica os conhecimentos têm que ser mais vastos, também os subordinados são mais instruídos, tornando-se mais fácil ser-se compreendido.*

***RC6**. A aceitação do cargo de CEME foi difícil? Quais os aspetos mais marcantes desta função?*

***GMB**: Foi difícil por não ser esperada, nem desejada, e por ter acontecido quando eu era um general muito moderno (tinha sido promovido há pouco mais de seis meses).*
No exercício desse cargo houve vários aspetos muito marcantes.
A satisfação em ver a forma como as nossas Unidades em missão no exterior do Território Nacional a cumpriam e eram consideradas pelos Aliados; apesar de dispor de muitos bons colaboradores diretos, a solidão da chefia em certas ocasiões; a dificuldade, frequente, da classe política em entender a especificidade da função militar; o corporativismo dos Ramos sobrepor-se, por vezes e incompreensivelmente, á lógica e ao interesse nacional; as decisões definitivas que tive que tomar sobre as carreiras de militares, camaradas e amigos.

***RC6**: A sua visão para o Exército e Forças Armadas foi evoluindo? De forma sucinta como vê o Exército de hoje, qual seria a sua visão para o futuro?*

***GMB**: Não, porque eles são sempre um instrumento de que o poder político dispõe para realizar certos fins. Utilizando a sua capacidade para combater, ou a sua disponibilidade, disciplina, saber e meios utilizáveis para além do combate. Aquilo que tem evoluído são as formas de obtenção do potencial humano e os materiais. O Exército de hoje e do futuro é uma componente imprescindível para a nossa política de defesa e politica externa que, apesar das nossas limitações, tem que estar "up to date" em doutrina, em capacidade de combate e em moral. Se o Exército de hoje e do futuro é muito aquilo que o poder politico quer que ele seja, também está na nossa mão fazer que ele seja, com os meios que nos são atribuídos, o melhor.*

***RC6**: Guerra na 1ª pessoa, tem algum episódio marcante na sua vida militar?*

***GMB**: Era já tarde quando o Alferes foi ferido com gravidade e pedi a evacuação aérea. Numa zona menos densa da mata preparámos um espaço para a aterragem do heli, montámos a segurança possível e esperei com ansiedade que a evacuação fosse autorizada. Pelas normas da Força Aérea relativas aos dados da luz, estava-se no limite da possibilidade de a executar e a segurança do heli seria precária porque a nossa posição estava denunciada e a mata circundante era muito densa. O heli veio, fez-se a evacuação, o ferido veio a recuperar bem no hospital de Luanda e voltou para a unidade. A interajuda e a camaradagem (porque estou ciente que ela influenciou que a evacuação fosse autorizada) são belos sentimentos que existem nas Forças Armadas e são responsáveis por muitos dos perigos a que os militares se sujeitam.*

***RC6**: Enquanto CEME, como viveu a projeção e cumprimento das missões das FND, nomeadamente do Agr DELTA para o TO do Kosovo?*

***GMB**: Com preocupação, mas com confiança. Preocupação porque a projeção da força e a logística eram complexas; a situação no sector que iríamos ocupar era pouco conhecida; uma das unidades vizinhas era russa, com quem não tínhamos tradição de cooperar; e não estava esclarecido o nível de conflitos que iríamos enfrentar. Mas com confiança porque havia um empenhamento grande dos Comandos Funcionais quanto à constituição e organização do agrupamento e ao seu acompanhamento na missão; porque o Comando da Brigada acompanhara cuidadosamente a preparação; e porque o Comandante da Força me dava a garantia de, localmente, tudo ser feito para que a missão*

tivesse sucesso, como viria a acontecer. Missões como esta, ou a das nossas unidades em Timor (para não referir as que já há anos cumpríramos bem na Bósnia), são razões suficientes para nos orgulharmos de ser soldados de Portugal e, logicamente, dão uma enorme satisfação ao Comandante do Exército.

***RC6**: Recorda-se alguma história divertida, de âmbito militar, que o tivesse marcado de alguma forma particular?*

***GMB**: Quando eu era CEME, o Comandante das Forças Timorenses, Matan Ruak, veio a Portugal a convite do MDN e assistiu a um exercício de preparação de um Agrupamento para uma missão nos Balcãs que acabava com um heliassalto. Quando o MDN perguntou a Matan Ruak o que achava do exercício ele respondeu: " isto era o que os indonésios nos faziam a nós." A resposta, interessante, sincera e ingénua, lembra-nos a diferença de técnicas da guerrilha e da contra-guerrilha e diz-nos, também, como é importante na guerra conhecermos "o outro".*

***RC6**: Considera que a família influenciou as decisões que tomou ao longo da sua carreira militar?*

***GMB**: Decisões que tive que tomar, não, as relativas às funções que desempenhei que eram de foro militar; as sobre a minha carreira não existiram, porque ela foi sucedendo sem interferências da minha parte. Mas foi muito importante o apoio que sempre recebi da família nas diferentes situações e nas várias funções que desempenhei.*

***RC6**: No que diz respeito a gestão das carreiras dos militares e face a conjuntura socio-económica que vivemos. Que modelo seguir? Como motivar os Soldados de Portugal?*

***GMB**: Julgo que o modelo atualmente existente serve. Há, porém, a montante -na escola- a necessidade de ensinar "cidadania", que depois deve ser "afinada" quando da entrada nas fileiras. Se não houver amor a Portugal e aos Portugueses e " espírito de defesa", e dominar a atração por bens materiais, caminhamos para um exército de "mercenários" e, como dizia Maquiavel ao Príncipe, "eles não morrem por ti". Quanto aos profissionais, as motivações são as do próprio profissionalismo e as missões que surjam para a sua aplicação (preparação das forças para missões operacionais, missões de cooperação). Para os contratados os atrativos devem ser o de possibilidade de abraçarem o profissionalismo, as missões e a valorização que obtenham (que deve constar nos contratos) e lhes permita, na vida civil, utilizá-la.*
RC6: Qual a sua opinião sobre o associativismo nas Forças Armadas, em particular no que à AOFA diz respeito?

***GMB**: É conhecida a minha posição. Sempre fui contra, porque julgo que a hierarquia e a disciplina são essenciais na Instituição Militar para que ela possa cumprir as missões que lhe são atribuídas, e a característica única de serem Forças Armadas não é compaginável com as atitudes que por vezes as associações tomam. Admito, porém, que o pessoal já afastado das fileiras se associe para defender os seus interesses, mas nunca para falar em nome de uma instituição que já não servem. Para isso há o canal hierárquico.*

***RC6**: Para além da história militar que outros projetos abraça? Continua a participar em projetos ligados à Cavalaria e ao Exército?*

***GMB**: Leio bastante daquilo que se escreve, sou solicitado para fazer uma ou outra conferência, por vezes escrevo, estou na revista militar e na sociedade da geografia, participo na direção e na secção das ciência militares.*

***RC6**: A atual conjuntura política, social e militar mundial é diferente da sua época, numa sociedade dinâmica, materialista e desprovida dos valores e virtudes que caracterizam a instituição castrense, que conselhos daria aos quadros mais jovens do Exército para manter a chama da vocação acesa?*

***GMB**: Melhorem as suas aptidões, valorizando-as através de uma formação contínua (para alem da que curricularmente é exigida) e conservem e promovam na Instituição Militar os valores e virtudes sem os quais ela não serve o fim para que existe. Este fim é, essencialmente, através da capacidade de realizar a violência organizada,*

defender o seu País.

**Biografia do General Martins Barrento*

O General Martins Barrento fez o curso liceal no Colégio Militar e foi incorporado na Escola do Exército em 1956, onde obteve a licenciatura em Ciências Militares, Arma de Cavalaria. Exerceu funções de instrutor na Escola Prática de Cavalaria em 1961, altura em que efetuou uma comissão em Moçambique, no Comando do Pelotão de Polícia Militar e foi Adjunto do Esquadrão de Reconhecimento de Lourenço Marques. Sensivelmente dois anos mais tarde, regressou à instrução, no Regimento de Lanceiros Nº 2. Promovido em 1964 a Capitão, partiu para Angola, comandando uma Companhia de Cavalaria, sendo mais tarde Adjunto da 4ª Repartição do Quartel- General, em Luanda. Ainda como Capitão, exerceu funções de Ajudante de Campo do Comandante da Região Militar de Évora. Partiu para Timor em 1968, para comandar a Companhia de Polícia Militar 2394. Regressou de Timor para tirar o Curso de Estado-Maior no IAEM.

Foi subchefe e chefe interino do Estado-Maior da Região Militar de Tomar, Adjunto da 4ª Repartição do Estado-Maior do Exército, Chefe do Estado-Maior do CTI Timor e Professor no Instituto de Altos Estudos Militares. Tirou o Curso Superior de Guerra em Paris e continuou e exercer funções como Professor do IAEM, funções que continuou a desempenhar como Tenente Coronel, tendo sido depois nomeado Chefe da Secção de Organização da 3ª Repartição do Estado-Maior do Exército. Na Escola Prática de Cavalaria, exerceu as funções de 2° Comandante, tendo sido o seu comandante depois da promoção a coronel. Foi Chefe da 2ª Repartição do Estado-Maior do Exército. Novamente colocado no Instituto de Altos Estudos Militares, desempenhou as funções de Professor e de Chefe de Secção de Ensino de Tática, até 1993.

Após a promoção a Brigadeiro, foi nomeado Subchefe do Estado-Maior do Exército, funções que desempenhou de 14 de dezembro de 1992 a 14 de maio de 1995.

Colocado no SHAPE, desempenhou as funções de Executive Assistant Chief of Staff for NMR, de 1995 a 1997.

Desempenhou as funções de Comandante da Região Militar do Sul, de 18 de setembro de 1997 a 18 março de 1998.

Foi Chefe do Estado-Maior do Exército. de 19 de março de 1998 a 18 de março de 2001.

Tem quatro comissões no ultramar.

De realçar as suas qualidades como conferencista e escritor.

O General Martins Barrento tem um conjunto de obras publicadas, das quais se destaca "A Guerra Fantástica, 1762: Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos" e "Da Estratégia".

Exerceu as funções de Professor Catedrático Convidado no ISCSP e é Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História.

Principais medidas enquanto CEME

O General Martins Barrento veio dar continuidade ao trabalho iniciado pelo seu antecessor, o General Espírito Santo, e prosseguiu com os estudos de reorganização do Exército.

Fomentou a informação no Exército, como elemento de esclarecimento e fator de coesão e disciplina.

O capítulo da Formação foi uma das suas prioridades: defendeu a permanência de militares na direção das universidades militares; procedeu a uma revisão dos currículos da Academia Militar, e introduziu cursos superiores de Saúde na Academia Militar.

Determinou o equipamento e a preparação do primeiro batalhão com destino ao teatro de operações (TO) em Timor-Leste e do primeiro batalhão com destino ao TO do Kosovo , passando o Exército a ter o empenhamento de três unidades tipo batalhão, simultaneamente, em Operações de Apoio à Paz.

Defendeu que no teatro de operações dos Balcãs o urânio empobrecido não foi causador dos danos aos militares portugueses, como mais tarde se veio a admitir.

Gen Martins Barrento e o JE

Entre inúmeras referências feitas pelo JE ao General Martins Barrento, relevamos as seguintes: "O Conde de Lippe em Portugal", JE n°382, 1997, pp 28-31 e JE Nº 383, 1997, pp28-29; "Forças Multinacionais: A Campanha de Rossilhão", JE nº 398, 1993, pp 31-34 e 42: "Lições de conflitos recentes", JE n° 443, 1996, pp 18 -20; " Lições de conflitos recentes "JE n°443, 1996, pp 18

AGRADECIMENTOS AO COMANDO

Agradecimento pelo apoio prestado aos auditores da DGAIED e da Força Aérea
"Caro General,

A Direção Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa agradece o apoio prestado pelo Exército Português [Brigada de Intervenção] à Auditoria de Qualidade, realizada por auditores desta Direção Geral e da Força Aérea Portuguesa à empresa "Critical Softwarw", com as facilidades de alojamento oferecidas pela Brigada de Intervenção, no Quartel de Santana, em Coimbra.

O Diretor Geral, MGen Manuel de Matos Gravilha Chambel"

Agradecimentos pela oferta do livro da Brigada de Intervenção

"Acuso a receção e agradeço o livro referido em epígrafe e oferecido por V.Exª. O mesmo fará parte da bibliografia existente na nossa biblioteca escolar e representará, para além do seu valor documental e histórico, o momento de cooperação e simbiose institucional entre a Brigada de Intervenção e o Agrupamento de Escolas [de Sabrosa – Vila Real] que resultaram no cumprimento de objetivos militares e educacionais e na amizade que muito nos honra afirmar.

Vítor Manuel Gomes de Almeida, Diretor

General Chefe do Estado-Maior do Exército

"*Meu General, agradeço, reconhecido, a revista da Brigada de Intervenção N.º7 referente ao mês de dezembro 2011 "Força Blindada de Rodas" que teve a amabilidade de me enviar.*
Aproveito o ensejo para expressar a V.Exª os protestos da minha mais elevada estima e consideração,

General Artur Neves Pina Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército

Agradecimento da ANPC no âmbito do Plano LIRA

"Encarrega-me o TGen Vítor Manuel Amaral Vieira, ao abrigo do Despacho 26/CEME/2012, de transmitir o agradecimento do Comando Operacional Nacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil, à BrigInt e RC6, "Pela forma rápida, empenhada e disponível com que participaram nas ações de rescaldo e vigilância ativa pós-incêndio, no incêndio florestal que assolou a Freguesia de Tamel, S. Fins, Concelho de Barcelos, nos dias 24 e 25 do corrente mês de março"

Cor Art António Emídio da Silva Salgueiro, CEME/CFT"

CERIMÓNIAS E EFEMÉRIDES

CONCERTO DE ANO NOVO 2012

Tendo por base uma parceria entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Brigada de Intervenção, decorreu em 12 de janeiro de 2012, pelas 21h30, no Pavilhão Centro de Portugal, o já tradicional *Concerto de Ano Novo*.

Mais uma vez, a Orquestra Clássica do Centro, à qual também se associaram músicos da Brigada de Intervenção, extasiou os presentes com o seu vasto e brilhante reportório. Este evento constituiu-se como um ponto privilegiado de convívio entre a família militar e a sociedade civil num ambiente cultural de exceção.

No final do concerto, o Comandante da Brigada de Intervenção, Major-general Antunes Calçada, agradeceu a presença de todos, enalteceu a disponibilidade demonstrada pela Câmara Municipal de Coimbra, e, brilhantemente, esclareceu aos presentes a relação próxima que sempre existiu entre os exércitos e a música em proveito da paz.

CERIMÓNIA DE ENTREGA DO TROFEU "COMANDO DO EXÉRCITO" AO COMANDANTE DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO

O Salão Nobre do Comando da Brigada de Intervenção, foi palco, em 18Jan12, pelas 10H30, da Cerimónia de Entrega do Trofeu "Comando do Exército" ao Comandante da Brigada de Intervenção.

No decurso da cerimónia, após a entrega do Trofeu pelo Selecionador/Treinador mais antigo, foram também entregues, como agradecimento pelo trabalho realizado e estímulo para manter e melhorar as suas prestações, Diplomas aos Selecionadores/Treinadores das várias modalidades que integraram as competições desportivas de 2011.

O evento terminou com um pequeno discurso do Exmo Cmdt da BrigInt, agradecendo o contributo de todos para o sucesso alcançado e exortando para que a Brigada de Intervenção mantenha, no futuro, na sua posse, o glorioso Trofeu "Comando do Exército".

VISITA DE DELEGAÇÃO DO EXÉRCITO ESPANHOL À BRIGADA DE INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO VBR 8X8 PANDUR II

Uma Delegação do Exército Espanhol, constituída por 4 elementos, visitou nos dias 18 e 19 de janeiro de 2012 a Brigada de Intervenção.

A visita teve início no Comando da BrigInt pelas 15h15 do dia 18, onde a Delegação, após a sessão de boas vindas, assistiu a um brífingue detalhado sobre a Viatura VBR 8x8 PANDUR II. Após o brífingue, foi efetuada uma visita acompanhada ao Centro de Postos de Comando e à Coleção Visitável da BrigInt.

No dia 19Jan12, os visitantes foram recebidos no Regimento de Infantaria N.º 13, onde contactaram *in loco* com as viaturas PANDUR II e com todas as infraestruturas que apoiam estes veículos, designadamente, arrecadações de material, simulador PANDUR e parque de viaturas.

A Delegação pôde ainda assistir a um teste de prontidão e a uma demostração das capacidades da PANDUR no Centro de Instrução e Treino da Fraga da Almotolia.

CERIMÓNIA DE DESPEDIDA DO MAJ ART GOMES DE LEÃO

Realizou-se em 23Jan12, pelas 17H00 no salão nobre do Comando da Brigada de Intervenção, a cerimónia de despedida do Maj Art Gomes de Leão, por motivo de transferência para o RA5 em Vila Nova de Gaia.

A Cerimónia foi presidida pelo Exmo Comandante da BrigInt, Major General Antunes Calçada e contou com a Presença dos Oficiais e Sargentos que prestam serviço no Comando e Estado Maior da Brigada de Intervenção.

FINAL COORDINATION CONFERENCE (FCC) DO EXERCÍCIO PRISTINA 121

Realizou-se, em 03 de fevereiro de 2012, em Vila Real, no Regimento de Infantaria N.º 13, a *Final Coordination Conference* (FCC) do Exercício PRISTINA121.

Esta conferência foi precedida de reconhecimentos aos locais do exercício e a sessões de planeamento e preparação onde estiveram envolvidos elementos das Repartições do Estado-Maior da BrigInt, da Companhia de Transmissões da BrigInt e uma equipa, oriunda dos regimentos da BrigInt, destinada a trabalhar as MEL/MIL.

A FCC foi presidida pelo Exmo Cmdt da BrigInt e estiveram presentes, o 2ºCmdt da BrigInt, o Chefe de EM da BrigInt, representantes das Repartições do EM/ BrigInt, Comandante, 2º Comandante e Chefes das Secções do EM do RI13 e do 1BI/FND/KFOR. Marcou também presença um Oficial Superior da Inspeção Geral do

S. EXA O GENERAL CEME VISITA A BRIGADA DE INTERVENÇÃO

A Brigada de Intervenção teve a honra de receber, no dia 16Fev12, a visita de Sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior do Exército, General Pina Monteiro.

S. Exa, o General CEME foi recebido com honras militares prestadas pela Guarda de Polícia pelas 09h30, seguindo-se o tradicional cumprimento de boas vindas no Salão Nobre do aquartelamento,

Pelas 10h00, o Exmo Cmdt da BrigInt, Major-general Antunes Calçada, apresentou um briefing no Auditório do Comando, onde expôs a situação da Brigada, os trabalhos em curso, as dificuldades e os desafios a alcançar. Ao longo deste brifíngue, S. Exa o Gen CEME, foi intervindo, pedindo esclarecimentos e clarificando os presentes, designadamente sobre aspetos que se encontram na ordem do dia e que mais preocupam os militares e o Exército.

Terminado o briefing, e aproveitando a estadia em Coimbra, S. Exa o Gen CEME deslocou-se também ao Centro de Saúde Militar de Coimbra (CSMC) em visita de trabalho.

Pelas 13h00 decorreu um almoço convívio no Aquartelamento de Sant`Anna, onde, além dos militares e civis do Comando e UnAp e dos participantes na visita de trabalho, também aceitaram estar presentes os antigos comandantes da Região Militar do Centro e Brigada Ligeira de Intervenção.

Após o almoço, e para finalizar o evento, ainda houve disponibilidade para realizar uma

EXERCÍCIO PRISTINA121

Realizou-se na região de Sabrosa, distrito de Vila Real, de 22 de fevereiro a 02 de março, o Exercício PRISTINA121, integrado na fase final do aprontamento do 1º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção (1BI/BrigInt), com vista à sua integração na KFOR. O exercício teve como finalidade validar o treino da Força, de forma a garantir a sua capacidade operacional para o desempenho das diferentes missões e tarefas que lhe possam vir a ser atribuídas no âmbito da missão de Reserva Tática do Comandante da KFOR. Na sua execução estiveram envolvidos cerca de 300 militares, integrando militares do 1BI/BrigInt, do

Comando da BrigInt e da estrutura de apoio ao exercício.

Em simultâneo, o 1BI/FND/KFOR foi sujeito a uma CREVAL por parte da Inspeção Geral do Exército, nos dias 27 e 28 de fevereiro, com o objetivo de avaliar a prontidão operacional da unidade para o desempenho da missão atribuída.

O dia 29 de fevereiro constituiu-se como *Open Day*, tendo sido permitido aos OCS e a Convidados acompanhar as atividades de treino do 1BI/FND/KFOR.

CAMPEONATO DESPORTIVO MILITAR DE ORIENTAÇÃO – FASE III EXÉRCITO

O Regimento de Infantaria N.º 14, organizou, de 06 a 08 de março de 2012 na região de Viseu, o Campeonato Desportivo Militar de Orientação Fase III – Exército.

Numa 1ª etapa do Campeonato, realizada na região do Satão e constituída por duas provas individuais, uma de distância média e outra de distância longa, a Brigada de Intervenção (BrigInt), no conjunto de 3 escalões masculinos e um feminino, ficou classificada em primeiro lugar com 7 pontos.

A 2ª etapa realizou-se na região do Crasto, onde decorreu a prova "Rainha" de estafetas, tendo sido obtido pela BrigInt o 2º lugar com 11 pontos.

Com este resultado, a equipa da BrigInt obteve o primeiro lugar na competição, sagrando-se vencedora do "Troféu de Mérito Desportivo do Comando de Instrução e Doutrina".

A Cerimónia de Encerramento foi presidida pelo Exmo Comandante da BrigInt, MGen Antunes Calçada, que fez a entrega do troféu à equipa vencedora.

ASSINATURA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO PORTUGUÊS E O INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Em 28Mar12, pelas 16h00, decorreu no Salão Nobre do Comando da Brigada de Intervenção, a assinatura do Acordo de Colaboração entre o Exército Português e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, com vista a cedência de instalações para a realização de um Curso de Formação Modular de Cozinha.

O documento foi assinado pelo Exmo MGen Antunes Calçada, Cmdt da BrigInt, em representação do Exército e pela Srª Drª Helena Cristina Gomes Afonso, em representação do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

CELEBRAÇÃO PASCAL 2012 – EUCARISTIA

Em 03Abr12, solenizou-se na Capela de Santana, do Comando da Brigada de Intervenção, a Eucaristia Pascal.

A Cerimónia foi celebrada pelo Capitão Capelão José Marcelino Pereira, contando com a presença do Exmo Comandante da BrigInt Major-general Antunes Calçada e de vários Oficiais, Sargentos, Praças e Civis do Comando e Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção, assim como das UEO da Guarnição de Coimbra e da Liga dos Combatentes.

EXERCÍCIO DRAGÃO121 – MAPEX

A Brigada de Intervenção, levou a efeito, de 02 a 05 de abril de 2012 o Exercício DRAGÃO121 - MAPEX.

Este Exercício teve por objetivo desenvolver a capacidade de Planeamento da Brigada de Intervenção.

Para dar cumprimento a esta intenção, foi adotado o conceito de planeamento colaborativo entre o Estado-Maior da BrigInt e os vários encargos operacionais, daí terem estado presentes, como *augmentees*, os Comandantes desses mesmos encargos.

De referir que, estando prevista a integração do Exercício ARMAGEDDON2012 no Exercício DRAGÃO121–FTX, participou também neste Exercício de planeamento, o Oficial de Operações da Companhia Geral CIMIC.

Em termos de produto final, o presente Exercício, permitiu a elaboração do OPLAN da Brigada de Intervenção para uma operação de Apoio à Paz que terá aplicação nas fases seguintes (CPX e FTX) do exercício DRAGÃO12, a decorrerem em setembro de

TOMADA DE POSSE DO 2º COMANDANTE DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO

Numa cerimónia que decorreu na Parada dos Claustros, no Comando da Brigada de Intervenção (BrigInt), e que foi presidida pelo Exmo Major-general Comandante da Brigada de Intervenção, tomou posse no passado dia 10 de abril como 2º Comandante da BrigInt, o Coronel Tirocinado de Cavalaria Carlos Alberto Baía Afonso.

Promovido ao atual posto em 16 de maio de 2005, o Coronel Tirocinado de Cavalaria Baía Afonso desempenhou ao longo da sua carreira funções em diversas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos Militares Nacionais e da NATO, das quais se destacam as de Professor na Academia Militar, Adjunto no Departamento de Cooperação Técnico-Militar, Representante do Ministério da Defesa Nacional na

Comissão Interministerial para a Emigração e Comunidades Portuguesas no Mundo, na Direção Geral de Política de Defesa Nacional e Chefe do Gabinete de Planeamento e Programação do Instituto de Estudos Superiores Militares. Foi também 2º Comandante do Regimento de Cavalaria Nº 3 e Comandante do Regimento de Lanceiros Nº 2. Antes de assumir o presente cargo, desempenhava as funções de Inspetor-Adjunto na Inspeção Geral do Exército.

Após a cerimónia decorreu uma Apresentação de Cumprimentos na Sala de Honra.

Estiveram presentes no evento, os militares e civis do Comando e Unidade de Apoio, assim como, os Comandantes e respetivos Adjuntos de todos os Regimentos da Brigada de Intervenção.

PALESTRA "TABAGISMO"

Em 18 de abril de 2012 pelas 14H00, decorreu no auditório do Aquartelamento de Sant`Anna, a Palestra subordinada ao tema: *Tabagismo,* ministrada sob a responsabilidade do Centro de Saúde Militar de Coimbra (CSMC). Foram palestrantes, os Psicólogos, Dr. Fernando Pereira e Dr.ª Sofia Nobre e a Médica Pneumologista, Dra. Maria José. Durante as suas intervenções demonstraram os enormes malefícios do tabaco e a necessidade da adoção de hábitos saudáveis. No final da apresentação, os palestrantes disponibilizaram-se para prestar os esclarecimentos e as orientações necessárias aos Oficiais, Sargentos, Praças e Civis do Comando e Unidade de Apoio que quiseram estar presentes

REUNIÃO ANUAL DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO

Em 19 de abril de 2012, decorreu no Aquartelamento de Sant`Anna, em Coimbra, a Reunião Anual dos Oficiais de Justiça da Brigada de Intervenção. O evento contou com a presença de 8 Oficiais e 3 Sargentos, em representação de todas as Unidades da BrigInt e teve por finalidade incrementar o relacionamento entre as Secções de Justiça das Unidades e o Gabinete de Justiça do Comando, de forma a elevar os níveis de eficiência e a uniformização de procedimentos no âmbito da Justiça e Disciplina.

A reunião contou com a vasta experiencia, no âmbito da Justiça e Disciplina Militar, do Sr Maj Conceição Menezes, que embora na situação de reserva, continua atenciosamente a apoiar a Brigada de Intervenção sempre que lhe é solicitado.

O evento contou com a presença do Exmo MGen Cmdt e do Exmo CorTir 2º Cmdt da BrigInt no momento de abertura e encerramento das atividades.

ASSINATURA DE PROTOCOLO NO ÂMBITO DA "QUEIMA DAS FITAS 2012"

No seguimento de uma postura de apoio às tradições académicas que a Brigada de Intervenção mantém pelo 6º ano consecutivo, realizou-se em 02 de maio de 2012 pelas 10H00, no Salão Nobre do Aquartelamento de Sant`Anna, a assinatura do Protocolo com a Comissão Organizadora da Queima das Fitas 2012 (QF-2012), visando a cedência de espaços e meios para a realização de atividades, designadamente Baile de Gala, Chá das Cinco e Chá Dançante.

O documento foi assinado pelo Exmo MGen Antunes Calçada, Cmdt da BrigInt e pelos representantes da QF-2012, André Gonçalves,

***INITIAL PLANNING CONFERENCE* (IPC) DO EXERCÍCIO DRAGÃO12**

Concluiu-se mais uma fase do planeamento para o Exercício *DRAGÃO12*. Representantes dos encargos operacionais da Brigada de Intervenção participaram durante a manhã do dia 12Mai12 num conjunto de *briefings* em que os comandantes das Forças a empenhar (Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças pertencentes à Brigada e Companhia Geral CIMIC) apresentaram o respetivo conceito para a "operação" (*CONOPS)* a realizar durante o exercício. A tarde do mesmo dia foi reservada para levar a efeito a IPC do "DRAGÃO 12" propriamente dita. O evento, que contou também com a participação do Chefe do G7 do CFT, TCOR Amaral Lopes, foi presidido pelo Exmo 2º Cmdt da BrigInt, Cor Tir Baía Afonso e contou com a presença do Exmo Cmdt da BrigInt, MGen Antunes Calçada, na abertura dos trabalhos.

CERIMÓNIAS E EFEMÉRIDES (Unidades da BrigInt)

REGIMENTO ARTILHARIA ANTIAÉREA Nº1

No período compreendido entre 09Jan12 e 03Fev12 decorreu o curso Sistema Míssil Portátil Stinger.

No período compreendido entre 27Fev12 e 16Mar12 decorreu o curso Radares AAA.

No período compreendido entre 19 e 23Mar12 decorreu o Curso de Promoção a Sargento Ajudante, módulo Antiaérea.

Teve início em 23Abr12 o Curso de Promoção a Capitão 2012, módulo Antiaérea.

Em 22Mar12 decorreu a Via-Sacra do RAAA1 com a participação das paróquias de Queluz, Massamá e Monte – Abraão.

REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 13

No passado dia 09 de janeiro de 2012, realizou-se a cerimónia de desmobilização do Batalhão de Infantaria do *Battle Group* da União Europeia (BI/BG/ERF). Sua Excelência o General Chefe de Estado-Maior do Exército (Gen CEME), General Pina Monteiro, esteve presente neste ato que decorreu no Regimento de Infantaria Nº 13.

Integraram a comitiva, entre outros militares, o Exmo Comandante CFT, Tenente-General Amaral Vieira e o Exmo Comandante da Brigada de Intervenção, Major-general Antunes Calçada. Marcaram ainda presença os representantes das Câmaras Municipais de Vila Real e Sabrosa.

Após as cerimónias protocolares de receção e apresentação de cumprimentos pelos Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis da Unidade, e depois do almoço de confraternização, Sua Excelência o GEN CEME recebeu um *briefing* detalhado sobre o papel desempenhado pelo BI/BG/ERF. Após o *briefing,* decorreu o ponto alto do evento com a cerimónia de desmobilização das forças nacionais que integraram o *Battle Group*. Na parada "La Lys", o GEN Pina Monteiro proferiu algumas palavras de reconhecimento e confiança aos militares que integraram no último ano e meio o projeto BG.

A visita terminou com uma mostra dos meios e equipamentos utilizados no aprontamento e uma visita

DELEGAÇÃO DO EXÉRCITO ESPANHOL VISITA RI 13 NO ÂMBITO DO PROJETO DAS VBR 8X8 PANDUR II

Uma delegação de 04 Oficiais do Exército Espanhol, visitou o Regimento de Infantaria Nº 13, no dia 19 de janeiro, no âmbito do projeto das Viaturas Blindadas de Rodas PANDUR II 8x8.

Após passagem pelo Comando da Brigada de Intervenção, onde foram recebidos pelo Exmo Comandante da BrigInt, MGen Antunes Calçada, que apresentou um brífingue genérico sobre a Brigada de Intervenção e realizou uma abordagem detalhada às Viatura VBR 8x8 PANDUR II, a delegação deslocou-se à casa dos Infantes do Marão, onde pôde contactar *in loco* com as VBR PANDUR II 8x8.

Acompanhados pelo Comandante do RI13, Coronel de Infantaria João Carlos Loureiro Magalhães, observaram todas as infraestruturas do "13" relacionadas com estas viaturas, tais como, arrecadações de material, simulador PANDUR e parque de viaturas.

Assistiram a um teste de prontidão e observaram uma demonstração tática das capacidades das VBR PANDUR II 8x8, realizada pelo 1BI/BrigInt no Centro de Instrução e Treino Operacional da Fraga da Almotolia.

Do programa constou ainda uma visita à Coleção Visitável e a oferta de uma lembrança desta Unidade Vilarealense.

1º CURSO/2012 DE CHEFES E CONDUTORES VBR PANDUR

Decorreu, entre 23 de janeiro e 08 de fevereiro de 2011, no Regimento de Infantaria Nº 13, o 1º Curso de Formação de Chefe de Viatura e Condutor dos Veículos Blindados de Rodas PANDUR II 8X8.

O Curso, sob direção do Ten Inf Tiago Freitas, contou com 12 formadores e 32 formandos distribuídos pelas especialidades de Chefe de Viatura e Condutor Viatura VBR PANDUR. Os Oficiais, Sargentos e Praças que integraram o curso como formandos, tinham como UEO de origem, o CmdBrigInt, o RI 13, RI 14 e o RC6.

Cada equipa de Formadores foi constituída por 06 militares do RI 13, sendo esta Unidade a entidade de formação nacional para condutores e chefes de viatura destes modernos veículos que equipam o Exército

RI 13 VENCE CDM DE ORIENTAÇÃO FASE II – BRIGINT/2012

O Regimento de Infantaria Nº 13 participou e venceu o Campeonato Desportivo Militar de Orientação Fase II – Brigada, que decorreu durante os dias 7 e 9 de fevereiro de 2012, no RI 14, em Viseu. Estiveram em competição mais de uma centena de atletas das Unidades militares constituintes da Brigada de Intervenção.

As provas decorreram na zona de Viseu, nomeadamente em Vouzela e São Pedro do Sul.

Em termos classificativos, o RI 13 arrecadou a Taça "Mérito Desportivo BrigInt" fruto da vitória em todos os escalões masculinos, quer na prova individual quer na de estafetas. Já no escalão feminino, conquistou honrosos 2º e 3º lugares nas competições individuais e estafeta, respetivamente.

O CDM Orientação – Fase II permitiu manter e desenvolver os laços de camaradagem dos Infantes do Marão, constituindo simultaneamente a revalidação da vitória na edição do ano transato. Através do desporto, os militares do "13", demonstraram os elevados padrões de exigência, de aplicação militar e de sã competição que os caracterizam.

MILITARES DO RI 13 AUMENTAM AS SUAS QUALIFICAÇÕES

No dia 15 de fevereiro de 2012 foram entregues, no grande auditório do Regimento de Infantaria Nº 13, os certificados e os diplomas de conclusão do Ensino Secundário aos 16 militares do Regimento de Infantaria Nº 13, que concluíram com aproveitamento o 12º ano de escolaridade, no âmbito do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Foram também entregues os certificados e os diplomas de conclusão dos diversos cursos de Inglês, ministrados na Unidade durante o ano de 2011, a 13 militares.

O Exmo Comandante do Regimento, Coronel João Carlos Magalhães, felicitou, quer os militares que concluíram o nível de ensino secundário, quer os que terminaram os cursos de Inglês, exortando-os a continuar a melhorar as suas qualificações, desafiando todos a aumentarem o respetivo nível de competências.

Com esta cerimónia, o “13” mantém-se na senda da melhoria dos conhecimentos e valências dos seus militares.

A implementação e desenvolvimento do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) na Casa dos Infantes do Marão, não seria possível sem o prestimoso apoio e auxílio do Centro de Formação Profissional, demais responsáveis, coordenadores e técnicos de ensino, aos quais

JOVENS DA FUNDAÇÃO BENFICA VISITAM RI 13

No dia 22 de fevereiro, um grupo de 34 jovens da Fundação Benfica, do concelho de Mondim de Basto, acompanhados por 06 monitores, visitaram o Regimento de Infantaria N.º 13, ao abrigo do Protocolo celebrado entre aquela fundação e o Exército Português.

Revestido de uma finalidade cívica, educacional e lúdica, os jovens da Fundação Benfica tiveram oportunidade de visitar detalhadamente as instalações do RI 13, ao longo do dia.

Após a mensagem de boas-vindas dada pelo Comandante, Coronel de Infantaria João Carlos Magalhães, seguiu-se a fotografia de grupo e o hastear da Bandeira Nacional. Posteriormente, o grupo continuou a visita, conhecendo o núcleo museológico, assistindo a um pequeno filme sobre a Unidade, visitando o parque e o simulador das VBR PANDUR II 8x8 e a exposição de armamento e equipamento em uso no Exército Português.

Houve também oportunidade para assistirem a uma demonstração de técnicas de combate urbano por um pelotão de atiradores no Centro de Instrução e Treino Operacional da Fraga da Almotolia, bem como a uma demonstração de transposição de obstáculos na pista de 200 metros.

Esta iniciativa permitiu aos mais pequenos passarem um dia diferente e bastante animado, tomando conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo “13” e o empenhamento dos nossos militares no dia a dia. O dia terminou com a entrega de pequenas lembranças aos

INÍCIO DO 2º CICLO DO DIA DA DEFESA NACIONAL NO RI 13

Decorre no Regimento de Infantaria Nº 13, entre os dias 23 de fevereiro e 25 de maio de 2012, o 2º Ciclo das Jornadas do Dia de Defesa Nacional (DDN). Este dever militar previsto na lei e que substituiu o serviço militar obrigatório, consiste na sensibilização dos cidadãos que completam 18 anos relativamente ao papel das Forças Armadas.

O Regimento de Infantaria Nº 13, enquanto Centro de Divulgação Nacional, abre neste período as suas portas para os jovens do sexo masculino e feminino de todos os concelhos de Trás-os-Montes. A Unidade militar de Vila Real receberá uma média diária de 125 cidadãos, perfazendo durante os cerca de três meses de iniciativa os

7622 jovens.

O Dia inicia-se com o hastear da Bandeira Nacional, o qual se segue uma palestra sobre os órgãos de soberania portugueses, as Forças Armadas e o seu papel, quer na sociedade atual quer nas missões de apoio à paz. A ameaça terrorista fecha o painel de discussão antes do almoço. A parte da tarde fica reservada para a visita às instalações militares e ao armamento em uso no Exercito Português à qual se segue uma nova palestra sobre os Ramos das Forças Armadas, as especialidades existentes, os incentivos e o percurso militar. O dia termina com o arrear da Bandeira Nacional.

O DDN visa consciencializar os jovens sobre o papel das Forças Armadas Portuguesas, realçar a necessidade da Defesa e Segurança como pilares das sociedades democráticas, evidenciar a ameaça terrorista moderna, destacar o nobre contributo das Forças Nacionais Destacadas nos diversos teatros de guerra e ainda demonstrar os incentivos e o percurso que a carreira militar oferece. A responsabilidade de organização é da competência do Ministério da Defesa

INÍCIO DA MISSÃO DO 1º BATALHÃO DE INFANTARIA NO KOSOVO

Os militares do Regimento de Infantaria Nº13 que integram o 1º Batalhão de Infantaria (1BI) da Brigada de Intervenção chegaram ao Teatro de Operações do Kosovo, iniciando assim uma missão de seis meses nos Balcãs desempenhando as funções de reserva tática da NATO nesse território.

A materialização do início da missão dos militares do 1BI ocorreu no passado dia 25 de março de 2012, com a realização da Cerimónia de Transferência de Autoridade Portuguesa, no Campo SLIM LINES, em Pristina, local onde estão aquartelados os militares portugueses.

A Cerimónia, que consistiu na entrega da Bandeira Nacional ao Comandante do 1BI, Tenente-Coronel de Infantaria José Santos Sá, perante a formatura geral de todos os militares portugueses, foi presidida pelo Comandante da KFOR (COMKFOR), o Major-general Erhard Drews, do Exército Alemão, e contou com a presença do Comandante da Brigada de Intervenção, Major-general Antunes Calçada.

A Cerimónia terminou com o desfile das forças em parada e foi presenciada por diversas entidades militares e civis, representantes das diversas nações presentes no Teatro de Operações do

COMEMORAÇÕES DO DIA DO REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 13

O Regimento de Infantaria Nº 13 comemorou o Dia da Unidade em 12 de abril de 2012. No âmbito das comemorações realizaram-se um conjunto de iniciativas durante duas semanas, que visaram abrir as portas do RI 13 à sociedade civil do concelho, demonstrando as atividades desenvolvidas pelo Regimento.

O Dia festivo iniciou com a Alvorada Festiva e o Içar da Bandeira Nacional. Seguiu-se o apoio à Cerimónia Comemorativa do 94º aniversário da Batalha de "La Lys" realizada pelo Núcleo da Liga dos Combatentes de Vila Real, com o empenhamento de uma Secção de Guarda de Honra na Igreja dos Clérigos durante a missa em sufrágio aos combatentes falecidos e de um Pelotão de Guarda de Honra, no ato de colocação de uma coroa de flores no Monumento a Carvalho Araújo.

O ponto alto das comemorações decorreu com a Cerimónia Militar presidida pelo Exmo Major-general Antunes Calçada, Comandante da Brigada de Intervenção.

O Programa da Cerimónia Militar compreendeu a Guarda de Honra à Alta Entidade que presidiu ao evento, a Homenagem aos Mortos e o cerimonial na Parada "La Lys", que incluiu a apresentação das Forças em Parada à AE, a integração do Estandarte Nacional na Formatura Geral, a alocução pelo Comandante da Unidade, a alocução do Exmo Comandante da BrigInt, a imposição de condecorações, o desfile das Forças em Parada e uma demonstração do 1ºBatalhão de Infantaria. No final realizou-se o tradicional almoço de Confraternização no Pavilhão Gimnodesportivo.

De referir que entre os dias 12 e 18 de abril, decorreu uma Exposição Permanente no Centro Comercial Dolce Vita Douro e esteve disponível para utilização do público a Torre Multiatividades (nas modalidades rapel e escalada).

Durante a semana de 16 a 19 de abril, no âmbito da iniciativa "Portas Abertas", as escolas do concelho realizaram uma visita à Unidade vilarealense.

Com este conjunto de iniciativas pretendeu-se recordar, evocar e exaltar a ação e História dos Infantes do Marão, procurando manter viva a história e tradição

REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14

O Regimento de Infantaria 14 comemorou no dia 19 de março o seu dia da Unidade. Neste dia tão especial para os Militares e Civis que servem no "14", foi uma honra e um privilégio receber na casa dos "Viriatos" Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal, Dr. Pedro Passos Coelho, que presidiu às cerimónias.

Do programa, constaram os seguintes eventos:

- Içar da Bandeira Nacional;
- Alvorada festiva junto à Câmara Municipal de Viseu, pela Fanfarra da Brigada de Intervenção, seguida do tradicional desfile de uma Companhia, pelas principais artérias de Viseu, até à Cava de Viriato;
- Cerimónia de Homenagem a Viriato, na Cava de Viriato;
- Guarda de Honra a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, na Avenida do Regimento de Infantaria 14;
- Cerimónia de Homenagem aos Mortos, realizada junto ao monumento existente no interior do Regimento;
- Cerimónia Militar, com imposição das insígnias de Membro Honorário da Ordem Militar de Avis, no Estandarte Nacional Regimental;
- Assinatura do Livro de Honra;
- Visita à exposição de viaturas, material e equipamento e às instalações do 2º Batalhão de Infantaria;
- Almoço de convívio.

Durante a Cerimónia Militar, Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal, Doutor Pedro Passos Coelho, impôs as insígnias de Membro Honorário da Ordem Militar de Avis no Estandarte Nacional do Regimento de Infantaria Nº14. A condecoração foi atribuída por alvará de 22 de fevereiro de Sua Excelência o Presidente da República, por proposta do Primeiro-Ministro e teve por base a verificação da prática continuada de atos e serviços altamente meritórios, relevantes e distintos, alguns em campanha com risco de vida, reconhecidos por entidades nacionais e internacionais e que contribuíram de modo muito significativo para o prestígio das Forças Armadas e do País, por feitos de heroísmo militar e cívico.

O "25 DE ABRIL" NO REGIMENTO DE INFANTARIA 14

No dia 25 de abril teve lugar no Regimento de Infantaria 14, a Sessão Extraordinária Comemorativa do XXXVIII Aniversário do "25 de ABRIL".

Esta atividade, levada a efeito pela Assembleia Municipal de Viseu, tem assumido um caráter itinerante, tendo vindo a ser realizada em diferentes instalações de órgãos/ instituições da região. No corrente ano foi proposta a realização nas instalações do RI14, tendo, para o efeito, merecido a aprovação do escalão Superior.

A Sessão solene teve como ordem de trabalhos as intervenções do Presidente da Assembleia Municipal e dos partidos políticos nela representados e culminou com uma intervenção do Comandante do RI14 que teve como tema "O REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 14 DE ABRIL DE 74 À ATUALIDADE"

Após a Sessão solene seguiu-se um almoço de convívio que foi servido no rancho geral da Unidade.

REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 19

DIA DO REGIMENTO DE INFANTARIA Nº 19

O Regimento de Infantaria Nº 19 comemorou mais um aniversário, assim, assegurando uma interação entre a Unidade e a comunidade onde este se insere, o RI19 levou a cabo, no período de 17 a 23 de março de 2012 um conjunto de atividades militares, desportivas e culturais no âmbito das comemorações do Dia da Unidade (25 de março é o dia oficialmente considerado, data que evoca a retomada de Chaves aos franceses em 1809, pelas tropas do General Silveira durante a Guerra Peninsular).

As atividades tiveram início na manhã de 17 de março com realização de uma Pista Aventura, no Jardim do Tabulado, destinada aos alunos das escolas secundárias da cidade, onde estes tiveram a oportunidade de experimentar orientação, tiro ao arco e passagem de obstáculos, entre diversas outras atividades. No final, a entrega dos diplomas de participação foi realizada através do Gabinete de Atendimento ao Publico (GAP) de Chaves do Centro de Recrutamento de Vila Real, tendo sido aproveitado o momento para realizar uma ação de divulgação.

No dia 18 de março foi realizado o Iº Cross *Country BTT* do RI19, com Apoio do BTT Clube de Chaves, onde cerca de 30 atletas, civis e militares, percorreram as instalações da Unidade e do Forte de S. Neutel, tendo sido amplamente elogiadas as condições da Unidade, em especial das áreas de instrução, para apoio a este tipo de modalidade.

Nos dias 20 e 21 de março em colaboração com as Escolas do Ensino Básico do Concelho e com a Câmara Municipal de Chaves, inserido no Dia Internacional da Floresta/ Dia da Árvore, 1126 crianças visitaram o Quartel, realizando uma Pista Ambiental, com o objetivo de sensibilizar as crianças para a importância da Árvore na redução da nossa "Pegada de Carbono" e para a qual também contribuem a redução do consumo da água e da energia, a recolha seletiva de lixo, a prevenção de incêndios florestais e a compostagem dos resíduos orgânicos.

Ainda no dia 21, à noite, foi oferecido à população flaviense um concerto pela Banda Militar do Porto.

As comemorações culminaram no dia 23 de março, com a realização de uma sessão solene no Regimento, com a presença do Exmo Major-general Comandante da Brigada de Intervenção, que presidiu à Cerimónia. Após a imposição de condecorações seguiu-se uma Palestra, proferida pelo Prof. Dr. Jorge Valadares, subordinada ao tema "O Regimento de Infantaria Nº 19 e a Cidade de Chaves".

TOMADA DE POSSE 2CMDT

No dia 23 de abril de 2012 teve lugar a cerimónia de tomada de posse do Tenente-coronel de Infantaria João Luís Rodrigues Leal, como segundo Comandante do Regimento de Infantaria Nº 19. A cerimónia foi realizada em parada e presidida pelo Exmo Comandante do Regimento de Infantaria Nº 19 Coronel José Artur Lima Castanha.

REGIMENTO DE ENGENHARIA Nº 3

CERIMÓNIA DE ENTREGA DO ESTANDARTE NACIONAL DA UNENG10

No dia 10 de fevereiro, realizou-se no RE3 a cerimónia de entrega do Estandarte Nacional da UnEng10/ FND/UNIFIL.

A cerimónia foi presidida pelo Exmo MGen Antunes Calçada, que no seu discurso congratulou os militares da UnEng10, por terem regressado ao TN com o sentido de missão cumprida e enalteceu os valores que o Estandarte Nacional representa para todos os Portugueses em geral e militares em particular.

VISITA DE TRABALHO DO EXMO DHAE TGEN MAIA DE MASCARENHAS

O Diretor Honorário da Arma de Engenharia, TGen António José Maia de Mascarenhas, visitou o RE3 em 07 de março de 2012.

Do programa constou uma receção e apresentação de cumprimentos pelos Oficiais, Sargentos, Praças e Civis do Regimento, tendo-se seguido uma reunião de trabalho com o Exmo Comandante do RE3. No fim da visita, o Exmo TGen Mascarenhas procedeu à assinatura do livro de honra.

CRISMA DE MILITARES DO RE3

No dia 14 de março de 2012 o RE3 teve a honra de receber sua Exa Reverendíssima D. Januário Torgal Ferreira, Bispo das Forças Armadas e de Segurança, que se deslocou a este Regimento para presidir à

cerimónia do Sacramento do Crisma de militares desta Unidade.

Esta cerimónia contou com a presença do Exmo Cmdt da Brigada de Intervenção, MGen Antunes Calçada.

CONCERTO PELA BANDA MILITAR DO PORTO

Em 03 de maio de 2012, a Banda Militar do Porto deu um concerto na Sala Tempus no Centro Multimeios de Espinho. Este concerto, inserido nas Comemorações do 36º Aniversário do RE3, decorreu com grande brilhantismo e contou com a presença de militares do Regimento e foi aberto aos cidadãos da cidade de Espinho.

CERIMÓNIA DO DIA DA UNIDADE DO RE3

No dia 04 de maio de 2012, o Regimento de Engenharia Nº 3 celebrou o seu Dia da Unidade. A cerimónia militar, presidida pelo Diretor Honorário da Arma de Engenharia, TGen António José Maia de Mascarenhas, decorreu na Cidade de Espinho, cidade à qual o Regimento está ligado desde há 36 anos.

REGIMENTO DE CAVALARIA Nº 6

CICLO DE PALESTRAS - PREVENÇÃO E COMBATE À DROGA E ALCOOLISMO

De 12 a 16Mar12, realizaram-se no RC6 um ciclo de palestras no âmbito da Prevenção e Combate à Droga e Alcoolismo.

PARTICIPAÇÃO NA CERIMÓNIA EUCARÍSTICA DO 50.º ANIVERSÁRIO DO INÍCIO DA GUERRA DO ULTRAMAR

Em 17Mar12, o RC6 participou na Cerimónia Eucarística do 50º Aniversário do Início da Guerra do Ultramar em Fafe com uma Força de efetivo Secção (-) a fim de prestar Guarda de Honra ao Altar, durante a celebração da missa e na Cerimónia aos Mortos em Combate.

PROCISSÃO DO SENHOR DOS PASSOS

Em 18Mar12 o RC6 participou na Procissão em Honra do Senhor dos Passos, com uma Força de efetivo Secção (-) (01 Sargento e 06 Praças), a fim de prestar Guarda de Honra ao Pálio, no decurso da procissão.

XIII ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE VETERANOS DE GUERRA

Em 25Mar12, o RC6 participou na Cerimónia da Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra (APVG) no Santuário do Sameiro, com uma Força de efetivo Secção (-), a fim de prestar Guarda de Honra ao Altar, durante a celebração da missa, no âmbito da comemoração do seu XIII aniversário.

PROCISSÃO DO ENTERRO DO SENHOR

Em 06Abr12, o RC6 participou na Procissão do Enterro do Senhor com uma Força de efetivo Secção (-) (01 Sargento e 07 Praças) a fim de prestar Guarda de Honra ao Pálio, no decurso da procissão.

DIA NACIONAL DO COMBATENTE E DA BATALHA DE LA LYS

Em 11Abr12, o RC6 participou nas cerimónias do Dia Nacional do Combatente e da Batalha de La Lys, promovidas pelo Núcleo Regional de Braga da Liga dos Combatentes, com uma força de efetivo Secção (-) (01 Sargento e 07 Praças) e 01 Clarim, a fim de prestar Guarda de Honra ao Altar-Mor durante a celebração da missa na Igreja Matriz de Vila Verde.

CERIMÓNIA DE ENTREGA DO ESTANDARTE NACIONAL À BRIGINT

O GAM/FND/KFOR regressou ao território Nacional vindo do Teatro de Operações do Kosovo após ter cumprido a missão de reserva tática do Comandante da KFOR;

Durante a sua permanência no Kosovo, o GAM/FND/KFOR teve à sua guarda o Estandarte Nacional, que com o fim da missão deverá ser entregue ao Comando da BrigInt. Para o efeito, realizou-se em 13Abr12 na cidade de Braga a Cerimónia de Entrega do Estandarte Nacional.

O evento foi presidido pelo Exmo MGen Comandante da Brigada de Intervenção (BrigInt), MGen José Carlos Filipe Antunes Calçada.

PARTICIPAÇÃO NA PROCISSÃO DO SENHOR DO MONTE

Em 15Abr12, o RC6 participou na Procissão do Senhor do Monte da Freguesia de Santa Lucrécia do Louro, Barcelos, com uma Força de efetivo Secção (-) (01 Oficial e 07 Praças) que prestou Guarda de Honra ao Andor de Santo Ovídeo no decurso da procissão.

VISITAS À UNIDADE

No período em apreço, o RC6 recebeu a visita de num total de 828 crianças e 75 adultos oriundos de diversos estabelecimentos de ensino, creches e jardins de infância.

Visita do Exmo Comandante da BrigInt

No âmbito das visitas às diferentes Unidades da Brigada de Intervenção (BrigInt), e com o objetivo de se inteirar das atividades desenvolvidas pelo RC6, o Exmo MGen José Carlos Filipe Antunes Calçada, visitou o Regimento no dia 02Fev12.

FNAC *Lan Party*

Realizou-se de 04 a 06 de maio de 2012 a FNAC *Lan Party,* evento pioneiro no Exército, que contou com a presença de cerca de 200 jogadores numa atividade "*non stop"* organizada pela FNAC-Braga em parceira com o Regimento de Cavalaria Nº 6.

Corridas Mensais

Desde o início do ano realizaram-se 5 corridas mensais do Regimento, abertas à população civil, de destacar a corrida de abril onde com a associação dos Soldados do "6" à causa da LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO.

BRAGA *YOUTH RUGBY CUP 2012*

De entre os vários apoios e coorganizações que o Regimento tem desenvolvido destaque para a *Braga Youth Rugby Cup 2012*, evento que contou com cerca de 400 atletas, menores de 16 anos e que se realizou nos campos da Rodovia, nos dias 21 e 22 de abril.

Organizações Desportivas

Em 14 de janeiro de 2012 realizou-se no RC6 o campeonato Regional de Corta Mato da Associação de Atletismo de Braga AAB; em 25 de março acolhemos o campeonato Nacional de Corta Mato organizado pelo INATEL; Em 12 de fevereiro de 2012 apoiamos a organização e participamos na 1ª Corrida Solidária da "ACRESCENTAR".

A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NAS OPERAÇÕES DE PAZ:
QUE CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA NACIONAL?

Enquadramento geral

Ao refletirmos sobre esta temática, surge-nos à memória que a humanidade anda, há muito, à procura de um bem supremo: a "Paz". Quando, em 25 de abril de 1945, em S. Francisco, na Califórnia, 51 países se reuniram para constituírem a Organização das Nações Unidas (ONU), assumia-se o fracasso da Sociedade das Nações, que tinha sido instituída em janeiro de 1919 e que colapsou em 1942. Naquele dia, na Califórnia, procurava-se encontrar a melhor forma de eliminar as causas da guerra e de garantir a paz para todo o sempre. Enquanto se procurava atingir essa utopia, a mesma era desmentida, pois a União Soviética concentrava as suas forças junto a Berlim e os EUA ainda continuavam em guerra com o Japão, tudo isso num prenúncio dos desafios que a Organização das Nações Unidas, viria a enfrentar ao longo da vida. As intenções dessa Organização foram, então, vertidas num documento de conhecimento obrigatório para toda a humanidade: a Carta das Nações Unidas. Nela vem expresso que a humanidade se mobilizaria e conjugaria esforços sempre que fosse necessário auxiliar um país que necessitasse e que estivesse sujeito a qualquer ameaça. Afirma-se, ainda, que qualquer governo abdicará das suas pretensões contrárias à paz e à segurança mundial. Na verdade, essas afirmações traduzem uma "branca candura"!

Apesar das intensões que estiveram subjacentes àquela Carta, o Mundo tem pugnado por continuar através da "floresta cerrada" de violência continua, muito ao jeito dos ventos soprados pelos interesses. É que as relações internacionais continuam a reger-se por interesses nacionais mais do que pelos interesses comuns. Como tinha razão Churchill ao afirmar que "Uma Nação não tem inimigos permanentes, nem amigos permanentes, mas só interesses permanentes". O filme que se tem desenrolado ao longo dos tempos e que tem contado a história da humanidade, tem corroborado o sentimento que surge do digerir daquela frase. Através dele, temos assistido: à implosão de estruturas carcomidas e do pretérito; à emergência de grupos e grupelhos identificados com passados ou ideais de violência, utilizando, no seu radicalismo, um terrorismo epifenomenal; à dificuldade em se conseguir transferências pacíficas do poder; à contínua cobiça de recursos escassos; aos alinhamentos étnicos, religiosos e políticos; aos problemas ambientais - hoje em dia, porventura, dos mais importantes. Todos estes trechos e cada um deles, têm feito ressaltar quanto mais fácil é fazer a guerra do que se garantir a paz. E é, precisamente, no esforço para se promover a paz que a ONU tem surgido, com todo o seu mérito mas, também, denotando algumas fragilidades. Na procura daquele desiderato, a ONU tem-se confrontado com um dos seus paradoxos: São as operações que procuram a paz, que se executam no seio dos Estados ou entre Estados, sob a égide da ONU, que têm trazido as maiores dificuldades a essa Organização, mas também têm permitido que ela se sobreponha como a única legitimadora das mesmas e, como tal, renasça nelas.

Outros dois construtores da paz

Mas nem só a ONU tem pugnado pela paz do mundo. Também mal seria se assim fosse. Para além dela, existe uma miríade de outras Organizações e Instituições que têm devotado o seu esforço à construção da paz. Umas mais do que outras, é verdade, mas todas elas tendo o seu papel e lugar nesse plano. Uma delas tem sido a NATO.

A NATO teve a sua origem no tratado de Bruxelas, firmado em março de 1948, pelo Reino Unido, Bélgica, França, Luxemburgo e Holanda. Nesse tratado, no seu artigo IV, afirmava-se que o ataque a uns dos países signatários implicaria a solidariedade pragmática de todos os seus parceiros, em obediência ao artigo 51 da carta das NU, no qual se defende o direito à autodefesa coletiva ou individual. Em 1949, àqueles seis países juntam-se os EUA, o Canadá, a Dinamarca, a Islândia, a Itália, a Noruega e Portugal, assinando o tratado de Washington que deu origem, então, à NATO. Nesse tratado, logo no seu preâmbulo, faz-se referência ao conteúdo do artigo 51 da carta das NU e, no seu Artº 3º, refere-se que os Estados

signatários se comprometem a desenvolver as suas capacidades para garantir os objetivos do tratado. Já no seu Artº 4º está referido que esses Estados se comprometem a se consultarem, quando a integralidade territorial, a independência e a segurança de um deles estiver ameaçada. No Artº 5º os signatários acordam que um ataque a um deles deverá ser considerada como um ataque a todos e, ao abrigo, novamente, do artigo 51 da Carta das NU, todos se comprometem a restaurar e manter a segurança na área sob a proteção da NATO, mesmo que para tal seja necessário o recurso à força. Esse artigo foi, pela 1ª vez, evocado na sequência dos funestos acontecimentos do 11 de setembro de 2001.

Até 1989, a NATO estava centrada numa guerra entre Blocos. Após a desagregação do império soviético, havia quem anunciasse a necessidade da Organização procurar um inimigo de substituição para a sua sobrevivência, insinuando que a mesma já não era necessária. Mas em 1994 a NATO foi solicitada, pela ONU, a intervir no espaço Jugoslavo, através de ataques aéreos, e em 1995 envia tropas para a Bósnia. Já depois da Bósnia, a NATO ainda esteve presente no Kosovo, no Iraque e no Afeganistão e na Líbia, numa afirmação inequívoca da sua importância, num quadro de "fazedor da paz", mais do que "fazedor da guerra".

Uma outra Organização Internacional que tem tido expressão nas operações de apoio à paz é a União Europeia. Em 04 de dezembro de 1998, em Saint-Malo, um porto de mar francês, numa cimeira de rotina entre o presidente francês, Jacques Chirac, e o primeiro-ministro Inglês, Tony Blair, nasceu algo, que viria a ser conhecido pela Política de Segurança e Defesa Europeia, denominada, após a implementação do Tratado de Lisboa, por Política Comum de Segurança e Defesa, desta feita fazendo parte da Política Externa e de Segurança Comum. Na declaração de St Malo, afirmava-se, sem hostilizar a NATO, que a UE deveria desenvolver capacidades para atuar de forma autónoma, sustentada em forças militares credíveis, com meios que permitissem ser usados onde e quando se quisessem, de forma a se poder responder a crises internacionais. Esta iniciativa não foi bem vista, logo de início, pelos EUA, que receavam que dela surtissem efeitos nefastos para a NATO. Mas também não o foi por alguns países da Europa, que consideravam existir o perigo, com o formular da mesma, dos EUA perderem o interesse nos problemas de segurança da Europa. Na altura, a Secretária de Estado americana Madeleine K. Albright, num artigo publicado em 07 de dezembro de 1998, no *Finantial Time*, afirmava que a forma como os europeus deveriam olhar a sua política externa e de segurança cooperativa, deveria evitar aquilo a que ela chamava os 3 D: a **dissociação** do vínculo transatlântico, a **duplicação** de meios que já existiam na NATO e a **discriminação** de países europeus que, pertencendo à NATO não pertenciam à UE. Em contraste, o Secretário-geral da NATO, Lord George Robertson, percebendo que a NATO tinha mais a ganhar do que em hostilizar a iniciativa europeia, em 15 de novembro de 1999, num discurso, afirmava que via a iniciativa europeia, sobre uma perspetiva que poderia ser designada pelos 3 I: o **Incremento** das capacidades europeias, a **inclusão** na iniciativa dos países não pertencentes à UE mas sim à NATO e a **indivisibilidade** do elo transatlântico. Já em 1994, a Aliança se tinha comprometido a apoiar o desenvolvimento de um pilar europeu, conhecido por a Identidade Europeia de Segurança e Defesa, havendo, a partir daí, acordos que permitiam à UE utilizar meios e capacidades NATO, nas suas operações de resposta a crises. Em dezembro de 2002, a NATO e a UE assumem uma declaração onde, basicamente, se reconhece o papel de cada uma delas e a necessidade de ambas cooperarem, na salvaguarda do respeito mútuo. Nessa mesma data, foi assinado um acordo, conhecido por Acordo *Berlim Plus*, que, em parte, reiterava o referido no pretérito Acordo de Berlim, assinado por ambas as partes (NATO e UE), e no qual a NATO disponibilizava capacidades, Estado-maior e Meios para a UE os poder utilizar, nas suas operações de gestão de crises.

Declaração de St Malot

A partir daí tem havido cooperação entre as duas organizações, apesar da mesma nem sempre ser transparente. Assim, a primeira missão que a UE executou no âmbito da sua Politica de Segurança e Defesa, foi, em 2003, a EU *Police Mission* (EUPM), na BiH. A primeira missão militar da UE, no âmbito daquela sua política, foi a Operação Concórdia, na Republica da Macedónia, lançada em 2004. Em julho de 2004, em substituição da missão NATO denominada SFOR, a UE lança a Operação Althea, na BiH. Tanto a operação Althea como a operação Concórdia foram conduzidas com meios da NATO. Ainda nos Balcãs, mais recentemente, a UE conduz desde

2009, no Kosovo, a Missão de União Europeia para a Lei e Ordem no Kosovo (EULEX).

A primeira operação da UE conduzida fora da Europa e sem meios da NATO foi a operação Artemis, iniciada, em 2003, na República Democrática do Congo. A UE ainda esteve presente, na Georgia (EUJUST Themis – julho de 2004); no Iraque (EUJUST Lex – julho de 2005); no Darfur (AMIS II – julho 2005); na Indonésia (AMM – setembro 2005); na fronteira entre a Moldova e a Ucrânia (EUBAM Moldova/Ukraine – novembro de 2005); e na Palestina, aqui com duas missões (EUPOL COPPS – novembro de 2005 e EU BAM Rafah – novembro de 2005).

Face à importância que as operações de apoio à paz têm assumido, em especial nos últimos vinte anos, sentiu-se a necessidade de, no seio das organizações que mais de perto se têm debruçado sobre as mesmas, de se constituir doutrina enformadora da forma de atuar. Nesse sentido, tem-se vindo a assistir a desenvolvimentos nessa área demonstrativos de progressos na forma como se encara essa tipologia de operações.

A conceptualização das Operações de Apoio à Paz (OAP)

A Carta constitutiva da ONU define as formas de se resolverem os conflitos, quer de forma pacífica (no âmbito do capítulo VI), quer através do recurso à força (no âmbito do capítulo VII). Contudo, nela não estão contempladas, explicitamente, as operações de paz, o que levou Dag Hammarskjold afirmar que elas eram conduzidas ao abrigo do capítulo VI e meio. O Contexto internacional do fim do século passado, em especial o insucesso da missão *United Nations Protection Force,* que decorreu na Ex-Jugoslávia, de fevereiro de 1992 a março de 1995, levou ao desafio da ONU reavaliar a sua intervenção no âmbito dessas operações. Em 1992 o SG Boutros Ghali difundiu o seu documento conhecido pela Agenda para a Paz. Nele, a organização, pela primeira vez, compromete-se, de forma explícita, num domínio conceptual da prevenção, gestão e resolução de conflitos, e que viria a ser designado por "operações de paz". A organização passaria, então, a intervir em quatro áreas de ação, para gerir e impedir que a violência aparecesse ou reaparecesse, alargando o seu espetro da atuação no âmbito do processo de resolução dos conflito, nomeadamente ao antes e ao após. Essas quatro áreas eram: diplomacia preventiva; Restabelecimento da paz; Manutenção da paz; e Consolidação da paz.

Contudo, as lições aprendidas pela ONU levaram-na a publicar, em 1995, um documento mais estruturado e mais consolidado, conhecido por "Suplemento da Agenda para a Paz", também ele da autoria de Boutros Ghali. Nele, há uma nova reorganização dos instrumentos para controlar e resolver os conflitos, inter e intraestados, surgindo

então: a diplomacia preventiva e restabelecimento da paz; a manutenção da paz; a consolidação da paz; desarmamento; sanções; e imposição da paz.

Nesta conceptualização, a diplomacia preventiva e o restabelecimento da paz aproximam-se, parecendo-se confundir no âmbito do seu emprego. Contudo, Boutros Ghali, em 1996, esclareceu que esses vetores são dois instrumentos da diplomacia, empregues em momentos diferentes: A diplomacia preventiva centra-se no antes do conflito armado deflagrar e o *peacemaking* ou restabelecimento da paz, tem a sua aplicação no após o início da violência generalizada.

Esse documento ainda refere: que a diplomacia preventiva, o restabelecimento da paz e a manutenção da paz só podem acontecer com o consentimento das partes; as sanções e a imposição da paz, sendo medidas coercivas, não requerem esse consentimento; E o desarmamento pode ocorrer tanto com consentimento como sem consentimento.

Vamos agora analisar a conceptualização dessas operações desenvolvida pela NATO. Esta Organização divide as suas operações segundo a forma como nelas atua. Assim, na sua doutrina podem encontrar-se referências: às operações conduzidas ao abrigo do Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte; e às denominadas Operações Não Artigo 5 – Ainda conhecidas por Operações de Resposta à Crises, por vezes denominadas pelo acrónimo em inglês de CRO (*Crisis Response Operations*).

As CRO dividem-se em Operações de Apoio à Paz (OAP), em operações humanitárias extra OAP e em operações de busca e salvamento. Por sua vez, as OAP dividem-se em: prevenção de conflitos (*conflict prevention*); restabelecimento da paz (*peace making*); manutenção da paz (*peace keeping*); imposição da paz (*peace enforcement*); consolidação da paz (*peace building*); operações humanitárias (*humanitarian operations*). Como exemplo destas operações poderemos dar aquelas que incidem sobre a extração de população de um

TO em falência.

No que diz respeito às operações humanitárias extra OAP, é de referir que a NATO, pela primeira vez, deu corpo a essa conceção quando, em 11 de outubro de 2005, participou nas atividades que visaram a procura e apoio às vítimas do terramoto do Paquistão.

No que diz respeito às operações de busca e salvamento, a NATO tem prevista a possibilidade da sua atuação, mas, até ao momento, ainda não desenvolveu, nesse âmbito, operações de elevada dimensão.

Portugal e as operações de paz
Enquadramento legal da participação portuguesa em operações de paz

Apesar de, quando a Carta das NU surgiu, ainda não se teorizasse sobre as operações de paz, ao se ler o seu 1º artigo, de imediato se percebe que o objetivo fulcral da ONU é a manutenção da paz e a segurança mundial. Efetivamente, no seu Art.º 24º afirma-se que cabe ao Conselho de Segurança a responsabilidade primária da manutenção da paz e da segurança dos povos e das Nações e o Art.º 42º autoriza aquele Conselho a utilizar meios bélicos para restabelecer aqueles desideratos. O seu Art.º 51º autoriza o CS a agir quando e como necessário para garantir aqueles dois pilares. Assim, quando os meios pacíficos da resolução dos conflitos forem esgotados, o CS, ao abrigo do Cap VII da Carta das NU e do seu artigo 42º, pode permitir a utilização da força para conseguir aquele objetivo, podendo os Estados Membros, ao abrigo do Art.º 43 da Carta, ceder capacidades militares. Vamos, de seguida ver, como se manifestam estes postulados, na lei interna nacional e qual o seu interesse no plano da participação das Forças Armadas Portuguesas (FA) nas OAP.

O Art.º 8º da Constituição Portuguesa (CRP), aprovada em 02 de abril de 1976, afirma, no seu ponto 1., que as *"…normas e os princípios de Direito Internacional Geral ou comum, fazem parte do Direito português.*". No ponto 2 consta que as *"…normas constantes de convenções internacionais, regularmente ratificadas ou aprovadas, vigoram na ordem interna, após a sua publicação oficial…"*. E no ponto 3. refere-se que, *"…as normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que Portugal seja parte, vigoram diretamente na ordem interna…*". Assim, conjugando o aqui referido com o constante na Carta das NU, o emprego das FA nas Operações de Paz está legitimado desde 1976. Porém, na 4ª Revisão Constitucional, levada a efeito em 1997, incluiu-se, na alínea 5 do Art.º 275 da CRP, que é missão das FA portuguesas, *"… satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português, no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte*". Esta disposição tem sido reforçada nas subsequentes "Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas". Assim, na Lei da Defesa Nacional – Lei nº 31-A/2009, de 07 de julho -, no seu Art.º 24 – "Missões das Forças Armadas", pode ler-se que incumbe às mesmas: "*Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte;*".

A resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003, conhecida pelo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, no seu ponto 4.3 refere que "*A importância crescente da participação de Portugal no quadro de intervenções multinacionais, designadamente no âmbito militar, é uma opção consolidada que prestigia o nosso país. A sua continuação é um desiderato que deverá ter em conta a necessidade de defender os princípios humanistas o pluralismo luso, a proximidade dos nossos interesses, a satisfação dos compromissos internacionalmente assumidos e o quadro realista das nossas possibilidades…*". No seu ponto 7.1 explana-se que "*O Estado Português, membro das Nações Unidas, considera da maior importância para a segurança internacional a manutenção da paz, a resolução dos conflitos e o reforço do prestígio e da atuação da ONU.*" Já no seu ponto 8.2 refere-se que Portugal deve ter "*Capacidade de participação em missões de paz e humanitárias, nomeadamente no quadro das Nações Unidas, da Aliança Atlântica e da União Europeia*."

Outras referências à utilização das Forças Armadas, em apoio da ação diplomática, poderiam ser encontradas no Conceito Estratégico Militar, que é classificado, nos Programas dos sucessivos governos, nas "Grandes Opções do Plano" ou em diversas Diretivas Ministeriais. Essa variedade de documentos dá a dimensão da importância que é dada ao papel das FA, no âmbito da política externa do Estado, e na projeção do nosso poder a nível internacional.

Participação de Portugal nas Operações de Paz

Portugal iniciou a sua participação nesta tipologia de missões em 1958, na operação denominada por UNOGIL, conhecida por "Grupo de Observadores das Nações Unidas no Líbano". Essa operação decorreu de junho a dezembro e visava assegurar o enceramento das fronteiras daquele país à infiltração de armas e mercenários. Portugal só voltaria a ter essa experiência em 1989. Até aí, apesar das 13 operações de paz lançadas pelas NU entre 1948 e 1987, Portugal só participou naquela, pois estava muito preocupado em dirimir a sua situação em África e, após 1975, em resolver a sua situação interna.

As operações de paz levadas a cabo até aos fins dos anos oitenta do século passado, pelas Nações Unidas, eram muito baseadas no conceito defendido pelo seu Secretário-geral, Dag Hammarskjold (1953-1961), que defendia uma diplomacia preventiva, em que uma força de paz atuava para reduzir a rivalidade entre as grandes potências que, geralmente, se manifestava nos conflitos regionais, pretendendo-se, assim, evitar a escalada da violência até a um patamar mais global. A ONU procurava colar às operações de paz a imagem de isenção, escolhendo, para tomar parte nelas, países que não estivessem conotados com um dos blocos. Isso explica, também, porque Portugal não foi convidado para, até 1989, integrar a lista de doadores de forças das NU.

O nosso País só voltou a participar numa operação de apoio à paz em outubro de 1989, quando disponibilizou 25 observadores para a missão da UNTAG - "Grupo de Assistência da ONU à Transição da Namíbia", que procurava assegurar o êxito da recente independência daquele país. Os observadores portugueses estiveram empenhados na supervisão de um ato eleitoral.

Entre 1991 e 1992, Portugal participou na "Segunda Missão de Verificação da ONU em Angola", mais conhecida pela UNAVEM II. A UNAVEM II pretendia verificar o cessar-fogo entre as parte anteriormente em conflito e supervisionar o desenrolar do processo político e eleitoral angolano. Dela se retirou conhecimentos práticos que foram importantes para a preparação de futuros observadores.

Em fevereiro de 1992, face ao conflito nos Balcãs, Portugal destacou cinco militares, como observadores, para a Bósnia Herzegovina, Eslovénia e Krajinas. Esses militares foram essenciais na recolha de conhecimentos para se constituir uma escola de preparação de observadores militares.

Em novembro de 1992, Portugal destacou cinco observadores militares, para a UNPROFOR - "Força de Proteção da ONU". O mandato dessa missão contemplava ações conjugadas para prestar assistência às populações, em algumas zonas da Croácia e da Bósnia, e assegurar a manutenção da operacionalidade do aeroporto de

Sarajevo. No Mesmo ano de janeiro a julho tivemos cerca de trinta observadores/monitores na missão da então Comunidade Europeia na ex-Jugoslávia, durante a presidência portuguesa das Comunidades.

Entre 1993 e 1994, no âmbito da ONUMOZ - "Operação da ONU em Moçambique" -, Portugal, após I GGM, projeta o seu primeiro Batalhão (Batalhão de Transmissões nº 4) para o exterior do Território Nacional. O seu mandato contemplava a verificação dos acordos de paz estabelecidos, o controlo do processo eleitoral, a intervenção no âmbito da ajuda humanitária e o restabelecimento da normalidade político-militar no País intervencionado.

No período compreendido entre 1995 e 1997, no âmbito da UNAVEM III (Terceira Missão de Verificação da ONU em Angola), Portugal contribuiu com 336 militares, 101 dos quais integrados na Companhia de Transmissões nº 5 e 205 na Companhia Logística nº 6. Esta Missão visava a fiscalização do cessar-fogo e a colaboração no restabelecimento da normalidade política e militar em Angola.

De 1995 a 1999, no âmbito da missão UNPREDEP - "Força de Desempenho e Prevenção das NU" -, tivemos, na Macedónia, continuamente, dois observadores militares. O seu mandato visava limitar a propagação do conflito nos Balcãs, obedecendo, assim, a uma estratégia de prevenção, em detrimento da de contenção e apaziguamento da violência. A partir de 1996 tivemos, na Croácia, na operação UNMOP - "Missão das NU em Prevlak" -, dois observadores, e o seu mandato visava o mesmo objetivo já explicitado para a UNPREDEP.

A partir de abril de 1996 o nosso País participou na MINURSO - "Missão da ONU para o Referendo do Saara Ocidental". Portugal, entre abril de 1996 e junho de 1997, contribuiu com 6 militares, entre os quais os comandantes dessa missão: os Senhores Brigadeiros Garcia Leandro e Barroso de Moura.

Em 1997 Portugal iniciou a sua participação na MONUA - "Missão da NU em Angola", que decorreu até fevereiro de 1999. O seu mandato incidiu sobre a consolidação do processo de paz naquela ex-colónia portuguesa. O nosso País projetou, em 1997, no âmbito daquela missão, para

aquele país africano, 211 militares, das quais 100 integravam uma Companhia Logística, 40 uma Companhia de Transmissões e 63 o Destacamento Sanitário nº 7.

Em janeiro de 2000, Portugal inicia uma nova fase, que o conduzirá ao estatuto do País da Europa que contribuía com o maior número de efetivos para as operações de paz. Aderindo à solidariedade e ao chamamento da história, no âmbito da resolução 1272 do CS das NU, de 25 de outubro de 1999, Portugal projeta para Timor-Leste, no quadro da UNTAET (Administração de Transição das NU para Timor-Leste), cerca de 800 militares. A Missão das Forças das Nações Unidas, naquele Teatro, era a de prestar o contínuo apoio necessário à segurança, interna e externa, e à integridade territorial de Timor-Leste, em conjugação com as FA daquele país (F-FDTL), e assegurar a atempada passagem da responsabilidade dessa segurança para as autoridades e para o governo daquele território.

Nesse Teatro, os militares atuaram numa *Peace Keeping Operation*, regida por regras de empenhamento, algumas das quais, face à conjuntura especial que lá se vivia, redigidas ao abrigo do capítulo VII da Carta das NU (Ação em Caso de Ameaça à Paz, Rutura da Paz e ato de Agressão). As ações dos Batalhões portugueses mereceram reconhecidos e letrados elogios das NU, tendo contribuído para o bom nome de Portugal.

Desde 2006, Portugal tem uma Companhia de Engenharia, com um efetivo de 141 militares, na UNIFIL - Força Interina das Nações Unidas no Líbano – com a missão de apoiar as Forças Armadas do Líbano e a população civil bem como as atividades humanitárias. Portugal, contudo, irá terminar a sua participação nesse TO no primeiro semestre do presente ano.

Em dezembro de 1998 o nosso País era, na lista de contribuintes de Forças para as NU, o 27º num total de 75 membros. Em 31 de março de 2000, Portugal já detinha o 10º lugar num total de 82 países, o que é um indicativo bastante claro do esforço de Portugal na procura de prestígio. Atualmente, Portugal, na escala dos 114 doadores das NU, encontra-se em 43º lugar, sendo o 8º país da Europa. Porém, Portugal está presente em outras missões conduzidas sob a égide de outras Organizações Internacionais, como sejam a NATO e as NU.

Para a Bósnia Herzegovina, Portugal, em janeiro de 1996, projeta uma Força de 925 militares, dos quais 678 constituíam um Batalhão de Infantaria Paraquedista, integrada na IFOR – Força de Implementação – conduzida sob o domínio da NATO. O mandato dessa Missão era a de garantir o cumprimento dos acordos de paz firmados entre as partes. Em fins de 1996, a IFOR deu lugar à SFOR – Força de Estabilização – tendo Portugal continuado a contribuir com Batalhões. Nessa missão, os Batalhões portugueses ou ocupavam setores ou cumpriam missões de reserva operacional. Em dezembro de 2004, a SFOR deu lugar à EUFOR – Força da União Europeia na BiH – tendo Portugal continuado, nesse Teatro, até 2006, com Batalhões de cerca 200 militares. Muito recentemente, Portugal saiu desse TO, por se considerar que o mesmo já se encontra estável, não necessitando de ajuda para gerir o seu ambiente interno.

No Kosovo, Portugal juntou-se à operação da NATO, desde julho de 1999, com unidades de escalão Batalhão, composto por cerca de 300 militares, tendo retirado desse Teatro em maio de 2001, para lá voltar em fevereiro de 2005. Atualmente, ainda aí se encontra, continuando com as suas forças integradas na NATO mas, desde dezembro de 2008, atuando ao lado da EULEX.

Desde 2002, o nosso País tem participado, no Afeganistão, na missão da NATO denominada ISAF. Atualmente, participa com militares em *Orientation Mentor Liaison Team* (OMLT), com a missão de treino de forças Afegãs, um Módulo de Apoio, destinado a apoios logísticos e equipas médicas, mas também passou a ser um dos responsáveis pela segurança do aeroporto de Kabul. Perspetiva-se que esse efetivo possa vir a ser incrementado num futuro próximo.

Além de todas essas participações, Portugal

ainda esteve presente ao largo da Somália e no Golfo de Adem, onde tem contribuído na luta contra os piratas. Nos últimos 19 anos, Portugal tem participado em missões nos vários cantos do mundo, com efetivos que atingiram, largamente, os 38 mil militares.

À data de 20 de fevereiro de 2012, o nosso País tinha, 508 militares nos diversos TO.

Em termos de Regiões, podemos ver que as nossas maiores participações se centram no Afeganistão, no Kosovo e no Líbano, por esta ordem.

Em termos de missões do âmbito da UE, verificamos que a Somália é aquela que mais expressiva contribuição nos tem merecido;

Quanto às operações da NATO, verificamos que a ISAF tem uma elevada participação de Portugal

(195 militares), logo seguida da KFOR (161 elementos).

Nas operações da ONU, o nosso país tem uma expressiva participação na UNFIL, com 126 militares.

Em termos de Ramos, vemos que o Exercito é quem tem uma maior percentagem de participação (90%), seguido bem de longe pela Marinha (7%). Fazendo a análise por Organizações Internacionais, verificamos que, considerando a totalidade das nossas Forças empenhadas num dado momento, a nossa participação é bem expressiva na NATO (70%), seguida da ONU (26%) e por fim da UE (4%), o que nos dá a perspetiva das nossas opções estratégicas. Contudo, não se deve tirar conclusões precipitadas destes dados, pois a nossa reduzida participação na UE resulta mais de um tardar de assunção, por parte dessa organização, de um lugar de protagonismo nesse tipo de operações, que mais tarde ou mais cedo terá de assumir, do que de uma verdadeira escolha estratégica de Portugal. Mas esse é outro tema para se desenvolver noutro momento.

Por Teatro de Operações, verificamos que o Afeganistão, o Kosovo e o Líbano são aqueles, na data de análise, maior percentagem de efetivos militares portugueses cativam.

Resultados da participação nas OP
No contexto internacional

Portugal tem percebido a importância, para a sua afirmação no tabuleiro internacional, que assumem as participações dos seus Militares em OAP. O General Soares Carneiro, antigo candidato presidencial, num discurso, em tempos, afirmou: *"Vivemos um tempo de paz em que as Forças Armadas serão cada vez mais um instrumento da política externa do Estado. Diremos, até, que o peso específico da política externa de cada país é frequentemente medido pela capacidade de integrar meios militares nacionais em forças multinacionais, em cumprimento das missões legitimadas pelo Concelho de Segurança das Nações Unidas.* ***Quem não aparece não conta****."*[1]

As experiências vividas pelas FA naqueles TO têm trazido, de forma direta ou indireta, imensas transformações no seu seio. Algumas delas advêm da forma como a Instituição se relaciona com as comunidades e atores internacionais.

O Militar português tem aprendido, com a sua participação em missões deste tipo, que, no fundo, no campo das relações internacionais, nada acontece, estritamente, por solidariedade, mas tudo tem um objetivo associado, geralmente ligado ao interesse nacional. Por exemplo: O interesse que Portugal demonstrou na sua participação no comando da MINURSO[2], pode ser interpretado como fazendo parte da sua estratégia para se candidatar, em 1996, a um dos lugares de membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU ou para adquirir voz para, nos *fora* internacionais, poder trazer para a discussão o problema da invasão pela Indonésia, de Timor-Leste, com vista à viabilização do referendo de 30 de agosto de 1999 e no qual o povo maubere pôde expressar a sua vontade relativa à independência do seu território, conseguida em 20 de maio de 2002. O reforço do efetivo dos nossos militares no Afeganistão pode ter contribuído para a cativação de vontades e simpatias que tenham auxiliado o nosso País a ser eleito, em 12/10/2010, para um lugar de membro não permanente do CS da ONU, para o biénio 2011-2012. Na verdade, a participação das nossas FA em operações Multinacionais, em particular nas OAP, para além dos incrementos de credibilidade, de importância e de visibilidade, tem proporcionado argumentos de

peso que têm apoiado a afirmação do nosso País em *fora* internacionais, favorecendo-o, eventualmente e de forma indireta, em escolhas para cargos de importância crucial e de contexto mundial. As Operações de Paz não são um fim em si mesmo, mas têm sido, implicitamente, um meio à disposição de determinados Estados, para garantirem as condições necessárias à implementação das decisões políticas e diplomáticas. A visibilidade internacional que um país adquire através do emprego de uma das suas forças em contextos deste tipo, é um fator querido e que o poder político de cada País nunca despreza. Esse interesse nacional justifica a assumpção de riscos controlados, com o envio de forças para TO que, sendo declarados como de Paz, apresentam ameaças dignas de ponderação e de cautelas por parte de quem lá atua. Com o protagonismo que resulta dessa participação, os países capitalizam créditos que favorecem a aquisição, em *fora* internacionais, de ambicionados resultados políticos. Portugal, nesse âmbito, tem sabido dirimir os seus interesses e as suas participações.

Às vezes a importância estratégica do emprego de Forças em missões de cariz Humanitário e de Apoio à Paz pode não ser imediatamente visível à maior parte da nossa população, surgindo interrogações do tipo: "Quais são os nosso interesses naquela área do mundo para nos empenharmos desta forma?". Algumas vezes o nosso interesse em determinadas área geográfica onde ocorrem intervenções das nossas forças, pode parecer não ser tão importante que justifique uma participação. Mas outros interesses poderão haver, centrados em outros fóruns que, por seu turno, possam explicar as decisões tomadas. E é em espaços de intervenção que outros têm dificuldade em assumir que poderá ser possível nós atuarmos, com alguma ponderação, obtendo resultados políticos e internacionais de grande significado. A ONU, por vezes, tem sentido dificuldades em obter forças para intervir em determinados palcos. O famoso relatório Brahimi[3] (AGO2000) refere, a certo ponto: *"…. A redução das Forças Armadas Nacionais e o crescimento das iniciativas de peacekeeping na Europa reduzem ainda mais a disponibilidade de contingentes militares adequadamente treinados e equipados para operações das Nações Unidas".* As Operações de Paz no âmbito da ONU dependem da vontade dos seus Estados membros para cederem forças. É natural que essa organização venha, nos momentos próprios, a reconhecer os Estados que contribuem com forças, para as missões que são por si protagonizadas. *"Quem não aparece não conta."*

Portugal tem procurado, nos diversos TO onde tem atuado, intervir no processo de "*statebuilding*" [4] dos Países intervencionados. É sobre esse prisma que se deve interpretar a atuação das nossas Forças no Líbano. É, também, um dos vetores que explica a participação das nossas FND na BiH, no Kosovo, no Afeganistão, no Iraque, nos países africanos pertencentes à CPLP e em Timor.

Facilmente se conclui que o nosso País só pôde (e continua a poder) contribuir para a os esforços internacionais, com a cedência de forças, porque tem adquirido, ao longo das últimas décadas, um manancial de conhecimentos e de experiências, decorrentes da sua participação em OAP e em forças multinacionais, utilizando, assim, o instrumento militar como forma de materializar a sua política externa.

Nos dias de hoje, "participação" subentende "partilha" e "cumplicidade". Havendo "partilha" e "cumplicidade" há também "solidariedade". Ora num Mundo onde as ameaças pululam, a maior parte das vezes sem rosto nem fronteiras, é bom que haja "partilha", "cumplicidade" e "solidariedade", pois isso é essencial à disponibilização de meios e, mais importante do que esses, de informações. Havendo uma partilha de informações, disponibilizada em tempo, as ameaças podem bem ser minimizadas. Essa partilha de informação e de meios necessários ao combate a esse tipo de ameaças é essencial aos Países que não têm dimensão nem conhecimento para possuírem capacidades que lhe dêem autonomias nesse âmbito, estando nesse conjunto, também, o nosso País. Resulta, daqui, a importância da sua participação em missões ditas da paz que, à primeira vista, poderão não ser entendíveis pela maior parte da população. O maior dividendo dessa participação, para além do reconhecimento internacional já referido, poderá estar num incremento da própria segurança do nosso País, pela "partilha", "cumplicidade", "solidariedade" e sobretudo o trust - confiança - que resulta dessa "participação".

No contexto nacional

Um dos efeitos mais marcantes e resultante da nossa participação naquela tipologia de missões é o reconhecimento, pela Sociedade Portuguesa, de

que as FA têm sido, inequivocamente, um instrumento da política externa de Portugal. A sociedade começa a entender a abertura que a Instituição procura ter à própria sociedade. Com as missões de paz, os militares foram incentivados a essa abertura, e é essa abertura quem tem dado a oportunidade de eles se darem a conhecer à comunidade onde estão inseridos e desta se aperceber da sua importância no contexto do país. As Operações de Paz tiveram o condão de mostrar à comunidade civil parte da outra faceta do militar, porventura aquela que ele mais deseja patentear: a de obreiro, fazedor, construtor da paz. A sociedade aprendeu, assim, a ver que os militares, em locais longínquos, usando a arma, mas também o seu sorriso, contribuíam para causas nobres como sejam a implementação e a consolidação da paz, o desenvolvimento das estruturas elementares de sobrevivência e das estruturas sociais e económicas de Países carenciados. Enfim, o militar é um ser humano entre humanos. Essa nova visão cativou simpatias no seio da sociedade civil e, hoje, as FA são vistas com olhos diferentes daqueles que ajuizavam o seu valor há 15 ou 20 anos atrás.

Porém, essa participação tem exigido, também, da parte da instituição castrense, evoluções e mudanças, nomeadamente nos domínios: das lições aprendidas, da doutrina, da instrução e treino, da liderança, da tática, da atuação no TO, da experiência, do espírito de missão, da avaliação dos fatores de ordem psicológica, na área dos equipamentos e logística e da estrutura das Forças Nacionais Destacadas (FND) e das FA. Mas também tem havido notórias evoluções na forma como o fator humano é considerado no interior da organização e na forma como a instituição deve olhar as suas tradições, não as deixando obstar o normal desenvolvimento imprimida pela imperativa dinâmica da modernização imposta pelos tempos;

As OAP exigiram, ainda, uma mudança de postura do combatente. A agressividade, que deve mostrar em operações convencionais, deu lugar à postura de tolerância, sem negar a firmeza; à atuação incentivadora da confiança, mas sem deixar de se estar atento. O militar tem de ter, nesse tipo de operações, uma conduta firme, exigente e disciplinada. Atuando em ambientes em que os interesses dos países, por vezes, conduzem a interpretações cínicas, que não estão presentes nos actos executados, muitas das vezes influenciadas por contextos políticos, a força deverá pautar a sua conduta por uma rigorosa disciplina, pelo bom senso e ponderação. Até porque é a imagem nacional que está em causa.

Em alguns contextos há a necessidade de os mais baixos escalões tomarem decisões. Muitas das vezes, essas decisões têm de ser tomadas, de imediato, pelo próprio Soldado, cabendo-lhe optar por ações que poderão ter implicações políticas e militares. Daí a necessidade de uma consciencialização, até ao nível do combatente, do que está em causa, mas também de uma sua preparação que lhe dê estrutura intelectual para discernir os resultados dos seus atos e as repercussões que eles podem provocar. Todos os Militares, desde a base da pirâmide hierárquica até ao seu topo, têm de saber o que pode resultar das decisões que toma, mas também do cumprimento das ordens que recebe, em especial quando, com a sua atuação, não está (só) em causa a sua pessoa, mas, em especial, o país que representa.

Para a evolução, imprimida pelo convívio dos Militares das FA portuguesas, com outros, em TO multinacionais, multirraciais e multiétnicos, contribuíram as reflexões que, no seio da Instituição foram e continuam a ser feitos, que resultaram em conhecimentos, validados: na preparação para as missões; durante o cumprimento das mesmas nos TO; e no retorno ao Território Nacional. Na aquisição desses conhecimentos tiveram especial importância: o convívio com os autóctones daquelas outras geografias; o contato com outras realidades, próprias dos locais onde se atua; a troca de vivências com os parceiros Militares internacionais que comungam o mesmo tipo de missão naqueles teatros; o convívio com Organizações Não Governamentais, com Órgãos de Comunicação Social e com a Comunidade Académica que, muitas das vezes, nos acompanha por aqueles locais; enfim, a partilha de momentos, nem sempre em ambientes de conforto, mas sempre marcantes e interessantes, com parceiros civis que partilham o nosso esforço de construir sociedades e países que sofreram uma violência incompreensível. São esses ensinamentos, que têm imprimido aberturas de visões e que têm feito com que, hoje em dia, seja normal as FA compartilharem ativamente, com instituições civis, projetos de valor e de solidariedade, voltados para a sociedade do nosso País. Estamos certos contudo, que esse caminho ainda não terminou e que o mesmo é dinâmico. Isto é o mesmo que dizer que terá de ser continuamente avaliado e adaptado, de acordo com: a evolução das sensibilidades da sociedade e dos militares; e com a mudança que os contextos,

nacionais e internacionais, nos quais eles estão embebidos, estão e irão sofrer. Só assim as FA, tal como a sociedade da qual é espelho, poderão continuar a fazer refulgir a grande máxima romana A MAGNIS MAXIMA[5].

Cor Cav Francisco Xavier Ferreira de Sousa
Chefe da RPM/DARH/CmdPess
sousa.fxf@mail.exercito.pt

1. *General Soares Carneiro, Discurso realizado em 08Jul93, por altura das Comemorações do Dia das FA.*
2. *Missão da ONU para o Referendo no Saara Ocidental.*
3. *BRAHIMI, L. (2000), "Report of the Panel on United Nations Peace Operations", New York: United Nations General Assembly, pag 18.*
4. *É um processo de longo prazo destinado à criação, de forma sustentada e eficiente, das instituições do Estado. Incide sobre um período crítico, de transição de uma situação de guerra ou de colapso institucional para uma situação de Paz e de progresso. Engloba os seguintes pontos essenciais: A capacidade das estruturas do Estado em exercer as suas funções; A legitimidade e responsabilidade; A Capacidade para criar um ambiente favorável a um forte desenvolvimento económico, através da gestação de recursos, empregos e receitas para o país (World Bank, UNDP).*
5. *Em Latim: "De grandes origens, grandes efeitos" ou "As grandes coisas surgem das grandes causas". Este era um ditado bastante pronunciado e popular na Roma antiga.*

Bibliografia

- *ALBRIGHT, M. (1998), "The Right Balance Will Secure NATO's Future", Financial Times. 7 Dec. 1998, p. 22.*
- *ANNAN A , Kofi (2002), "Prevenção de Conflitos Armados - Relatório do Secretário Geral", Nações Unidas 2002, Publicado pelo Centro de Informações das Nações Unidas em Portugal.*
- *BARRENTO, Brig António Martins (1993), "Alguns Comentários sobre Forças Multinacionais", Revista Nação e Defesa, nº 68.*
- *BRAHIMI, L. (2000), "Report of the Panel on United Nations Peace Operations", New York: United Nations General Assembly.*
- *CHIARELLI, P.W. (2005), "Winning the peace: the requirement for full-spectrum operations." Military Review, July-August 2005. Disponível na Internet em: <http://usacac.army.mil/CAC/milreview/download/English/JulAug05/chiarelli.pdf>.*
- *COSTA, Major Duarte da (2000), "O Direito da Ingerência. O Papel da ONU na Conflitualidade Atual", in Boletim do IAEM, nº 51, abril de 2000.*
- *CPLP (2006), "Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006)", Secretariado Executivo.*
- *GHALI, Boutros Boutros, "An Agenda for Peace, Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping", Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992, Disponível na Internet em: <http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>.*
- *GHALI, Boutros, Boutros, "Supplement To An Agenda For Peace: Position Paper Of The Secretary-General On The Occasion Of The Fiftieth Anniversary Of The United Nations", Report Of The Secretary-General On The Work Of The Organization, 3 January 1995, Disponível na Internet em: < http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html>.*
- *Monteiro, António e Guimarães, Fernando Adersen (1999) ,"Portugal no Conselho de Segurança. 1997-1988: As Nações Unidas e a Consolidação dos Processos de Paz", in Revista Nação e Defesa nº 21-2ª série, Outono de 1999.*
- *SANTOS, Gen Loureiro dos (1994), "Protagonismos da ONU na Segurança Mundial", in "Segurança Europeia e Mundial – Alguns Reflexos para Portugal", Edição "Revista e Defesa", Col Defesa Nacional, 1994.*
- *SILVA, Dr. Caetano da (1997), "Os Novos Desafios das Nações Unidas", in Boletim do IAEM, nº42, 21 de maio de 1997.*
- *SOUSA, F. Xavier Ferreira (2005), "AS OPERAÇÕES DE PAZ CONDUZIDAS PELA ONU E A PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS. LIÇÕES APREENDIDAS", artigo publicado no Livro "OS PORTUGUESES NAS NAÇÕES UNIDAS- OS 60 ANOS DA ONU", obra coordenada por Carlos Martins Branco e Francisco Proença Garcia, ed Prefácio, ISBN: 972-8816-79-0.*
- *VITORINO, António (1998), "Portugal e o Futuro das operações de paz", Portugal e a Guerra, Edições Colibri,*

A VIRAGEM DOS EUA PARA A ÁSIA-PACÍFICO

O centro de gravidade do poder económico mundial, que no final da II Grande Guerra se tinha deslocado do velho continente para a América do Norte, já não está no Atlântico Norte, mudou para a grande região da Ásia-Pacífico, a Panásia, tendo essa circunstância influenciado e arrastado consigo o *focus* da política demográfica.

Numa análise até 2050 a Ásia é o único continente em que a população continua a crescer, enquanto na América do Norte, na UE e na Rússia a população continuará a diminuir drasticamente. Consequentemente a Ásia é um mercado emergente apetecível, com oportunidades de negócio, com potencial elevado para o escoamento dos excedentes de produção das empresas dos EUA, pelo que deve ser "protegido" e "controlado".

As decisões de política externa mais importantes, nomeadamente de âmbito político, diplomático, económico, financeiro e outras, terão lugar nesta imensa área do globo, que comporta cerca de metade da população mundial. Esta região já é o maior mercado mundial e a tendência é continuar a crescer de forma exponencial. Isto foi confirmado pelas declarações de Hillary Clinton, em 16 de novembro de 2011, que reiterou que o século XXI seria o século da América na região Ásia-Pacífico, casa de muitos aliados importantes dos EUA e dos poderes emergentes, BRICS[1], mais importantes designadamente China, Índia e Indonésia.

O presidente Obama continuou o esforço de retorno a esta região da sua Secretária de Estado da Defesa, Hillary Clinton, iniciando um périplo pela região, durante o qual anunciou, na mesma semana, a permanência militar permanente dos EUA na Austrália.

Entre 2000 e 2009, os gastos de defesa da China triplicaram e o da Índia cresceu 59%. Isso implicou uma transformação das forças armadas destes países e a aquisição de novos sistemas de armas. Os novos poderes emergentes, face à sua vitalidade e rácio atual de desenvolvimento, são ameaças ao poder económico e financeiro hegemónico dos EUA. Contudo, este país tem um posicionamento geopolítico privilegiado, fazendo fé nas palavras de *Spykman,* controla dois oceanos, Atlântico e Pacífico, a que acrescenta o Índico face ao atual interesse, e esta é uma tremenda vantagem *ab initio* que lhe permite, se assim quiser, controlar as SLOC's[2], o mesmo é dizer os fluxos do sistema de comércio mundial, e deste modo a economia mundial.

A estratégia dos EUA para esta região assenta em cinco linhas de ação, nomeadamente: *alargar as alianças bilaterais de segurança, aprofundar as relações de cooperação com os novos poderes emergentes (China incluída), cooperar com as instituições e organizações multilaterais e regionais, expandir o comércio e o investimento, implementar uma presença militar efetiva, consubstanciada em bases permanentes e implementar a democracia e os direitos humanos* (H. Cliton, 2011). Os EUA é uma grande potência com ambições permanentes de poder global, utiliza as suas alianças e as que irá desenvolver para projetar esse poder e a sua influência, que tinha estado em estado latente no último meio século, mas que veio a ser reacendida ao longo dos últimos dois anos e meio, de forma a torna-la cada vez mais predominante nesta região. Poderemos questionar esta hegemonia, que nos parece não será global, face aos interesses regionais da China, da Índia e mesmo da Rússia. Os EUA, na nossa modesta opinião, tem que utilizar luvas de pelica e muitos esforços diplomáticos, para conduzir a sua política externa nesta área sensível, em que a cultura oriental tem valores muito próprios e diferentes dos do mundo Ocidental. O poder será difuso e resultará das redes e esferas de influência

BRICS

Defesa Antimíssil (DAM)

já instaladas pelos atores regionais mais importantes, que os EUA não terá nada a ganhar em confrontar de forma direta, principalmente no que diz respeito aos interesses da China e da Rússia.

O plano para a região dos EUA, que vem sendo preparado há já alguns anos, vai ter consequências para a OTAN e para a Europa. A maior parte do potencial económico, diplomático, político, estratégico e militar será desviado e reorientado para esta região. Mesmo o programa de DAM[3] poderá, eventualmente, derrapar. Os principais recursos financeiros, económicos e militares serão desviados para potenciar os EUA como poder global, reativando e forçando alianças que potenciem as expetativas expansionistas deste país, nos mais diversificados âmbitos e campos do poder, nesta área de negócios real. A economia define a política dos países e todos os vetores que trabalham para ela, e os dos EUA já estão todos orientados para esta imensa região.

A capacidade operacional da OTAN será afetada pela redução de recursos humanos, materiais e financeiros que serão canalizados para o novo focus do empenhamento americano. A administração americana demonstrará ainda, quer diplomaticamente e/ou de forma encapotada, menor disponibilidade para encabeçar operações lideradas pela Aliança, transferindo essa responsabilidade, como o fez na *Operação Unified Protector* na Líbia, para os aliados europeus, que face as contingências, serão obrigados a assumir responsabilidades acrescidas na liderança e gestão de crises emergentes, principalmente na vizinhança próxima das suas fronteiras.

A Europa, e a NATO poderão assumir uma posição de subalternização para os EUA quando comparada com a assumida pela região Ásia-Pacífico. Se isto acontecer também a relação de cooperação bilateral NATO-Rússia poderá de igual modo ser subalternizada, com prejuízos mais que evidentes para a Europa.

Cor Cav Jocelino Rodrigues
Cmdt RC6
rodrigues.jnb@mail.exercito.pt

---

1. *Brasil, Rússia, Índia, China, Africa do Sul e Indonésia.*
2. *Sea Lines of Comunications (Linhas de comunicação*

A EXPERIÊNCIA DE COMANDO DE UMA FND NO KOSOVO

Introdução

Finda a missão no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, foi-me lançado o convite para redigir um artigo, para incluir na revista da Brigada de Intervenção (BrigInt), acerca da experiência de Comando de uma Força Nacional Destacada (FND), naquele TO.

Desde logo, dois ou três pensamentos me acudiram à memória. O primeiro dizia-me, claramente, que aquela experiência não se esgotava nos seis meses de missão, pois incluía um antes. O segundo foi orientado na perspetiva de saber o que escrever, que não tivesse sido já escrito, fruto de outras experiências anteriores e alvo de relato dos respetivos comandantes. Por fim e, na minha opinião, seguramente o mais importante, qual deveria ser o contributo ou mais-valia a transmitir, resultante dessa mesma experiência.

E foi, precisamente, tomando como linha orientadora estas ideias que me propus relatar a minha ***"Experiência de Comando de uma FND no KOSOVO"***, como comandante do Grupo de Autometralhadoras (GAM), que rendeu o 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado (2BIMec), em setembro de 2011, no TO do Kosovo.

O Aprontamento

O antes está, essencialmente, relacionado com a fase de aprontamento e, sem me estar a querer alongar em demasia, sobre os aspetos relacionados com o aprontamento, considero conveniente, no entanto, referir que em resultado de um conjunto de circunstâncias, a que a situação económica que o país atravessa não é alheia, existiu um atraso na divulgação dos documentos enquadrantes do aprontamento, que tiveram influência, de forma direta e significativa, no desenvolvimento de um conjunto de ações na fase inicial do aprontamento, por suportarem a execução e sancionamento de alguns atos administrativos, como por exemplo a permissão para o movimento dos militares, a autorização de ações de formação, a requisição de materiais, etc., inviabilizando a melhor gestão e rentabilização do tempo disponível.

Tendo em consideração que as Unidades Escalão Batalhão, dos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF), não têm, em permanência, um conjunto de militares técnicos e especialistas, que a constituição de uma FND exige, a apresentação tardia desses militares, a maior parte deles a desempenhar cargos importantes e fundamentais, na estrutura orgânica de pessoal, têm implicações significativas no normal desenrolar das atividades inerentes a um aprontamento. Apenas a título de exemplo refere-se as implicações decorrentes com a não apresentação da equipa sanitária, no início da fase de aprontamento, retardando o desenvolvimento do processo sanitário que permitisse efetuar uma avaliação atempada da situação clínica dos militares e atuar em tempo, em caso de necessidade, nomeadamente em situações que implicassem a substituição de militares, como chegou a ocorrer, numa fase demasiado adiantada da preparação, com todos os inconvenientes daí decorrentes.

Por outro lado, a apresentação tardia dos militares implica a necessidade de ajustamentos sucessivos ao planeamento, fruto da indispensabilidade de cada militar realizar toda uma gama de atividades de âmbito administrativo-logístico e de formação para além da necessidade de conduzir toda a atividade de preparação e treino integrados nas respeitas subunidades, de forma a criar e desenvolver não só a rotinas de trabalho e a proficiência, no seio de cada subunidade, como desenvolver espírito de equipa e de corpo, essenciais para atingir elevados padrões de desempenho e de eficácia.

Também a necessidade de se dispor de material, em quantidade e durante um período de tempo mais alargado, para poder ser aumentado o tempo disponível para o treino de capacidades, assumiu especial relevância, nomeadamente, o treino de CRC que, como se verificou, constituiu a principal ameaça para a segurança e proteção da força, em resultado da necessidade de conduzir atividades de controlo de populações.

Recordo-me perfeitamente, quando por vezes comentava e manifestava alguma apreensão relativamente ao conjunto de dificuldades sentidas, com outros militares que já tinham estado naquele TO de, normalmente, receber a resposta da inevitabilidade da situação, da sua recorrência e do tempo e das condições que iriamos ter à chegada

ao TO, para resolver essas situações.

Para encerrar este assunto relacionado com o aprontamento, referiria apenas que esta foi a minha primeira missão naquele TO, no entanto, a minha experiência nos Balcãs já inclui duas passagens pela Bósnia-Herzegovina, a primeira das quais em 1998, já lá vão cerca de 14 anos e as palavras de um camarada nosso, proferidas durante uma pequena reunião onde se procuravam trocar experiências das missões, há uns dias atrás, e com o qual tive a oportunidade de trabalhar nessa missão, adequam-se perfeitamente a algumas situações vividas durante esta fase quando dizia: *"Bom, há coisas que parecem estar piores que nessa altura"*.

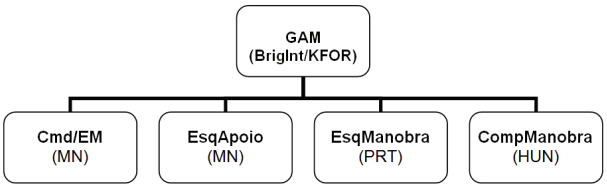
Para além da experiência pessoal referida, acompanhei de perto outros aprontamentos de diversas forças da BrigInt, para os diversos TO para onde esta grande Unidade projetou forças, em particular, no desempenho das funções de Chefe do G3/BrigInt, para poder dizer, com alguma propriedade, que muito mudou, muito melhorou mas, apesar de tudo, continuam a existir situações que são recorrentes, se repetem, estão identificadas e não se conseguem resolver, as quais têm consequências indesejáveis e nefastas, para a conveniente e adequada preparação de uma força que deverá estar preparada para responder à probabilidade relativa de adoção das possibilidades do opositor – fazer face à mais provável mas acautelando a mais perigosa.

Talvez as experiências passadas, o bom desempenho alcançado pelas FND e a evolução favorável da situação no território do Kosovo, nos últimos anos, nos permita encarar com algum otimismo e espírito benevolente a problemática da preparação de forças, contudo, a situação alterou-se no passado recente provocando instabilidade e alguma incerteza relativamente ao futuro, que penso dever ser levada em linha de conta, no presente e no futuro.

A Missão no Teatro de Operações (25Set11 a 25Mar12)

Relativamente ao período de permanência em teatro e procurando evitar alguns lugares comuns e repetições do tipo da missão, organização, tarefas e tipo de atividades conduzidas, comuns à maior parte das forças que já passaram por aquele TO, vou procurar evidenciar aquilo que poderá ter sido diferente e relevante, durante a estada do GAM/BrigInt/KFOR, neste TO.

Nesse aspeto importa referir que, desde março de 2011, a KTM tinha deixado de ser uma unidade



exclusivamente portuguesa, passando a ter uma constituição multinacional (MN), nomeadamente com a integração de um contingente proveniente da Hungria (HUN), como se apresenta na seguinte estrutura:

Em termos nacionais e comparativamente a outras forças que nos antecederam, esta força, é substancialmente menor em efetivos por só incluir um Esquadrão de Manobra e parte do Esquadrão de Apoio, para além dos elementos que constituem o Comando e Estado-Maior, num total de 157

militares.

Sobre a situação no Kosovo, é oportuno mencionar que estávamos em pleno exercício final de aprontamento, PRISTINA112 quando recebemos notícias, na altura pouco tranquilizadoras, acerca da alteração do estado de segurança e sobre o aumento da instabilidade na parte norte, região maioritariamente habitada por kosovares de origem sérvia, essencialmente, relacionadas com questões de controlo das fronteiras, entre a Sérvia e o Kosovo, na sequência da colocação de elementos da polícia do Kosovo nos dois principais postos fronteiriços, naquela parte do território.

Os problemas estão relacionados com questões antigas nomeadamente a rejeição da declaração unilateral de independência da antiga província Sérvia, proclamada em fevereiro de 2008, pelo executivo Kosovar, de maioria albanesa, por parte da população sérvia do Kosovo, que pretende impedir que o executivo do Kosovo controle a região norte do território. Por outro lado a edificação e controlo de uma fronteira materializa a separação daquela região com a Sérvia, considerada a nação mãe daquela comunidade, à qual consideram pertencer e desejam integrar. Dos confrontos resultaram a destruição de um dos postos fronteiriços e a morte de um polícia kosovar de etnia albanesa o que levou à intervenção da KFOR (Força da OTAN para o Kosovo), para controlar aqueles postos e garantir a segurança e estabilidade na região, enquanto se procurava uma solução pacífica, algo que nunca se conseguiu efetivamente alcançar.

Assim, a partir de finais de julho os kosovares sérvios levantaram barricadas e obstáculos, designados por *roadblocks*, em estradas e junto aos postos fronteiriços, entre o Kosovo e a Sérvia, limitando a liberdade de movimentos naquela região e impedindo a movimentação de sul para norte, mesmo às forças da KFOR, que se viam impedidas de chegar, via terrestre, às forças que se encontravam isoladas nos dois postos fronteiriços, designados por DOG31 e GATE1.

A população sérvia da região justificava as barricadas como uma “medida legítima” e os manifestantes afirmavam que apenas levantariam as barricadas após a retirada dos oficiais kosovares dos postos fronteiriços entre o território e a Sérvia.

E foi com este cenário geral de instabilidade que nos deparámos à chegada ao TO, um cenário substancialmente diferente daquele em que assentavam as nossas expetativas iniciais. A liberdade de movimentos para a KFOR, não existia na região norte do território, maioritariamente habitada pela comunidade de origem sérvia.

O tempo que esperávamos ter para conduzir o normal e desejável processo de integração e familiarização com a companhia Húngara, que integrava a KTM *(KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion),* a familiarização com o TO, através da realização de reconhecimentos e contato com as outras forças, com os próprios materiais e equipamentos e mesmo com os procedimentos do campo não existiu.

Conduzida a transferência de autoridade com o 2BIMEC, em 25Set11, iniciou-se a preparação do Esquadrão de Manobra (BCoy), tendo em vista a realização de um exercício que materializaria o alcançar da FOC *(Full Operational Capability)*, enquanto o Comando e Estado-maior, assumiu o comando e controlo de uma operação, que tinha

sido iniciada pela força que nos antecedeu e estava a ser conduzida pela Companhia Húngara da KTM (CCoy), que consistia no controlo e segurança das duas pontes, na cidade de Mitrovica, uma delas totalmente bloqueada por um *roadblock*, durante quatro dias.

Porém, face à situação geral no território, o Comandante da KFOR (COMKFOR), decidiu manter a KTM, como unidade de reserva efetiva, disponível e pronta para atuar, à ordem e para desempenhar qualquer tarefa, no âmbito da missão geral da KFOR, segundo as suas orientações, retirando-lhe as tarefas fixas ou que implicassem o emprego de forma continuada de parte da força, numa tarefa específica. Inicialmente, as suas indicações, foram no sentido de conduzir treinos e demonstrações com um conjunto de meios, para apoiar a liberdade de movimentos, nomeadamente, viaturas blindadas de Engenharia e viaturas canhões de água, que a KFOR tinha acabado de receber, tendo sido a KTM a unidade escolhida para conduzir os primeiros treinos e demonstrações, da utilização conjunta e integrada daqueles meios com as unidades de manobra.

Assim, poderemos caraterizar a permanência do GAM/BrigInt/KFOR, no TO, da seguinte forma:

- Uma **1ª Fase** orientada para a execução de treinos com diversos meios de apoio de combate existentes na KFOR, essencialmente meios aéreos e de liberdade de movimentos;
- Após esta fase de treinos iniciou-se uma **2ª Fase** de demonstrações, com a finalidade de demonstrar a capacidade da KFOR na utilização desses meios para proceder à limpeza dos *roadblocks* e abertura de itinerários;
- E uma **3ª Fase**, de condução efetiva de operações, para remoção de alguns *roadblocks*, embora não se possa dizer que durante esta fase não tenham sido conduzidas ações de treino, com outras forças, para facilitar o empenhamento de forças em apoio e reforço, situação que ocorreu em todas as operações desenvolvidas pela KTM;
- Por fim, e na sequência das operações conduzidas, uma **4ª Fase**, orientada para atividades de treino, exercícios e reconhecimentos, que não foi possível realizar na fase inicial da missão e também decorrente da alteração da postura da KFOR, para uma abordagem de aproximação indireta, caraterizada pela limitação da liberdade de movimentos à população no norte para os fazer sentir a necessidade de serem eles a abrir as estradas. Podemos dizer que esta fase se estendeu até final da missão em parte, também devido às rotações dos outros contingentes, entretanto ocorridos, e à necessidade de continuar os processos de familiarização e normalização das técnicas, táticas e procedimentos, essencialmente, ao nível do treino de CRC (Controlo de Tumultos).

Os primeiros meses foram, efetivamente, intensos e imprevistos. A KFOR contava connosco para apoiar o restabelecimento da liberdade de movimentos e da, consequente, livre circulação naquela região.

Finda aquela primeira operação, de controlo das pontes, deu-se início a uma fase de intensa atividade, inicialmente, orientada para a execução de treinos e demonstrações até que chegámos aos momentos mais críticos e intensos por nós vividos – a execução de operações para remoção de *roadblocks*, em alguns dos itinerários principais, algumas delas com um grau de risco bastante elevado.

O início propriamente dito do elevar de tensão materializou-se com a primeira operação, desenvolvida em 20OUT11 e conheceu o seu apogeu em finais de novembro, com a execução de duas operações, uma pela KTM, em 24Nov11 e outra pelo Batalhão da ORF (*Operational Reserve Force*), em 28Nov11, durante as quais houve confrontos diretos e violentos com os manifestantes, dos quais resultaram feridos nas duas forças, embora de gravidade diferente. Neste intervalo de tempo, várias outras operações foram realizadas, a maior parte delas de deceção, para tentar criar condições suficientes para conduzir as operações de 23 e 28Nov, em permanente ambiente de incerteza e risco.

Posteriormente, e na sequência destas duas operações, foram conduzidas outras atividades de dificuldade e risco elevado, nomeadamente em apoio e reforço do Batalhão ORF, a primeira das quais nesse mesmo dia de 28Nov11, e que se prologaram até finais de dezembro de 2011 para manter a posse e controlo de um cruzamento de estradas, anteriormente bloqueado pelos kosovares sérvios, que restringia a liberdade de movimentos e que, após conquistado, era fundamental manter a sua posse, pois constituía tereno decisivo para assegurar a liberdade de movimentos à KFOR e possibilitava, em caso de necessidade, o controlo da liberdade de movimentos em parte significativa do território do norte do Kosovo.

Sobre esta atividade operacional conduzida, alguma dela sob elevado grau de incerteza e indefinição, relativamente à capacidade e forma de reação dos manifestantes, que fez aumentar o grau de risco e a complexidade de atuação da KTM, não me irei alongar em considerações e detalhes uma vez que algumas das situações requerem algum cuidado e sensibilidade, na forma como devem ser apresentados e já foram alvo de reporte detalhado através de relatórios.

Findo este período de intensa atividade, caraterizado por uma delicada e complexa atuação da KTM, como já referido, entrámos numa fase orientada para atividades de treino, exercícios e reconhecimentos que, de certa forma, se estendeu até final da missão, só possível em resultado do evoluir da situação e por se ter conseguido alcançar alguma segurança e estabilidade e incrementada progressivamente a liberdade de movimentos.

Os Desafios e as Experiências da Missão

Chegados a este ponto cumpre-me tentar responder ao desafio por mim lançado de transmitir um contributo ou uma mais-valia, resultante desta experiência, na perspetiva de tentar ser algo diferente, relativamente a outras experiências anteriores.

Assim, para além das dificuldades e desafios encontrados durante a fase de aprontamento, cuja tomada de consciência deve contribuir para nos ajudar a preparar melhor e ser proactivos na procura de soluções para os problemas daí decorrentes, destaco, como principais contributos, fruto de algumas das lições retiradas das principais atividades desenvolvidas:

- O desafio permanente, ao Comando e à Liderança a todos os níveis, que constituiu a necessidade de garantir o estado de prontidão, inerente a uma unidade de reserva, para cumprir aos prazos de intervenção definidos pela KFOR. Neste particular, e para fazer face aos reduzidos prazos de intervenção com que a força se deparou durante a maior parte da missão, foi necessário orientar o treino operacional para a manutenção desta prontidão, no sentido de ser capaz de desempenhar as missões e tarefas que lhe foram atribuídas;
- Por outro lado, a necessidade de promover a integração com o contingente húngaro (na prática são dois contingentes pois um encontrava-se em TO há cerca de um mês, a quando da nossa chegada e outro que inicia sua rotação um mês antes da nossa retração) através de um processo que foi desenvolvido, progressivamente, lado a lado, procurando cimentar um relacionamento de camaradagem, de confiança e acima de tudo de procura de uma postura de proficiência, unidade de esforço e eficácia operacional, fundamental em ambientes multinacionais e indispensável para uma força que pode ter de conduzir operações

de elevado risco e também preparar o terreno para o 1BI/BrigInt, que nos iria render;

- A indispensabilidade de estabelecer prioridades para o treino operacional, de acordo com a probabilidade de emprego, o mais próximo possível das condições reais. Neste aspeto deu-se particular enfâse ao treino de CRC, por constituir uma das tarefas com elevada probabilidade de execução e de maior grau de exigência;
- A necessidade de conduzir o treino operacional da força e dos procedimentos de comando e controlo, em operações CRC, ao nível da KTM (Batalhão), para nivelar e uniformizar os procedimentos e criar rotinas dentro da unidade, a todos os níveis;
- A exigência de um planeamento mais detalhado e a necessidade de estabelecimento de coordenações permanentes, não só devido ao fato da KTM ter na sua origem uma força multinacional mas também por as principais operações terem sido realizadas com o apoio e participação de outras forças e meios da KFOR;
- A necessidade de continuar a realizar o treino com forças de outros contingentes, para permitir a criação de rotinas, o incremento da interoperabilidade e facilitar o estabelecimento de medidas de coordenação, auxiliando assim a execução das operações de âmbito conjunto;
- A identificação de lacunas e limitações na estrutura orgânica de pessoal, ao nível da Companhia de Apoio, para a execução de determinadas operações, que exigiram a permanência da KTM, fora do campo e a instalação em áreas de bivaque, por períodos de alguns dias, no que se refere à prestação de apoio e à continuação de atividades no interior do campo, em simultâneo, apesar de o efetivo da FND ser considerado adequado e suficiente para o cumprimento das tarefas de rotina;
- De igual forma a identificação de algumas limitações, para atuar em operações de controlo de tumultos, decorrentes do reduzido número de militares por pelotão e algumas lacunas de material, para uma força de reserva do COMKFOR, com a particularidade de não ter nenhum *caveat* (sem limitações de emprego). Neste particular constatou-se que, à semelhança do conceito de emprego de fogos, numa operação de âmbito convencional, onde se procura bater o inimigo desde as mais longas distâncias, de forma a desgastá-lo, desorganizá-lo, diminuir-lhe a capacidade operacional e a vontade de combater, quando chega ao combate próximo, faltam um conjunto de meios que possam colmatar o espaço físico, desde que o lançamento do gás lacrimogéneo deixa de ser eficaz até ao momento em que se chega à distância do uso do bastão.

Considerações Finais

Tendo plena consciência que num artigo deste tipo, face à amplitude de assuntos a abordar, não é possível aprofundar nenhum em particular e apenas se afloram pequenos detalhes de alguns deles, espero ter conseguido transmitir uma ideia geral dos principais elementos caraterizadores, da presença do GAM/BrigInt/KFOR, no TO do Kosovo, em função do que foi a situação geral vivida no território.

Em jeito de conclusão, apresento algumas considerações enquanto avaliação pessoal, e como Comandante, relativo ao período da missão.

Considerando que o contributo para a manutenção de um ambiente estável e seguro e para a liberdade de movimentos, principais tarefas da KFOR, no âmbito da sua missão, não seja facilmente mensurável, os resultados obtidos com a execução das diversas atividades operacionais, podem considerar-se importantes e de relevo, para o fim último da KFOR.

O empenhamento e dedicação individual e coletiva revelaram-se fundamentais para a cabal execução de todas as tarefas executadas e nas situações de maior risco, onde a probabilidade de ocorrência de baixas, de gravidade diversa foi extremamente elevada, conseguiu manter-se a coesão e a unidade da força, através de um autocontrole permanente e de uma atuação sem hesitações e com firmeza, aliados a um elevado espírito de missão, a todos os níveis, que esteve na origem da não ocorrência de nenhum ato imprudente ou mesmo descontrolado, em resposta a situações de violência extrema.

Em determinados momentos, houve desempenhos extremamente valorosos e mesmo heróicos quando alguns militares, para socorrerem os seus camaradas, em situação de perigo, e sem olhar à bandeira que ostentavam no ombro, colocaram a sua própria vida em risco e, num ato de bravura, revelaram audácia e desprezo pelo perigo, procurando socorrer quem estava em risco e a ser violentamente atacado com todos os meios disponíveis pelos opositores.

Esta forma abnegada, competente e extremamente profissional como desempenhámos as diversas tarefas que nos foram cometidas, não deixou ninguém indiferente, como foi reconhecido publicamente por diversas entidades, das quais me permito destacar o Comandante da KFOR, que fez questão de o atestar pessoal e publicamente, perante os militares da KTM, em diversas ocasiões e na sequência de algumas operações intensas, que exigiram relevante desprendimento, dedicação, disciplina, coesão e espírito de corpo e de sacrifício.

Para finalizar, permitam-me considerar ser justo pensar que, contribuindo para a política externa do

A EXPERIÊNCIA DE UM CARGO NA ONU – CASO DA *UNIFIL*

O INICIO DO "PROCESSO"

A intenção de participar numa missão das Nações Unidas aconteceu no final de 2010 e comentei com o Cor Magalhães (na altura Chefe do Estado-Maior da BrigInt, atual Cmdt do RI13) porque, como Chefe do G1 da BrigInt, estava envolvido no preenchimento das estruturas orgânicas do pessoal das unidades do Battle Group da UE, que a BrigInt teria que aprontar, e se eu fosse nomeado, a minha marcha para o Teatro de Operações (TO) do Líbano ja nao afetaria o desempenho daquelas tarefas, dado que seria em meados de maio 2011.

Efetivamente a nomeação aconteceu em meados de fevereiro e desde logo tentei informar-me mais detalhadamente sobre a situação que naquele momento se vivia no Líbano, e mais em concreto sobre a atividade do seu QG.

Não posso deixar de referir a preciosa ajuda do Major Ferreira, na altura Chefe do G2, que apesar da sua atenção, na altura, não se centrar no TO do Líbano, deu-me uma clara imagem das primeiras impressões que eu iria vivenciar.

A UNIFIL – Introdução, organização e Mandato

A *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL) foi criada na sequência das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 425 e 426 de 19 de março de 1978, para confirmar a retirada israelita do Líbano, implementar a paz e a segurança internacionais a auxiliar o Governo Libanês a exercer efetivamente a sua autoridade na área.

Após a crise de julho/agosto de 2006, o Conselho de Segurança da ONU decidiu aumentar o efetivo da força e, através da Resolução nº 1701 de 11 de Agosto, adicionar ao seu mandato original as tarefas de:

- Monitorizar a cessação das hostilidades;
- Acompanhar e apoiar as Forças Armadas Libanesas na sua projeção para o Sul do Líbano;
- Auxiliar a assegurar o apoio humanitário às populações civis bem como o regresso seguro e voluntário dos deslocados;
- Apoiar a Forças Armadas Libanesas no estabelecimento de uma zona livre de pessoal armado, de meios e armamento, à exceção dos pertencentes ao Governo do Líbano e à UNIFIL, entre a "*Blue Line*" e o rio Litani;
- Apoiar o Governo do Líbano, a seu pedido, na segurança das fronteiras para prevenir a entrada não autorizada pelo Governo do Líbano de armamento ou material relacionado.

Pela Resolução nº 2004 (30 Agosto 2011) do Conselho de Segurança da ONU, o mandato é prorrogado até 30 de Agosto de 2012.

Estrutura e dispositivo da UNIFIL

Para cumprir o mandato referido a UNIFIL esta organizada da seguinte forma:

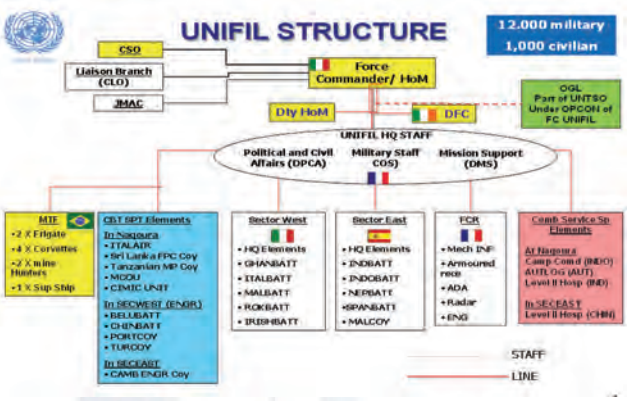


Figura 1 — Organigrama da UNIFIL

A Estrutura da UNIFIL é baseada nos pilares clássicos de uma missão da ONU com a particularidade de que o Chefe de Missão (Head of Mission- HoM) também é o Force Commander (FC).

Os pilares são:

- Os Assuntos Políticos e Civis;
- O Estado-Maior;
- O Suporte da Missão.

De acordo com as estruturas habituais das missões das NU, existem agregados ao Gabinete do FC, o *Joint Mission Analysis Centre* (JMAC), o Gabinete de Ligação e o *Chief Security Office* (CSO).

A Força é organizada com um QG, dois setores a nível brigada com 5/6 batalhões cada, uma Reserva (Force Command Reserve- FCR), uma

Figura 2- Dispositivo da UNIFIL

força tarefa marítima (*Maritime Task Force* – MTF) e algumas unidades de apoio de combate e unidades de apoio de serviços, como capacidades de helicópteros e unidades de policia militar.

O *Observer Grup Lebanon* (OGL), permanece sob OPCON do UNIFIL FC

O resultado é uma estrutura de comando, de trabalho integrado a nível diplomático, com uma capacidade operacional militar forte, composto por meios aéreos, terrestres e marítimos.

O QG da força

O Quartel- General da Forca situa-se em

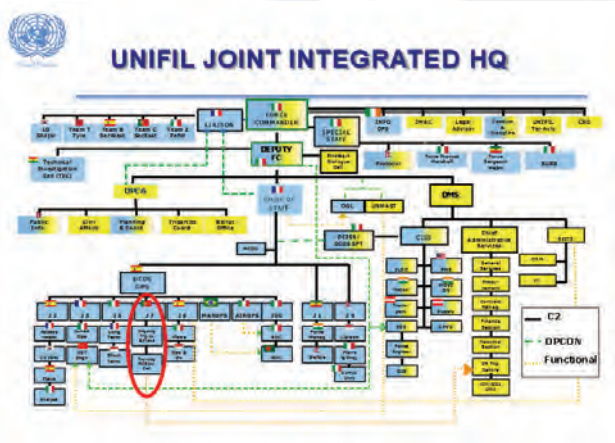


Figura 3- Organograma da UNIFIL

Naqoura e tem a seguinte organização:

Missão e organização do J7:

O J7 encontra-se integrado na repartição de operações (DCOS OPS) e tem como missão preparar e conduzir o programa de instrução e treino da UNIFIL, por forma a alcançar um elevado nível de coesão, preparação e prontidão do pessoal dos QGs, e unidades para cumprir tarefas de forma eficiente, em apoio ao Governo do Líbano e das Forcas Armadas Libanesas (LAF), dentro das

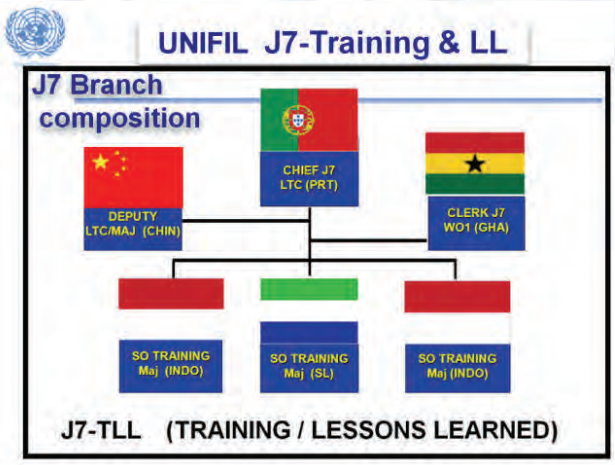


Figura 4- Organograma do J7

responsabilidades estabelecidas na Resolução 1701.

Para cumprir essa missão o J7 esta organizado conforme indicado na figura 4.

O cargo – especificidades

Dentro das tarefas principais como chefe do J7 apresento algumas:

- Responsável pela Formação e exercícios dentro da UNIFIL.
- Prepara e supervisiona o conceito de formação da UNIFIL, o Programa de Formação da UNIFIL e sua integração com o programa de Instrução do *South Litani Sector – Lebanese Armed Forces* (SLS-LAF) e a formação das Unidades dependentes do QG da força, dos oficiais do QG e dos QG dos Setores;
- Prepara o programa de exercícios UNIFIL;
- Aconselha o DCOS OPS e o COS sobre a formação e exercícios no âmbito das atividades da UNIFIL e afins, que envolvam as LAF;
- Conduz o processo que permite a elaboração, supervisão e avaliação de todo o treino e exercícios na UNIFIL;
- Figura 5-Exercicio de CASEVAC-(foto do autor);
- Responsável pelo processo de Lessons Learned para melhorar a formação e exercícios na UNIFIL;
- Coordenar com *Integrated Mission Training Centre* todas as atividades comuns, em particular ao que diz respeito ao plano *Induction Training* (*Itrain*), estrutura e organização de palestras.

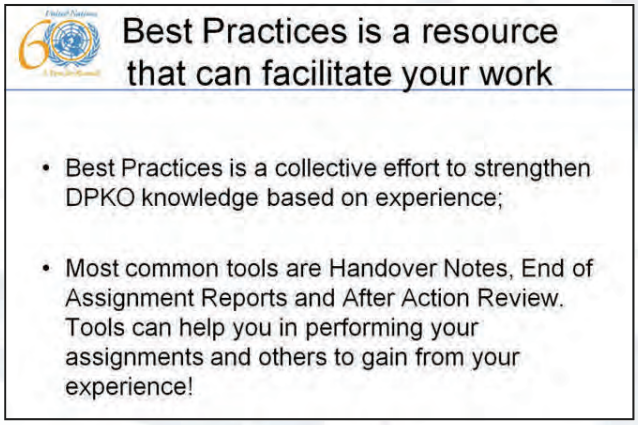


Figura 5- As “ferramentas” principais para as “Melhores Praticas”

LIÇÕES A “APRE(E)NDER”- HO NOTES +AAR+EoAR

Alem da função de chefe do J7, desempenha também em acumulação de funções, o cargo de *Military Best Practices Officer* (MilBPO), cargo que desde 15 de setembro de 2011 se encontra numa fase de transição para que possa ser inserido totalmente na dependência do gabinete do Oficial

das Melhores Práticas (*Best Practices Officer*-BPO). Esse gabinete, no caso da UNIFIL, encontra-se na dependência direta do *Head of Mission* /FC.

Em todos os *Induction Training* (*Itrain*) realizados no QG, numa média de 1 ou 2 por mês, eu ou o BPO, ou ambos, transmitimos qual o conceito das *Best Practices* na ONU e quais a "ferramentas" mais utilizadas neste processo.

Algumas dessas "ferramentas " são:

- *Handover Notes* - (HO Notes) - as Notas de Entrega de Função1 , se assim se podem chamar, são um documento onde a pessoa expõe quais os assuntos pendentes, os contatos usuais no âmbito da função, quais os locais nas drives do computador onde se encontram esses documentos, etc., tudo que possa ajudar o próximo elemento que venha a desempenhar a mesma função;
- *End of Assigment Reports* – (EoAR)- nos relatórios de fim de Missão pretende-se que cada elemento, no fim da sua missão, elabore um documento analítico em relação ao cargo desempenhado. A elaboração deste documento de caráter obrigatório para os indivíduos com posto de Coronel ou superior, ou que sejam chefe de divisão (*branch*) ou equivalente.
- *After Action Reviews* (AAR) – o processo de elaboração deste relatório normalmente coordenado pelo BPO ou Mil BPO, e um exercício de avaliação do que "falhou" e tem que ser melhorado; mas também do que correu bem e pode ser melhorado, em determinado evento ou ocasião.

Os dois últimos documentos referidos são enviados para o gabinete das *Best Practices* nas no QG das NU em New York, e desses os que poderão trazer algo para a melhoria das missões das NU no mundo, são publicados na intranet da organização.

O cargo – desafios

J7 – Uma divisão (*Branch*) nova na organização

Dentro do cargo desempenhado vários desafios se depararam ao longo do tempo. O primeiro deles surgiu do facto do J7 ser uma divisão recente, depois de ter estado inserida como uma secção do J5 Planos, e dai advir a necessidade de criar um novo processo de organização interna, principalmente na área administrativa, e no que concerne ao histórico da divisão. Para colmatar esta falta, a elaboração de minutas de todas a reuniões internas semanais passou a ser obrigatória. Este processo não foi fácil pois que, a quase totalidade dos elementos do *branch*, nunca tinham trabalhado com esta metodologia e documento associado.

Implementação das *Training Conferences*

Após alguma investigação nos ficheiros antigos do J7, verifiquei que, com a nova organização, ou

Figura 6 - Foto de "família" da primeira conferência entre as células de instrução, treino e exercícios

seja desde 2006, nunca houve nenhuma conferência de instrução, treino e exercícios. Com a intenção de organizar uma bimensal, a primeira aconteceu em dezembro 2011. Logo constatei que este projeto não seria fácil, principalmente devido ao reduzido número de elementos na minha divisão e a elevada rotatividade dos elementos dos Setores.

Multiculturalidade

Das 38 nacionalidades presentes no TO, 33 delas estão representadas no QG. Este facto

Figura 7 - Página do J7 no *Sharepoint* da intranet UNIFIL

constituía de *per si*, um grande desafio face a necessidade de coordenação permanente com as outras divisões. Mas foi no dia a dia da minha divisão que me deparei com culturas tão diferentes, desde a China passando pela Indonésia e terminando em África, através do Gana e da Serra Leoa.

O que para um português é evidente, para um Ganês ou Indonésio poder ser uma total novidade; e isto não só nos acontecimentos do dia-a-dia mas principalmente na abordagem de alguns procedimentos militares. Acho que a capacidade "genética" dos portugueses perceberem esta multiculturalidade iniciada por nós, portugueses, há mais de 600 anos, faz com que consigamos cumprir a missão em qualquer parte do mundo onde sejamos chamados a cumprir Portugal.

A UNIDADE DE ENGENHARIA 10 NO LÍBANO

A 03 de janeiro de 2011 a Unidade de Engenharia 10 (UnEng10) iniciou o seu aprontamento no Regimento de Engenharia nº3.

O aprontamento destinou-se a preparar a Unidade para a execução de operações no âmbito das Operações de Apoio à Paz, relativas às funções de Engenharia, combinadas com operações convencionais de âmbito limitado. Incluiu a execução de ações de apoio geral de Engenharia, proteção e apoio à mobilidade, com principal incidência na execução de tarefas no âmbito das construções horizontais e construções verticais. Foram ainda ministrados diversos cursos, estágios, instruções e palestras, destinados a Oficiais, Sargentos e Praças das diferentes Armas e Serviços presentes na Força.

A UnEng10 foi avaliada e certificada durante o exercício SHAMA111 que decorreu no aquartelamento de D. Pedro no Regimento de Infantaria nº19, em Chaves, e recebeu, em 04 de maio, de mãos do Comandante da Brigada de Intervenção, o Estandarte Nacional que acompanhou a Unidade durante a missão.

A 23 de maio partiu do Porto o destacamento avançado que assegurou a sobreposição e passagem de cargas e tarefas com a Unidade de Engenharia 9 (UnEng9).

Em 15 de junho, partiu do AT1 (Aeródromo de Trânsito Nº 1) a bordo de um avião fretado pelas Nações Unidas, os 130 militares que constituíram o grosso da UnEng10, com destino ao Líbano.

No dia 16 de junho, decorreu no Aeroporto Internacional de Beirute, a cerimónia de Transferência de Autoridade (TOA) entre as UnEng9 e a UnEng10.

A UnEng10 ao serviço das Nações Unidades permaneceu na localidade de Shama, no Sul do Líbano, próximo do Quartel-General da UNIFIL em Naqoura, até 16 de janeiro de 2012.

Durante os sete meses de missão a UnEng10 executou trabalhos de construções horizontais e verticais em apoio da UNIFIL, em toda a Área de Operações (AO), apoiou as Forças Armadas Libanesas (LAF), Agências Civis e a População Local.

Foram realizados trabalhos enquadrados na proteção da força em diversas posições dos diferentes contingentes presentes no TO de acordo com as fragos em vigor.

Deu-se continuidade ao importante contributo das Unidades de Engenharia, nossas antecessoras, para a evolução da Green Hill UNIFIL HQ, a UnEng10 recebeu várias solicitações para executar estabilizações de taludes, preparação e regularização de plataformas e construção das necessárias infraestruturas de drenagem afectas a estas novas instalações.

Continuando a ser a marcação da *Blue Line* uma das prioridades da UNIFIL. A UnEng10 executou 12 *Blue Line Barrels* (BLB), sendo que 8 foram colocados pelo lado de Israel.

Sendo o objetivo das ações CIMIC na UNIFIL o desenvolvimento de pequenos projetos, com grande impacto no curto prazo, para aumentar a aceitação da força no TO, melhorando ao mesmo tempo as condições de vida da população, a UnEng10 foi chamada a executar trabalhos nesta área, sendo de realçar a ampliação da escola de Al

(TOA) entre as UnEng9 e a UnEng10

Naqoura e uma estrada agrícola em Ayta Ash Sha'b.

A UnEng10 recebeu uma verba do EMGFA para execução de projetos CIMIC, que designamos de CIMIC nacional. Neste âmbito são de destacar a pintura de paredes na escola de Alma Ash Sha'b, construção de uma estrada em Shama, construção de vedação periférica nas instalações da Cruz Vermelha em Tyre e doação de diverso material escolar e sanitário em instituições locais. Foi ainda nesta área assegurado apoio médico-sanitário em localidades vizinhas, bem como no *Ubique Camp*.

A UnEng10 constatou que a atividade CIMIC

nacional contribui muito para o reforço da aceitação da força pelas populações vizinhas, sendo por esse motivo um elemento importante a considerar, do ponto de vista da sua proteção. Fruto deste excelente relacionamento a UnEng10 foi diversas vezes chamada a participar em cerimónias locais.

Em simultâneo foi garantida a melhoria e manutenção das instalações do *Ubique Camp*, onde se deve destacar a ligação de conduta adutora de água à posição vizinha (Comando de Setor Oeste) e ainda a melhoria das condições da sala de convívio com a colocação de vãos.

Assinalaram-se durante a missão os cinco anos da presença da Engenharia Militar no Sul do Líbano, tendo decorrido a 24 de novembro a *Medal Parade* da UnEng10. Este marco destaca-se pela aceitação e respeito pela presença portuguesa nestas terras do Médio Oriente, tanto pela UNIFIL (*United Nations Ínterim Force in Lebanon*), organização em que está inserida, como pela população local.

Passados cinco anos da presença da Engenharia Militar Portuguesa no Sul do Líbano fica patente que se deve essencialmente às ações de envolvimento com as populações locais, no âmbito do CIMIC, associadas às características próprias do povo português, o modo amigo como os militares portugueses são vistos. Prova deste sentimento é a forma amiga e segura como os militares portugueses são recebidos nas localidades onde já houve intervenção portuguesa. Daqui poder concluir-se que as intervenções no âmbito do CIMIC, seja na área sanitária, seja na área das construções são de continuar visto serem o maior contributo para a segurança da força. Prova deste facto foram os testemunhos de diversos dirigentes locais aquando da visita de Sua Exª o Ministro da Defesa Nacional em 24 de dezembro.

A missão da UnEng10 decorreu conforme o planeado tendo tido por base a **Simplicidade**, a **Sinceridade**, a **Segurança**, a **Serenidade** e as **Soluções**, fazendo jus à divisa da força **"*SAPIENTIA AEDIFICAT PACEM*"**.

AS MULHERES DO “6” VOLTAM AO KOSOVO

Sentimento de dever cumprido é o que experimentamos cada vez que se dá o términus de uma missão. A minha experiência no Teatro de Operações (TO) do Kosovo iniciou-se com primeira missão, por um período de seis meses, em 2008/2009 integrando o Agr MIKE e continuou por igual período de tempo em 2011/2012, desta vez com o Grupo de Autometralhadoras (GAM)/BrigInt/KFOR.

As sensações e as experiências vividas na primeira pessoa que tenho para compartilhar convosco são sentimentos de um “soldado do ‘6’ que regressa ao Kosovo”, e que se torna, desta forma, num exemplo de trabalho e representante da casa mãe, que o vai formando e modelando, com rigor e disciplina, há já mais de 6 anos de permanência nesta casa de Portugal.

Experiências há muitas, mas a vivência de cada individuo, enquanto ser humano com qualidades e defeitos, com os seus medos, receios, atos de coragem, valentia, lealdade e abnegação, é única e intransmissível. A minha, na minha modesta opinião, também foi assim. Não querendo entrar em comparações entre as duas missões cumpridas, já que as circunstâncias são suficientemente diferentes, tenho que por inerência do tema em apreço tentar descrever, como senti e vivi cada uma das missões e evidenciar como foram diferentes nos mais variados aspetos, nomeadamente a nível das operações, das emoções, nas relações com as outras forças no TO e com a população local.

Na primeira missão com o Agr MIKE o sentimento de proximidade com a população foi sem sombra de dúvida muito maior, as operações mais versáteis e diversificadas entre patrulhamentos, *chek –points e* operações CIMIC, orientadas para o apoio ás populações locais, mas também de suporte às operações de proximidade, e que contribuíram em grande parte para registar o nosso contributo mais físico, afetivo e plural, em representação da nação portuguesa àquele povo, na maior parte das vezes esquecido numa sociedade rural, no interior, em que tudo falta, que contrasta com o desenvolvimento dos centros metropolitanos. Nunca me poderei olvidar da alegria e felicidade que jorravam dos olhos daquelas crianças quando os banqueteávamos com pequenas ofertas, nomeadamente materiais escolares, vestuário, alimentos, apoio técnico e equipamentos para as infraestruturas comunitárias, ou muito simplesmente com um abraço, um gesto de carinho ou uma simples foto em grupo; era como se no fundo a nossa presença permanente lhes transmitisse a confiança e a esperança de que poderiam continuar em frente, na procura de um mundo melhor com paz, estabilidade e harmonia social.

Muitos quilómetros foram calcorreados, em viatura e a pé, por aquelas terras longínquas, em

que o MIKE, segundo rumores, foi a força com mais quilómetros registados naquele TO. Muitas patrulhas foram executadas por diversas localidades com o objetivo de vigiar e monitorizar a liberdade de movimentos de toda a população e garantir um ambiente estável e seguro, a SASE e a FOM, para todos e em todo o TO. Muitas noites sem dormir. Recordo-me de uma peculiar, em que tinha saído com a minha secção para patrulhar as ruas de Mitrovica Norte pela altura da passagem de ano, quando demos conta, por volta das 06h00, tínhamos o interior da viatura cheia de estalactites e o meu condutor solicitou que parássemos um pouco, porque estava esgotado… podia relatar muitas outras situações similares que povoam o meu firmamento e me fizeram crescer como ser, como militar, como cidadã do mundo e acima de tudo como líder de Homens, mas a razão diz-me para parar por aqui...

Em contraste, nesta última missão, a realidade foi completamente diferente, levando o estado emocional e a entrega corajosa de cada militar a extremos, fazendo emergir as virtudes e a essência militar dos nossos antepassados, devido ao número de operações táticas e ao elevado risco a que fomos postos á prova por variadíssimas vezes, num estado de prontidão elevado e de alerta muito reduzido. O risco, a incerteza, a confiança cega e inquestionável depositada na cadeia hierárquica, a obediência incondicional, a prontidão, a camaradagem e espirito de sacrifício fizeram a diferença quando foi imperioso.

Nestas condições é extremamente peculiar ver que cada militar sabe com rigor ocupar o seu lugar sem questionar, não pedíamos que decidissem bem nem mal apenas pedíamos que decidissem, que nos liderassem, era imperativo que isso acontecesse devido ao elevado risco que as operações envolviam. Não considero na minha opinião ter vivido uma situação de guerra mas, algo parecido com isso, uma situação de conflito porque a guerra há já muito tempo que deixou de existir para nós, dentro dos parâmetros convencionais, dando lugar á guerra do “desconhecido” em que cada militar tem que ser versátil para se ajustar ao que lhe é exigido fruto da imprevisibilidade e ao carácter adaptativo da ameaça. Pela primeira vez enfrentamos, neste TO, as operações de limpeza de *roadblocks*. Os patrulhamentos e os *checkpoints* não faziam parte das nossas prioridades! A nossa ação foi dirigida para as limpezas de *roadblocks,* em confronto direto com forças opositoras, dispostas a vender cara a derrota e testar a nossa vontade, brio e capacidade de resiliência face as dificuldades, teimosia e capacidade de organização e rapidez de execução do arguto kosovar sérvio. Limpar, guarnecer, manter segurança e deste modo garantir a liberdade de circulação de pessoas e bens em pontos do terreno críticos (cruzamentos, estradas…etc.), que após conquistados eram limpos e mantidos sob o nosso controle e monotorização. Como foi a operação de RUDARE que ainda hoje por poucos de nós é pronunciada e por muitos esquecida, se é que algum de nós a pode esquecer, em que avançamos pela calada da noite e durante a condução da mesma fomos, num

ápice, surpreendidos por centenas de manifestantes, que afincadamente, e dispostos a tudo, nos fizeram verter a adrenalina e acelerar o coração – no bom português, a expressão "entre feridos e mortos alguém há-de escapar", aplica-se que nem uma luva a essa situação.

No presente, e depois de duas missões cumpridas, penso que as diferenças entre homens e mulheres em TO se esbatem. É claro que há muitas diferenças, um homem e uma mulher não são iguais, podem é desempenhar o mesmo papel quando preparados para tal.

Uma das vantagens de sermos mulheres em tarefas operacionais, mormente nas operações de proximidade é termos "mais jeito", "mais empatia" e um grau de compreensão e de tolerância superiores, quando confrontadas com a necessidade de falar com a população local, sobretudo com as crianças e com o nosso género. Os autóctones dirigem-se a nós com mais facilidade e estamos mais atentas para os problemas da igualdade de género e da situação familiar, principalmente em sociedades como a do Kosovo em que a maior parte dos habitantes professa a religião muçulmana.

Por outro lado, no contexto da cultura muçulmana, só uma mulher deve revistar outra mulher. Por isso, nas duas missões, o Comando procurou levar para o terreno uma mulher. A preocupação da mulher, enquanto líder de uma força, para com os seus homens é vista de uma forma mais forte, como se de uma mãe se tratasse. As mulheres são mais protetoras, embora por vezes isto não seja uma vantagem mas sim uma desvantagem.

As mulheres do "6", da Brigada de Intervenção, do Exército e de Portugal, cerca de dez por centro em ambas as Forças, cumpriram bem em ambas as missões, quer nas tarefas de âmbito logístico de apoio às subunidades de manobra, quer nas tarefas de executantes ou de líderes de Esquadra e Secção de subunidades de Manobra, quer como comandantes de Pelotão da subunidade de Apoio. Na hora da verdade estiveram lá e fizeram jus à divisa do Nosso Regimento "Avante para a Glória".

Muito haveria para contar as palavras seriam poucas para descrever com rigor todas as experiências vividas em ambas as missões e em conclusão, o mais importante, e que deve ser retido, é que nenhuma experiência ou missão é melhor que outra, são experiências diferentes que contribuem para o amadurecimento e crescimento de cada militar como Homem, e que cada período de seis meses em TO, corresponde em tempo real a mais de 10 anos de treino operacional e experiência, quer pelos meios envolvidos, quer pelas experiencias vividas. A visão que tenho de cada uma delas não é repartida mas sim holística e global, como um todo, como diz o nosso grito de guerra: quantos somos? "UM SÓ"

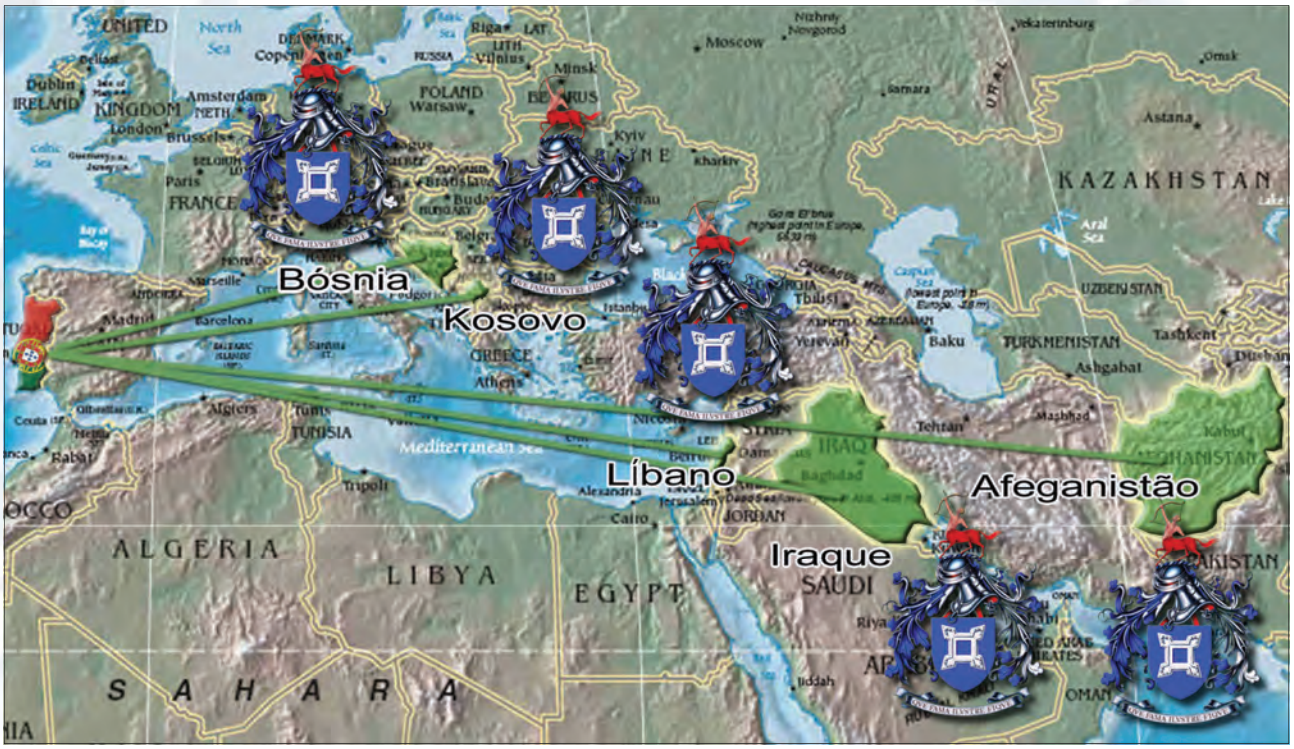
Avante para a glória!

FORÇAS NACIONAIS DESTACADAS

A Brigada de Intervenção, nos últimos sete anos, contribuiu para o esforço nacional aprontando, certificando, projetando e sustentando 24 Forças Nacionais Destacadas (FND) para os TO da Bósnia -Herzegovina, Iraque, Kosovo, Líbano e Afeganistão. No último semestre foram aprontadas, certificadas, projetadas e sustentadas a 8ª OMLT de Guarnição para o TO do Afeganistão, o 1BI/ BrigInt/KFOR para o TO do Kosovo e a EUTM para o TO do Uganda/Somália.

Missão	FND	TO	Início	Fim	Comandante
	1ºBI/BrigInt/EUFOR	Bósnia	22-Jul-06	28-Fev-07	TCor Inf Joaquim Sabino
	CmdBrigInt/EUTM	Uganda/Somália	14-Set-11	01-Jun-12	TCor Art Mariano Alves
	2ºBI/BrigInt/KFOR	Kosovo	12-Set-07	14-Mar-08	TCor Inf João Magalhães
	AgrMIKE/BrigInt/KFOR		25-Set-08	25-Mar-09	TCor Cav Jocelino Rodrigues
	1ºBI/BrigInt/KFOR		25-Mar-09	25-Set-09	TCor Inf Fernando Teixeira
	GAM/BrigInt/KFOR		25-Set-11	25-Mar-12	TCor Cav Paulo Marques
	1ºBI/BrigInt/KFOR		25-Mar-12	25-Set-12	TCor Inf José Sá
	UNENG3/BrigInt/UNIFIL	Líbano	12-Nov-07	29-Mai-08	TCor Eng Manuel Carvalho
	UNENG4/BrigInt/UNIFIL		20-Mai-08	29-Nov-08	TCor Eng Jorge Caetano
	UNENG7/BrigInt/UNIFIL		02-Dec-09	01-Jun-10	TCor Eng João Almeida
	UNENG10/BrigInt/UNIFIL		23-Mai-11	16-Jan-12	TCor Eng Augusto Sepulveda
	2ª OMLT/BrigInt/ISAF	Afeganistão	22-Out-08	25-Abr-09	TCor Art Luís Henriques
	3ª OMLT /BrigInt/ISAF		13-Abr-09	23-Out-09	TCor Inf Paulo Santos
	4ª OMLT /BrigInt/ISAF		19-Out-09	12-Abr-10	TCor Art Luís Monsanto
	5ª OMLT /BrigInt/ISAF		12-Abr-10	17-Out-10	TCor Inf Joaquim Pereira
	6ª OMLT /BrigInt/ISAF		17-Out-10	17-Abr-11	TCor Inf João Godinho
	7ª OMLT.G /BrigInt/ISAF		17-Abr-11	19-Out-11	TCor Art António Paradelo
	3º Módulo Ap/BrigInt/ISAF		13-Abr-09	23-Out-09	TCor Cav Joaquim Conceição
	4º Módulo Ap/BrigInt/ISAF		19-Out-09	12-Abr-10	TCor Inf Arnaldo Costeira
	5º Módulo Ap/BrigInt/ISAF		12-Abr-10	17-Out-10	TCor Cav Manuel Lapa
	6º Módulo Ap/BrigInt/ISAF		17-Out-10	17-Abr-11	TCor Inf Rui Cleto
	7º Módulo Ap/BrigInt/ISAF		17-Abr-11	19-Out-11	TCor Inf Luís Basto
	NTM – I	Iraque	12-Fev-06	05-Ago-06	TCor Inf Artur Brás
	NTM – I		05-Ago-07	13-Fev-08	TCor Cav Carlos Sernadas

Forças Nacionais Destacadas da Brigada de Intervenção 2006/12



EXERCÍCIOS

EXÉRCITO

EXERCÍCIO EFICÁCIA12

Realizou-se no período de 13 a 18 de maio, do corrente ano, no Campo Militar de Santa Margarida, o exercício Eficácia 12, que contou com a presença dos três Grupos de Artilharia de Campanha e com os Pelotões de Morteiros da BrigMec e das Zonas Militares (ZMA e ZMM). O GAC/ BrigInt participou com o Cmd e EM, a Bateria de Comando e Serviços e duas Baterias de Bocas-de-fogo, com um efetivo total de 236 militares e 33 viaturas.

Este exercício, da responsabilidade do Comando das Forças Terrestres, desenvolvido na sequência dos anteriores da mesma série, pretendeu desenvolver a proficiência técnica e a capacidade operacional dos meios de apoio de fogos e de aquisição de objetivos, pertencentes aos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF). Participaram ainda neste exercício um Pelotão de Morteiros dos Fuzileiros e uma parelha de F-16 da Força Aérea Portuguesa.

Em 17 de maio de 2012, a Brigada Mecanizada comemorou o seu dia festivo, tendo incluído no programa, uma demonstração de capacidade de fogos reais da Brigada Mecanizada, integrando nesse evento a participação das cinco Baterias de Bocas-de-fogo presentes no CMSM.

O exercício realizou-se em duas fases distintas, uma fase *Field Trainning Exercise* (FTX) e outra *Live Fire Exercise* (LFX).

Durante a primeira fase (FTX), que decorreu nos dias 13 e 14, foi possível realizar o treino tático das forças intervenientes, onde foram injetados incidentes por equipas de arbitragem, materializando o realismo tático de campanha. A segunda fase (LFX) decorreu do dia 15 ao dia 17, onde foram executadas diversas missões de tiro com granadas explosivas e de fumos, tanto em tiro mergulhante como em tiro vertical. No dia 17, decorreu o DVD do exercício em simultâneo com a comemoração do dia da Brigada Mecanizada, presidida por Sua Excelência o General CEME.

Simultaneamente foram treinados os procedimentos técnicos e táticos de controlo e conduta das operações terrestre, coordenação de apoio de fogos e o emprego dos diferentes meios de apoio de fogos: artilharia, morteiros, apoio aéreo e os radares da Bateria de Aquisição de Objetivos da EPA. Foi ainda operado um Posto de Comando comum onde foi possível verificar e nivelar os procedimentos das diversas forças presentes e verificar a ligação entre o AFATDS e o radar AN-TPQ 36.

No dia 16 o GAC/BrigInt com o apoio dos outros GAC, organizou no Quartel da Pucariça, um jantar convívio com todos os participantes no Exercício, que contou também com a presença do Comandante da Brigada Mecanizada, Exmo MGen Esperança da Silva, onde, uma vez mais foi possível atestar a sã camaradagem dos militares e fortalecer o espirito artilheiro e a boa ligação com os militares de outras armas e da companhia de fuzileiros.

Participaram neste exercício cerca de 650 militares, dos quais 236 pertenciam ao do GAC/ BrigInt (18 Oficiais, 45 Sargentos e 173 Praças) das 3 Baterias. Um novo máximo, perto do nível de levantamento desta Unidade, desde a sua criação

em 2008, o que mostra o crescimento e maturidade operacional desta força da BrigInt.

Foram empenhadas no exercício 33 viaturas e 9 Obuses M114 A1 155mm/23, o mínimo indispensável por forma a cumprir a missão e reduzir custos.

As atividades desenvolvidas neste período, apesar de bastante exigentes e intensas, foram aliciantes e possibilitaram um treino técnico e tático eficaz. Os militares envolvidos demonstraram extrema motivação para este tipo de exercícios, espelhada na qualidade das atividades diárias, realizadas com rigor e dinamismo.

Ao terminar, ficou a sensação de dever cumprido por parte dos militares do GAC/BrigInt, dando jus à divisa da sua Brigada "*Que fama ilustre*

EXERCÍCIO RELÂMPAGO12

No período de 12 a 15 de março de 2012 decorreu, na região de Vieira de Leiria (Fonte dos Morangos), o Exercício "Relâmpago 12", da responsabilidade do Comando Operacional do Exército (conduzido pelo Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1 – RAAA1), com vista a exercitar todas as Unidades de Artilharia Antiaérea (AAA) do Sistema de Forças do Exército, no planeamento, controlo e conduta do apoio antiaéreo às operações terrestres.

No âmbito do Exercício realizou-se, em 15 de março, uma sessão de fogos reais, que contou com a participação de cerca de 250 militares e onde foram empregues todos os meios (sistema canhão Bitubo 20mm e os sistemas míssil antiaéreos, STINGER e CHAPARRAL), e unidades de AAA do Exército Português, respetivamente: Bateria AAA da Brigada de Intervenção (RAAA1); Bateria de AAA das Forças de Apoio Geral (RAAA1); Bateria AAA da Brigada de Reação Rápida (RAAA1); Bateria AAA da Brigada Mecanizada; Bateria AAA do Regimento de Guarnição Nº2 (ZMA); Bateria AAA do Regimento de Guarnição Nº3 (ZMM).

Fig 1 – Canhão Bitubo 20MM - ZMM

O Exercício decorreu com enorme espírito de missão por parte de todos os participantes, resultando num inequívoco reforço da coesão entre todas as componentes da Artilharia Antiaérea do Exército. Feita a avaliação do exercício considera-se terem sido atingidos os objetivos propostos, nomeadamente:

- Organizar, manter e operar uma carreira de tiro temporária de AAA, de forma a permitir a realização de Fogos Reais, com o Sistema Míssil Ligeiro Chaparral, Sistema Míssil Portátil Stinger e Sistema Canhão Bitubo AA 20mm;
- Conduzir o treino de nível tático das guarnições dos sistemas míssil e canhão tipo SHORAD, envolvendo deslocamentos, reconhecimento, escolha, ocupação, organização e segurança das posições de tiro;
- Conduzir o treino de nível técnico dos apontadores e dos respetivos Encargos Operacionais, nivelando procedimentos;
- Testar procedimentos de interdição do espaço aéreo, marítimo e terrestre, necessários para a execução do tiro;
- Constituir um Grupo de Artilharia Antiaérea a quatro Baterias. (Bateria de Comando e Serviços, Bateria míssil ligeiro, Bateria Míssil portátil e Bateria Canhão);
- Realizar uma sessão de Fogos Reais em ambiente noturno e diurno com os sistemas SHORAD (Míssil e Canhão) orgânicos da AAA portuguesa;
- Integrar e treinar com o novo sistema de alvos aéreos (MQM-170A *Outlaw*);
- Consolidar o GAAA como elo aglutinador das capacidades de AAA do Exército.

É de salientar o apoio de várias entidades, militares e civis, na organização deste Exercício, designadamente da Marinha de Guerra Portuguesa, da Força Aérea Portuguesa, de várias unidades do Exército, da Guarda Nacional Republicana, dos Bombeiros Voluntários da Vieira de Leiria e Marinha Grande, da Proteção Civil, da Circunscrição Florestal do Centro e do Núcleo Florestal do Centro.

Durante a sessão de fogos foram disparados 11 misseis, tendo-se obtido uma taxa de sucesso de 82%, salientando-se que os 18% de insucesso redundaram da explosão de um motor e, do acionar sem motivo aparente, da espoleta de aproximação em ambos os casos de mísseis MIM-72 G. Regista-se por significativo, que foi a segunda vez, depois de uma experiencia piloto no exercício RAIO 11, que ocorreu uma sessão de fogos reais noturnos em que foram empregues os meios com capacidade de atuar em todo o tempo, o sistema Míssil Ligeiro Chaparral, tendo-se efetuado pela primeira vez tiro noturno com o Sistema Canhão Bitubo AA 20mm. Assinala-se

ainda pela sua relevância, que o tiro canhão decorreu de forma brilhante, pois apesar das limitações impostas nos sectores de tiro, conseguiram quer em ambiente noturno, quer em

Fig 2 *Outlaw*

diurno, empenharem-se sobre os alvos disponibilizados, alcançando o sucesso, de que é prova viva o derrube apesar da reduzida silhueta de um MQM-170A *Outlaw*.

Assinala-se ainda por relevante, que o tiro com o sistema Chaparral foi sempre efetuado utilizando o FLIR, o que possibilitou que os sistemas de armas fossem empenhadas perto do limite máximo de alcance, o que mais uma vez fez realçar o trabalho

Fig 3—CHAPARRAL

excecional que tem sido realizado pelos mecânicos da secção de manutenção de sistemas do GAAA, na recuperação e manutenção dos CHAPARRAIS.

A utilização pela primeira vez em Portugal, do alvo aéreo MQM-170A *Outlaw*, permitiu aos apontadores dos diferentes sistemas de armas um treino de várias horas, em ambiente diurno e noturno, sobre um alvo que se assemelha pelos seus perfis de voo a uma aeronave, garantido assim efetivamente um verdadeiro treino operacional. O estabelecimento da interdição do espaço marítimo foi garantido através do NRP Viana do Castelo, e do espaço aéreo através da base aérea Nº 5 Monte Real, que o fizeram como é timbre das forças armadas de uma forma eficiente e muito profissional

TCor Art Victor Oliveira
Cmdt GAAA/RAAA1
oliveira.vms@mail.exercito.pt

BRIGADA

EXERCÍCIO VULCANO12

As Unidades do encargo operacional da Brigada de Intervenção (BrigInt) deslocaram-se ao polígono de Tiro do Campo Militar de Santa Margarida (CMSM), entre os dias 2 e 4 de maio do presente ano, a fim de executarem o exercício de fogos reais denominado de VULCANO12.

Participaram neste exercício, o 2º Batalhão de Infantaria (2BI/BrigInt), o Grupo de Auto Metralhadoras (GAM/BrigInt), o Esquadrão de Reconhecimento (ERec/BrigInt) e a Bateria de Artilharia Antiaérea (BAAA/BrigInt).

Estas Unidades executaram tiro real com todas as suas armas orgânicas, garantindo assim que todos os seus militares estejam aptos, individual e coletivamente, a fazerem uma correta utilização do armamento e do equipamento ao seu dispor, recorrendo a todos os procedimentos e técnicas de tiro, bem como aos procedimentos e normas de segurança.

O Exercício VULCANO12, serviu também para testar e validar os níveis de treino e aperfeiçoamento operacional alcançados pelos militares da Brigada, nomeadamente no lançamento de granadas de mão, no tiro de metralhadora pesada Browning 12.7mm e metralhadora ligeira HK-21, dos morteiros pesados 120mm e morteiros médios 81mm, da peça 90mm, das metralhadoras M60 D e M60 E, do lança granadas HK-79 e do lança granadas foguete M72A2 LAW. Foi também executado fogo e movimento, utilizando as VBR PANDUR II 8X8,

assim como testada a resolução de avarias ou interrupções involuntárias de tiro.

No final do exercício, as subunidades participantes atingiram o grau de proficiência desejado, cumprindo assim com sucesso as tabelas de tiro definidas.

No exercício participaram cerca de 250 soldados e 29 viaturas táticas de rodas, blindadas e não blindadas dos encargos operacionais da BrigInt.

2BI/BrigInt
2bi.brigint@mail.exercito.pt

EXERCÍCIOS ESTRELA 12 (BENG) / VÉNUS12 (CENG/BRIGINT) & ANDRÓMEDA12 (2CENG AG)

Entre 16 e 18 de maio de 2012, decorreram os exercícios dos encargos operacionais do Regimento de Engenharia nº3, nomeadamente o exercício ESTRELA12, do Comando do Batalhão de Engenharia das Forças de Apoio Geral (BEng FAp Ger), o exercício VÉNUS12, da Companhia de Engenharia da Brigada de Intervenção (CEngBrigInt) e o exercício "Andrómeda12", da 2ª Companhia de Engenharia de Apoio Geral (2CEng AG).

Estes exercícios realizaram-se sob o formato de CPX (Exercícios de Postos de Comando) e destinaram-se a incrementar o nível de treino ministrado, praticar o planeamento, o controlo e a conduta de operações táticas associadas às PSO, no quadro das missões e tarefas passíveis de serem desempenhadas por estes encargos.

Assim sendo, foram materializados os Postos de Comando de cada um dos encargos nas respetivas instalações, e, pelo facto de todos os encargos

treinarem em simultâneo, foi possível que aos mais diversos níveis existisse uma interação muito profícua, tendo em conta a partilha de situações. Por outro lado, através da resposta aos diversos incidentes do tipo operacional e administrativo-logístico, foram verificadas as capacidades e limitações existentes, potenciando-se estes exercícios com a revisão das NEP e planos dos referidos encargos.

Baseando-se estes exercícios em toda a envolvente do Exercício Dragão previamente definida pela Brigada de Intervenção (cenário, forças, missões e tarefas), foi possível explorar melhor a envolvente e verificar um conjunto de situações a precaver, bem como orientar de modo mais específico o treino operacional destes encargos até ao referido exercício.

Durante a realização destes exercícios o RE3 recebeu a visita do Exmo 2º Comandante da BrigInt, Cor Tir Cav Baía Afonso, que teve a oportunidade de visitar o PC do Comando do BEng FAp Ger. Logo após o ENDEX em 18Mai, foi possível efetuar a *Post Exercise Discussion*, onde foram debatidas as principais ideias, retendo-se a necessidade de repetir este tipo de atividades e potenciá-las, nomeadamente através da participação de outros encargos das FAp Ger, passíveis de serem agregados pelo Cmd do BEng neste ou em outros quadros de intervenção.

Cap Eng Ricardo Pereira
Cmdt da CEng/BrigInt
pereira.rjn@mail.exercito.pt

ENCARGOS OPERACIONAIS

EXERCÍCIO MERCÚRIO12

UMA VISÃO INTEGRADA E SINERGÉTICA

O exercício MERCÚRIO12 é uma atividade de treino operacional do Esquadrão de Reconhecimento da Brigada de Intervenção (ERec/BrigInt) que se destina a validar o treino operacional, sendo considerado, nos termos da Diretiva 02/BrigInt/12, treino operacional da Brigada de Intervenção – 2012, de 15Mar12, como um exercício de nível 3.

Este exercício tático, planeado pelo RC6 e executado pelo ERec/BrigInt no interior do RC6, na modalidade de CPX[1], foi enquadrado no planeamento da Brigada na continuação do exercício DRAGÃO MAPEX121 consubstanciado no Plano de Operações DRAGÂO12, e antecedendo este exercício que contará com a

participação de uma parte significativa do ERec em FTX[2], nomeadamente o seu Comando, 1 PelRec, a SecVCB, 1 Secção de Morteiros e a parte proporcional de apoio de serviços.

A finalidade de "praticar o planeamento, o controlo e a conduta de operações táticas, no quadro das missões e tarefas passíveis de serem desempenhadas pelo ERec/BrigInt, tendo como referencial o ambiente operacional que se vive num cenário de imposição de paz e as possíveis evoluções do mesmo", parece-nos que foi maximizada e plenamente atingida.

Com base na finalidade exposta foram definidos um conjunto de objetivos gerais e particulares dos quais que se destacam:

Treinar os procedimentos de Planeamento de Operações, incluindo a elaboração e difusão de Ordens e Planos de Operações (OOp/PlOp), as Normas de Execução Permanente (NEP) e o estabelecimento e procedimentos do Posto de Comando (PC) do ERec/BrigInt;

Desenvolver a capacidade de planear e controlar Operações de Apoio à Paz (OAP) de Escalão Esquadrão nomeadamente as tarefas relacionadas com a implementação de medidas de segurança e defesa de infraestruturas vitais e pontos sensíveis, e garantir segurança e controlo de itinerários;

Exercitar a utilização de Instruções Temporárias de Transmissões (ITTM), nomeadamente a utilização dos procedimentos de segurança e a utilização de frequências e indicativos.

Assim, no período de 10 e 11 de maio o ERec efetuou o planeamento operacional, enquanto a *Core Planning Team* (CPT) efetuou o planeamento das MELMIL, criando e adaptando incidentes representativos das tarefas passíveis de serem atribuídas ao ERec/BrigInt no âmbito da sua missão genérica de reserva da BrigInt, baseado num cenário próximo da situação que o ERec/ BrigInt irá encontrar no exercício "DRAGÃO 12;

O CPX decorreu entre os dias 14 e 17 de maio, com o dia 14 destinado aos testes de comunicações e ligações, bem como ao *warm-up* e ao "salto-temporal" entre o início da missão (D+60) em termos de plano e a data escolhida para efetivação das operações (a partir de D+80).

A visão do *Exercise Diretor*

A nova metodologia utilizada neste exercício, procurou ir de encontro aos standards definidos pelo comando da BrigInt no novo conceito de treino operacional. Deste modo o CPX do ERec consubstancia o culminar da formação e treino aos mais baixos escalões, e foi antecedido por exercícios na modalidade de FTX ao escalão Pelotão (MERCÚRIO121 a 125).

Ficou provado que a estrutura regimental, desde que os efetivos do comando e EM se encontrem a 100%, tem capacidade para estabelecer todos os elementos necessários a direção, controlo e arbitragem desta tipologia de exercícios. No caso do RC 6, o GAM que se encontra com o comando e EM substancialmente robustecidos e preenchidos, excedeu todas as expetativas, com padrões a nível do desempenho e dos materiais, em tudo semelhantes aos utilizados na EUROFOR e no QG do NRDC (UK)[3]. Para mim como comandante do "6" foi uma agradável surpresa verificar *in loco* o entusiasmo, a dedicação, os conhecimentos técnicos, táticos e a nível do CIS evidenciados por todos os participantes. A nossa atenção já está direcionada para o DRAGÂO12, próximo desafio a vencer….

A visão do EXCON/CEM

Com base nas EXPECS promulgadas pelo OSE (MGen Comandante da BrigInt) o OCE atribuiu a um CPT *Ad Hoc* (constituído com base nos quadros do GAM) o planeamento e a implementação do exercício, no interior do RC6, recorrendo maioritariamente à capacidade já instalada, quer no ERec quer no GAM.

A primeira preocupação em termos de planeamento do exercício foi estabelecer a organização (ver Fig 1) a partir da qual seriam definidas as estruturas e as tarefas que seriam necessárias implementar:

Atendendo os meios humanos disponíveis no RC6 foi considerado que deveria ser planeado e executado um exercício que maximizasse os quadros de ERec, subunidade que se constituía como a *Primary Training Audience* (PTA);

Foi ainda considerado que se deveria maximizar a utilização dos meios rádios, servindo os meios da rede de dados do Exército como meios complementares para a difusão da informação;

Para efeitos de execução do exercício, foi constituída uma estrutura de comando e controlo com elementos do EM do GAM responsáveis pelas atividades de planeamento, preparação e conduta global do exercício, tendo sido necessário recorrer a um subalterno do 1EAM para a elaboração e execução da MEL/MIL[4]. Com base nos meios do

Figura 1 - Estrutura da Organização CPX MERCURIO12

ECS/GAM e ECS/RC6 foram montados e instalados os meios necessários para a condução do exercício.

Implantada a estrutura organizacional foi necessário definir como é que na prática se iria executar o CPX face aos meios humanos disponíveis, que eram bastante reduzidos. Foi assim definido que os incidentes seriam injetados no LOCON e que este seria constituído pelos comandantes e sargentos de pelotão do ERec.

EXCEN/HICON/LOCON

No EM do GAM foi instalado um "Posto de Comando" com múltiplas valências:

SITCEN para acompanhar o desenrolar do exercício, do ponto de vista do controlo e arbitragem;

HICON, na forma de PC da BrigInt, com células representativas do G1 ao G4, sendo cada uma delas guarnecida pelo Sargento do EM do GAM responsável por essa área;

LOCON, com os Comandantes e Sargentos de Pelotão do ERec. Estes Dragões D'Entre Douro e Minho, para além de serem parte do controlo foram também PTA, ao serem submetidos a avaliação quer na forma como transmitiam os incidentes que lhes eram dados, quer na necessidade (imposta) de planear e difundirem de forma verbal e escrita as suas ordens de operações e parcelares, bem como os relatórios solicitados pelo Esquadrão.

EXCON SPT Group

O apoio real a este exercício foi garantido pela capacidade instalada do RC6. Não tendo sido necessárias grandes alterações na vida regimental.

Como o *Battle Rhythm* foi adaptado à vida corrente, quem não estava empenhado no exercício quase que nem se apercebeu do mesmo, não fosse a ausência de grande parte dos quadros nas formaturas e a utilização do rancho geral por parte dos mesmos.

EXCON CIS e meios empregues

Neste exercício foram implementadas duas redes rádio independentes:

- Rede de Cmd e Operações do ERec – utilizada entre o LOCON e o Cmd do ERec. Foi a rede mais utilizada, tendo servido para injetar mais de 90% dos incidentes;
- Rede de Cmd e Operações da BrigInt – utilizada entre o PC do ERec e o PC da BrigInt. Foi o meio mais utilizado pelo PC do ERec para comunicar ao PC da BrigInt os incidentes e a situação dos mesmos;
- Para além dos meios rádios foram ainda utilizados os seguintes meios baseados na rede de dados do Exército:
  - Serviço de e-mail (oficial);
  - WISE;
  - SharePoint.

Neste exercício foram ainda utilizados pela primeira vez (no RC6) dois quadros interativos, que se revelaram uma mais-valia para as multifacetadas tarefas a coordenar e a executar num PC a qualquer nível.

MEL/MIL

AS MEL/MIL deste exercício permaneceram "abertas" desde o STARTEX até ao ENDEX, fazendo-se a sua constante adaptação de acordo com a situação, reação do PC do ERec e meios disponíveis.

Com apenas um subalterno que se ligava diretamente com os Cmdts e Sargentos de Pelotão (LOCON) foi possível garantir a animação do exercício de uma forma contínua, em crescente, de forma a refletir uma possível realidade neste tipo de operações.

Controlo e Arbitragem

A avaliação deste exercício foi efetuada de uma forma contínua através da observação direta da reação aos incidentes e da análise e avaliação dos relatórios e documentos operacionais produzidos.

Foram ainda avaliadas a exposição de ordens de operações verbais (ao nível esquadrão e pelotões) bem com ordens parcelares.

Foi possível avaliar (e corrigir) a reacção dos escalões mais baixos *in loco* antes da transmissão

ao PC do ERec através das questões colocadas pelo responsável das MEL/MIL aos Cmdts de Pelotão.

PTA-ERec

O ERec efetuou a montagem e instalação do seu PC com base na sua sala de operações permanente e meios reais disponíveis. Os efetivos do Cmd e SecCmd, Cmdts e Sarg de Pel dos PelRec e Pel MortMed do ERec tornaram possível fazer face de forma coerente e eficiente às solicitações motivadas pela injeção dos incidentes.

AAR/PXD & LL[5]

No final do exercício são de realçar:

- A finalidade foi cumprida e os objetivos plenamente atingidos;
- A realização deste tipo de exercícios revela-se como uma mais valia para os quadros (quer da PTA quer dos envolvidos no EXCON), permitindo o refrescar dos procedimentos técnico-táticos.
- É possível potenciar este tipo de exercícios, para atingir esse desiderato propõe-se:
- Que a avaliação seja efetuada por militares da BrigInt;
- Que o HICON tenha representantes da BrigInt – só assim se poderá realmente saber o que a BrigInt pretende, por exemplo, com os vários relatórios, efetuar correções às NEP, e aos procedimentos, etc.;
- Que as EXPECS do OSE cheguem às Unidades com mais antecedência – os empenhamentos diários obrigam a que seja necessário um prazo mais alargado para o planeamento e organização do CPX.

Visão dos avaliadores/observadores

Da visita realizada ao exercício MERCÚRIO12 pela equipa de supervisão do comando da BrigInt sobressaem os seguintes pontos:

O exercício foi planeado de forma a cumprir a finalidade estabelecida nas Especificações do Exercício (EXSPEC) bem como as orientações emanadas na Diretiva do Treino Operacional da Brigada de Intervenção;

Durante a execução do exercício foram cumpridos os objetivos gerais e particulares estabelecidos superiormente.

Na opinião da equipa de avaliação é de enaltecer o empenho, dedicação e apoio prestado pelo Comando do Regimento de Cavalaria Nº6 ao planeamento e execução do exercício "MERCÚRIO 12" que em muito contribuiu para o sucesso alcançado pelo Esquadrão de Reconhecimento.

Mais uma vez, ficou patente que tudo se consegue fazer desde que exista colaboração, entrega, espírito de corpo, camaradagem fatores que muito contribuem para um excelente ambiente de trabalho e camaradagem, sendo esta a cultura que se granjeia e vive nesta Brigada de Intervenção. QUE FAMA ILUSTRE FIQUE.

RC6 & G3/BrigInt
rc6@mail.exercito.pt
g3.brigint@mail.exercito.pt

---

1. *Command post exercise.*
2. *Field training exercise.*

3. *NATO Rapid deployed corps (United kingdom) – Corpo de Reação Rápida (Reino Unido).*
4. *Main events list/Main incidents list – Lista Principal de Eventos/Lista principal de Incidentes.*
5. *After Action Review/Post Exercise Debriefing & Lessons learnt – Revisão depois da ação / debrifíngue depois do exercício & lições aprendidas (tradução nossa).*

EXERCÍCIO MERCÚRIO 121

Decorreu entre os dias 16 e 21 de janeiro, na Serra dos Carvalhos, o Exercício MERCÚRIO121 do ERec/BrigInt. A presença dos pelotões operacionais do Esquadrão de Reconhecimento foi faseada, sendo que o Pelotão de Morteiros abriu as hostilidades no dia 16 e voltou ao Regimento no dia seguinte. O 2º PelRec rendeu o PelMort no dia 17 e permaneceram até ao dia 19. O Exercício terminou com a presença do 1ºPelRec entre os dias 19 e 21. Os pelotões deslocaram-se em marcha apeada até à região da SOBREPOSTA e montaram a área de bivaque na zona da SERRA DOS CARVALHOS. A novidade

em relação às edições anteriores foi o apoio em permanência da parte proporcional, com a Secção de Alimentação a confecionar diretamente as refeições no campo.

Este exercício insere-se dentro do novo conceito de treino operacional da Brigada – Força Tarefa 1200 - e a sua finalidade última foi consolidar a instrução ministrada – Técnica Individual de Combate e Técnica de Atiradores (nível Esquadra/ Secção), em terreno convencional – bem como exercitar, melhorar e desenvolver a capacidade e eficiência operacional do Esquadrão. Camuflagem, Proteção de Fogos, Técnicas de Movimento e de Progressão foram alguns dos *refreshments* efetuados e treinados durante a conduta do exercício. Foi também organizado um percurso topográfico diurno e uma Pista de Silêncio noturna onde os militares tiveram a oportunidade de aplicar algumas das técnicas treinadas, e de percecionar a dificuldade que representa um deslocamento noturno isento de ruído.

A Secção de Alimentação foi integrada na rotina do exercício, representando uma mais-valia tanto a nível logístico – com a confeção de refeições quentes com custos reduzidos – como a nível técnico-profissional – com a prática de confeção de refeições na cozinha rodada em ambiente operacional.

O sucesso do Exercício constata-se no final quando, após as marchas realizadas e a "permanência em campanha" propriamente dita, a boa disposição e a moral elevada imperam. Não fosse o principal objetivo do MERCÚRIO a fomentação do Espírito de Corpo, a Camaradagem e a coesão da força, aliadas ao aperfeiçoamento das suas capacidades técnicas e prontidão para o combate.

Cap Cav Alberto Pinto

S1/GAM/BrigInt
pinto.ajsc@mail.exercito.pt

a

EXERCÍCIO GRÃO VASCO 12

Trezentos Militares do 2º Batalhão de Infantaria, da Brigada de Intervenção, sediado no Regimento de Infantaria Nº 14 (2BI/BrigInt/RI14), realizaram o Exercício GRÃO VASCO, que decorreu de 15 a 20 de abril de 2012, na região de VÁRZEA DE CALDE- VISEU, com o objetivo de exercitar a preparação, planeamento e condução de atividades relacionadas com as Operações de Resposta a Crises, servindo igualmente para testar e avaliar as capacidades das suas forças neste tipo de Operações Militares, utilizando as viaturas blindadas VBR PANDUR II 8X8.

O exercício GRÃO VASCO12 possibilitou projetar a imagem do 2BI, do RI 14, da BrigInt e do Exército, junto das entidades e população locais, através da presença visível dos militares e dos

meios do Batalhão. Como forma de agradecer e reconhecer o apoio prestado às nossas solicitações e a maneira afável e compreensiva como fomos recebidos pela população, foram efetuados dois rastreios sanitários à população, visando avaliar a tensão arterial, glicemias, diabetes e aconselhamento sanitário, nas populações de Calde e Várzea, estando presentes, 43 e 56 pessoas, respetivamente.

Este Exercício contou com a presença, pela segunda vez neste tipo de atividades operacional, de seis alunos do terceiro ano do curso de comunicação social, da Escola Superior de Educação de Viseu. Aos futuros profissionais da comunicação social foi proporcionada a oportunidade de trabalhar integrados com os militares, *embedded journalism*, e de partilharem com a comunidade local uma vivência real.

Com o desenrolar do Exercício, com a convivência entre militares e a população local, foi notória a grande recetividade por parte das entidades locais e população em geral, que como forma de reconhecimento pela nossa presença manifestaram todo o apoio e simpatia.

É de realçar a cordialidade com que fomos recebidos pela direção do museu etnográfico de Várzea, que de uma forma muito profissional e competente nos proporcionou várias visitas guiadas ao mesmo, contribuindo assim para uma maior integração dos nossos militares na história etnográfica local.

A área de aquartelamento e o Posto de Comando do 2BI foi visitado por 58 alunos e 08 Professores/ auxiliares da Escola Primária de Calde e Jardim de Infância de Várzea e ainda por 20 cidadãos anónimos.

2BI/BrigInt
2bi@mail.exercito.pt

APRONTAMENTO DE FORÇAS
EXERCÍCIO PRISTINA121

O Exercício PRISTINA121 decorreu na região de Sabrosa, distrito de Vila Real, de 22 de fevereiro a 02 de março. Este Exercício integrado na fase final do aprontamento do 1º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção (1BI/BrigInt) foi conduzido com a finalidade de praticar o planeamento, o controlo e a conduta de Operações Táticas, associadas às Operações de Apoio à Paz

(OAP), assim como validar o treino da força, no quadro das missões e tarefas passíveis de serem desempenhadas pelo 1BI/FND/KFOR, tendo como referencial o ambiente operacional que se vive no Teatro de Operações (TO) do Kosovo e as possíveis evoluções do mesmo.

Dada a missão específica da força e as caraterísticas da Área de Operações, pretendeu este exercício conferir a todas as atividades o realismo, rusticidade e vivacidade, para que todo o pessoal seja capaz de atuar em condições de campanha austeras, sem conforto e com eventuais privações respeitando porém, com o maior rigor, as medidas de segurança superiormente fixadas para a execução da instrução e do treino operacional.

Na execução do exercício estiveram envolvidos cerca de 315 Militares, integrando Militares do Comando da BrigInt (EXCON) do RI13 (1BI/BrigInt, Forças de Cenário e *Real Life Support*) do RI14 (Controlo e Arbitragem), do RC6 (MEL/MIL) da EPT (Módulo de Tms da CTm/BrigInt) e IGE (Oficiais Inspetores).

O *Crowd and Riot Control* (CRC)[1] e respetivas Táticas Técnicas e Procedimentos (TTP), passaram a ter maior importância para as forças da KFOR, tendo vindo a ser efetuados esforços por todos os contingentes nacionais e pela KFOR no sentido de dotar as forças com melhores equipamentos e mais valências no âmbito deste tipo de operações. A própria KFOR passou a organizar regularmente exercícios específicos para adestrar as suas forças nesta atividade.

O Exército Português por força da missão da "sua" KTM também dedicou mais atenção ao "controlo de tumultos".

Durante o exercício, o 1BI/FND/KFOR foi sujeito a uma CREVAL[2] por parte da Inspeção Geral do Exército, nos dias 27 e 28 de fevereiro, com o objetivo de avaliar a prontidão operacional da unidade para o desempenho da missão atribuída.

Da avaliação efetuada reservam-se os seguintes aspetos:

- As missões e tarefas decorrentes foram cumpridas com sucesso, tendo sido atingidos os objetivos essenciais que, garantidamente contribuíram para uma maior proficiência no desempenho de funções no TO;
- Os incidentes foram adequados ao TO do KOSOVO, levando-nos a pôr em prática não só as TTP de índole operacional bem como ao nível dos procedimentos administrativos-logísticos e antecipar situações que poderão ocorrer;
- A ligação ao escalão superior facilitou o planeamento e consequentemente o desenrolar do Exercício. Foram treinadas competências técnicas e administrativas, individuais e coletivas. Os incidentes criados neste âmbito aproximaram-nos da realidade, criando momentos de aprendizagem e treino de áreas específicas;
- A existência de diversas situações *No play* também possibilitaram incrementar o trabalho como equipa e aproximar-se do dia-a-dia na KTM. A gestão dos recursos (humanos e técnicas) e o treino que decorreu da resolução de todas as situações aumentou a coesão e auto confiança dos elementos da força, assim com a experiência de grande parte dos quadros e tropas.

Dentro dos objetivos do exercício no dia 29 de fevereiro foi organizado um *Open Day*, tendo marcado presença diversos Órgãos Comunicação Social (OCS) que foram convidados a acompanhar as atividades de treino do 1BI/FND/KFOR.

De grande significado e especial simbolismo, decorreu em 01 de março de 2012 na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, na Vila de Sabrosa, a cerimónia pública de entrega ao 1BI/FND/KFOR do Estandarte Nacional que ficará à sua guarda no TO do Kosovo. Este evento foi ainda mais valorizado pelo facto de ter sido também associado à sessão solene de atribuição da medalha de ouro do município ao General Loureiro dos Santos, um ilustre sabrosense.

1º BI/BRIGINT DE SABROSA PARA OS BALCÃS

Aprontamento do 1º BI/ BRIGINT/KFOR no RI 13

No quadro dos compromissos assumidos pelo Estado Português, o Exército tem participado em Operações de Apoio à Paz no Kosovo, sob a égide da NATO.

A Kosovo Force (KFOR), força multinacional liderada pela NATO, é responsável por estabelecer e manter a segurança no Kosovo. Entrou neste território em 12 de junho de 1999, cumprindo um mandato da Organização das Nações Unidas, que teve por base a Resolução 1244 do seu Conselho de Segurança.

As Forças Armadas Portuguesas contribuem para a Operação "*JOINT ENTERPRISE*", constituindo o Batalhão de Reserva Tática do COMKFOR (*COMKFOR TACTICAL RESERVE MANOEUVRE BATTALION* – KTM). A KTM deixou de ser exclusivamente portuguesa, passando o seu efetivo a contar com a participação da Hungria, de forma a permitir a continuidade da atividade operacional sem interrupções durante o período de rotação das forças.

Em conformidade com as diretivas superiores foi cometido ao comando da Brigada de Intervenção (BRIGINT) a missão de organizar e aprontar uma Força Nacional Destacada (FND), de escalão Batalhão, bem como de coordenar o planeamento e execução do aprontamento da força, incluindo a sua preparação e treino. Nesta sequência, o RI13, como Unidade Territorial da BRIGINT, recebeu a missão de apoiar o aprontamento do 1º Batalhão de Infantaria (1ºBI/FND/KFOR), para ser empregue no 1º Semestre de 2012 no Teatro de Operações (TO) do Kosovo.

O 1ºBI/FND/KFOR, sob comando do Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel dos Santos Sá, é constituído por parte do Comando e Estado-Maior (EM), por uma (01) Companhia de Manobra e parte de uma (01) Companhia de Comando e Serviços (CCS), tendo um efetivo de 157 militares. A KTM, cujo comando foi atribuído a Portugal é constituída por um Comando e Estado-Maior (multinacional), uma Companhia de Apoio de Serviços (multinacional), duas Companhias de Manobra (uma portuguesa e uma húngara), perfazendo um total de 304 militares (entre portugueses e húngaros). A preparação da força teve início no passado dia 09 de janeiro e visou organizar, preparar e treinar a força para desempenhar as tarefas inerentes à missão de reserva tática do comandante da KFOR (KFOR TACRES) a partir de março de 2012.

Sua Exa o General Chefe do Estado-Maior do Exército aprovou o modelo de aprontamento para a FND/KFOR o qual o 1ºBI conduziu em dois (02) meses em virtude de no semestre anterior se ter constituído em *High Readiness Force* (HRF) no âmbito do *Battle Group* da União Europeia. Registe-se aliás que neste âmbito foi recuperada parte substancial do trabalho realizado para o *Battle Group* 2-2011.

O aprontamento decorreu na região de Vila Real em três fases distintas. De 09 de janeiro a 19 de fevereiro desenvolveu-se o treino orientado para a missão, com o objetivo de desenvolver atividades de instrução coletiva orientadas para as tarefas passíveis de serem desenvolvidas no TO do Kosovo; de 20 de fevereiro a 04 de março decorreu a fase de avaliação, com o propósito de validar as competências adquiridas, realizando-se o exercício

final de aprontamento PRISTINA121, entre 24 de fevereiro e 02 de março; no concelho de Sabrosa e, por último, de 05 a 26 março efetuou-se a consolidação do treino e projeção, com o objetivo de consolidar o treino e projetar a força para o TO do Kosovo.

1º Batalhão de Infantaria em Terras de Sabrosa

No período de 24 de fevereiro a 02 de março de 2012, a BrigInt, realizou em Sabrosa, Vila Real, o Exercício PRISTINA121, que culminou a fase de aprontamento nacional do 1BI/FND/KFOR a destacar para o TO do Kosovo durante o mês de março de 2012. Este exercício militar, onde participaram cerca de 290 militares, destinou-se a validar o treino operacional da força, certificando a capacidade operacional desta para o desempenho das suas futuras missões.

As atividades e tarefas desenvolvidas no Exercício foram orientadas tendo por base as missões mais prováveis a atribuir à Reserva Tática da KFOR, nomeadamente ações próprias das Operações de Apoio à Paz (OAP) e outras de âmbito convencional, em conformidade com a doutrina NATO, a missão específica da força e as caraterísticas da área de operações. A 01 de março foi realizada uma cerimónia militar na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, em Sabrosa, na qual foi entregue ao comandante do 1BI/FND/KFOR, o Estandarte Nacional da força, pelo Exmo comandante da BRIGINT, MGen José Carlos Filipe Antunes Calçada.

Início da missão do 1º BI/FND/KFOR

Os militares que integram o 1BI/FND/KFOR chegaram ao TO do Kosovo, iniciando assim uma missão de seis meses nos Balcãs desempenhando as funções de reserva tática da NATO nesse território. A materialização do início da missão ocorreu no passado dia 25 de março de 2012, com a realização da cerimónia de Transferência de Autoridade Portuguesa, no campo D. Afonso Henriques, em Pristina, local onde estão aquartelados os militares portugueses.

A cerimónia que materializou o início da missão no Kosovo foi presidida pelo comandante da KFOR (COMKFOR), Exmo Major-general Erhard Drews, e contou com a especial presença do comandante da BrigInt. A Cerimónia consistiu na entrega da Bandeira Nacional ao Cmdt do 1BI, TCor Inf José Sá, pelo Exmo MGen Calçada, e na entrega do guião da KTM ao novo Cmdt da KTM, TCor Inf José Sá, pelo MGen Erhard Drews, perante a formatura geral de todos os militares portugueses do 1BI, do Grupo de Autometralhadoras (GAM) e do contingente Húngaro que integra a KTM. À Cerimónia assistiram diversas entidades militares e civis, representantes das diversas nações presentes no TO do Kosovo.

UMA VISÃO SOBRE O COMBATE URBANO

O mundo evolui a um ritmo alucinante. Com ele evoluem uma série de aspetos do nosso quotidiano, que transformam a maneira como observamos a realidade.

O mesmo aconteceu com as vicissitudes e rotinas militares. Quando há cem anos atrás, os grandes embates e manobras militares se desenrolavam em campo aberto, onde as forças se encontravam de olhos nos olhos e mediam forças de "baioneta calada", não se esperava que tais cenários mudassem tão bruscamente, como aconteceu.

A necessidade de controlar os centros de decisão política e de atacar forte os ícones e símbolos da sociedade, levou a que o cenário de fundo no desenrolar das mais espetaculares operações militares fosse transferido para as cidades.

Talvez fosse a 17 de julho de 1942, quando o 6º Exército Alemão, com o apoio de mais forças do Eixo, decide avançar na sua "Blitzkrieg" (Guerra Relâmpago) em direção a Estalinegrado em plena União Soviética, e se depara com uma cidade apoiada sobre um rio Volga gélido e turbulento, com o Exército Vermelho concentrado no interior da cidade, com um excelente perímetro urbano polvilhado de tropas de ações irregulares e obstáculos, que este conceito toma forma. Tal cenário obrigou a que as forças de *Paulus*[1] se detivessem e encarassem um dos maiores volte-face militares jamais vistos, às mãos de um ardiloso estratega, Zhukov[2] , que soube canalizar o

combate para as ameias que bem conhecia e dominava, sentenciando assim as forças alemãs.

Fig 1- Batalha de Estalinegrado em 1942.

A partir desse momento, as operações militares assistem a uma transformação transversal que se verifica até aos tempos de hoje. O combate ao ser transportado para as cidades, comporta novas exigências não observadas no combate convencional. Começando pela multidimensionalidade do espectro de operações,

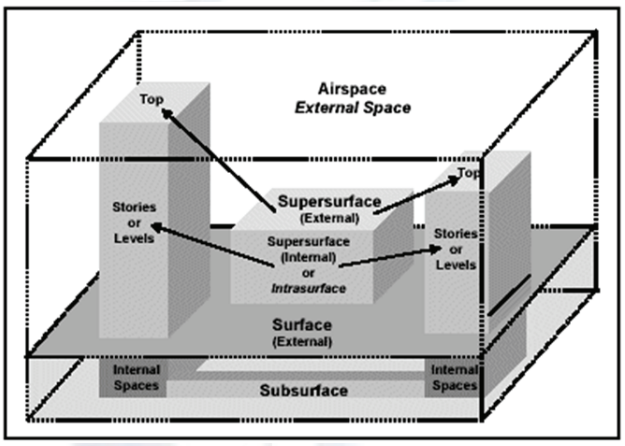


Fig 2- Espetro Multidimensional.

as ameaças agora surgem em quatro dimensões: subterrânea; superfície; supra-superfície (Topo dos edifícios); e espaço aéreo.

Este novo espetro operacional, onde o número de ameaças aumenta consideravelmente é muito mais complexo e acarreta novas preocupações em diversos domínios como vamos observar. Combater em áreas urbanizadas é um exercício extenuante e que no seu planeamento tem de observar e ter em conta áreas de interesse e estudo em primeira estância, que outrora não eram consideradas.

Ao nível do Planeamento de Pessoal, há a necessidade de transformar a orgânica das unidades combatentes, de forma a adaptarem-se a um combate que exige Batalhões e Companhias com maior número de efetivos e com um maior número de valências e capacidades dos seus militares. Estas unidades devem conter nas suas fileiras especialistas em manejo de explosivos aos mais baixos escalões, que dominem as técnicas de arrombamento, destruição e brecha, tão essenciais que se não forem dominadas travam o movimento, surpresa e o sucesso das operações; especialistas na área do salvamento em combate, pois aqui as baixas sentem-se muito mais e existe a necessidade de prestar cuidados de saúde no imediato; militares especializados no manejo de um maior número de armas, onde por exemplo o elemento de combate mais elementar, a Esquadra, tem uma panóplia de armamento e equipamento que vai desde as espingardas automáticas, as metralhadoras ligeiras, as caçadeiras ("*shotgun*"), os lança granadas, os explosivos, os lança mísseis

Fig 3- Esquadra em atuação com equipamento para o Combate urbano

ligeiros, os aparelhos de visão noturna até aos Kit´s de combate urbano compostos pela alavanca "*pé de cabra", o aríete*, o tensor "*holligan*" entre outros.

Torna-se mais exigente o controlo de pessoal pois também as necessidades de recompletamento e cedência de pessoal entre unidades são maiores, obrigando a uma maior rotação das forças em esforço, pois o desgaste leva a que os períodos de exposição tenham obrigatoriamente de ser mais curtos.

Ao nível das Informações Militares, tem de haver um maior e exaustivo conhecimento da área de operações no que diz respeito ao conhecimento da força opositora. Os hábitos, rotinas e padrões de atuação são agora alvo de um maior interesse. O recurso a fontes abertas de informação, como os *media* e a internet, a criação de equipas especializadas em fontes fechadas como o *HUMINT, SIGINT, IMINT, MASINT* e outros tipos de *INTEL*[3], são o reflexo da necessidade em tempo real de informação tratada e credível que deve estar disponível para facilitar o processo de tomada de decisão.

O Planeamento Operacional é também agora mais exaustivo e tem de abranger um maior número de áreas de atuação. O combate propriamente dito pode figurar em três variantes de acordo com regras de empenhamento e resistência da força opositora:

- **Combate de Alta intensidade**, desempenhado por forças de combate regulares que se caracteriza pela limpeza e neutralização total das bolsas de resistência, com recurso a meios de neutralização menos seletivos;
- **Combate de Precisão**, desempenhado por unidades de cariz especial onde a proximidade com não combatentes obriga ao maior cuidado com os danos colaterais. Os alvos são mais seletivos e carecem de um estudo cuidado.
- **Combate Cirúrgico**, conduzido por unidades de combate especiais, de carácter encoberto e número de operacionais bastante reduzido, aproveitando os períodos de visibilidade reduzida, as horas de repouso, alimentação e outras rotinas essenciais da insurgência para assim desencadearem as suas operações e neutralizar os *HVT´s*[4] .

O facto de cada área de operações poder apresentar, na mesma quadrícula, um conjunto de realidades de empenhamento complexas e totalmente diferentes, misturando atividades de Não Artº 5, com operações de combate, que vão desde a necessidade de apoio CIMIC[5], a controlo de itinerários com *checkpoint´s* até à necessidade combater em alta intensidade um foco de ameaça e resistência, levou a que no final dos anos 90 surgisse um conceito radical no planeamento operacional, o "*THREE BLOCK WAR*FARE"[6] que retrata a complexidade da realidade que se pode encontrar nos modernos teatros de operações, e que obriga aos escalões intermédios, até ao escalão batalhão pelo menos, uma diversidade de empenhamento das suas unidades de manobra, que têm que ser multidisciplinares, podendo por exemplo uma companhia estar empenhada em ajuda humanitária, outra em apoio à paz, e outra companhia empenhada em operações de alta

intensidade.

Este conceito de guerra em três domínios surge pela primeira vez com o Gen Krulak [7] fruto das experiências recolhidas em Mogadishu na Somália bem como em Grozny, na Tchetchénia .

Fig 4 – Mogadishu, Somália durante a crise de 1993

Esta pluralidade de realidades, obriga a que o combatente moderno disponha de qualidades militares e humanas que respondam a estas solicitações tão exigentes e tão opostas.

O simples facto de um combatente não saber que ao virar de cada esquina, pode encontrar uma dúzia de crianças no seu recreio a jogar á bola, ou em oposição, elementos da insurgência, preparados para neutralizar as nossas forças, empurra o combatente para um estado de tensão permanente. E exige que este mesmo combatente esteja capaz de discernir e decidir o tipo de força a usar em cada situação. Tal facto obriga a que decisões tão importantes, que podem muitas vezes

comprometer a imagem da força e das forças em coligação, sejam tomadas aos mais baixos escalões e por combatentes de baixo nível hierárquico.

É neste contexto que surge o conceito de "*Cabo Estratégico"* [8], o líder e comandante das equipas do mais baixo escalão, as Esquadras, que em tempo real e com a complexidade do meio urbano é obrigado a tomar decisões de empenhamento críticas e que afetam não só a sua integridade, bem como a dos seus homens e a da sua força.

Fig 5- Saber como e quando empregar a força é uma tarefa que não está ao alcance de todos.

Também não devemos esquecer que muitos destes homens estão na vida militar a regime de contrato por tempo limitado e sem a frequência de escolas ou academias que os preparem para tal regime, o que torna a tarefa destes homens ainda mais difícil e mais nobre.

As técnicas e táticas em uso pelas forças de manobra evoluíram exponencialmente. Progredir em área urbana exterior é totalmente diferente de o fazer dentro do espaço confinado do interior dos edifícios. Entrar e limpar um edifício de habitação é totalmente diferente de o fazer numa escola ou um hospital, reduto muitas vezes utilizados pela insurgência, por estes locais estarem repletos de não combatentes que dificultam e atrasam a manobra de cada operação. A caracterização da força opositora é neste momento tarefa rebuscada e digna de um qualquer "*Merlin"* ou "*Rasputin"*. A força opositora ou insurgência veste-se e comporta -se como um comum cidadão, dentro do seu meio, na maior parte das vezes com profissões e estatutos bem inseridos na sociedade envolvente, disponibilizando apenas poucas horas do seu dia para o planeamento e execução de operações de insurgência e de terrorismo.

Para cada situação podemos encontrar agora diferentes e complexas formas de emprego e atuação, algumas já estudadas e verificadas e outras que ainda não figuram nos manuais de combate moderno, pois também os exércitos ainda se encontram em fase de adaptação.

Todos os dias surgem lições aprendidas onde se constata que alguns procedimentos não são os mais exequíveis e onde outros são aperfeiçoados e complementados.

Talvez o Exército Americano, pela vastidão de teatros de operações por onde atuou e atua, seja neste momento a força com mais saber e conhecimento sobre este domínio, e com publicações[9] de referência.

Fig 6- Ilustração de A. Karaschuk elucidativa das dificuldades do combate moderno.

Também o Exército Israelita, fruto de muitos anos de empenhamento nos colonatos palestinianos, seja uma referência para quem procura estudar esta área das operações militares, mas onde os manuais e publicações são mais raros e de difícil acesso.

Ao nível do planeamento logístico, com o maior consumo de munições derivado às maiores possibilidades de ameaça foi necessário aumentar mais as dotações de combate bem como apareceram outras necessidades de reabastecimento fruto também da nova panóplia de materiais e equipamentos necessários.

Houve necessidade de se incrementarem mais equipas de apoio próximo de manutenção e reabastecimento, as chamadas *Maintenance Support Team´s* e as *Company Supply Team´s*[10], equipas de apoio próximo, existente ao nível tático de Companhia e que podem ser empregues, mediante solicitação, o mais próximo da frente de combate possível e com tempo de resposta bastante rápido, quase no imediato.

Os assuntos civis assumem hoje também um papel de destaque no desenvolvimento de qualquer manobra junto de áreas urbanizadas e densamente populacionais. Como se tem observado no passado, quer em Mogadishu, quer em Gorazde, na Bósnia Herzegovina e mais recentemente em Bagdad no Iraque ou em Cabul no Afeganistão, a população residente aumentou significativamente

nestas áreas urbanas depois do início das operações militares.

As grandes cidades dos territórios em conflito são agora o albergue de cidadãos e forças militares nacionais e internacionais, que procuram concentrar os seus esforços junto dos centros de poder e decisão e onde as poucas estruturas organizacionais e institucionais ainda funcionam, embora precariamente.

Os êxodos populacionais para estes centros são frequentes, as populações procuram a dignidade humana e condições básicas que restam, pois estas ofertas começam a escassear primeiramente nas pequenas aldeias e vilas do interior e da periferia. Também a ajuda humanitária e outros tipos de ONG´s tendem a concentrar-se nestas grandes áreas, onde o apoio é mais necessário.

Com tanto alvo apetecível também os radicais e insurgentes procuram albergar-se junto da população, para assim começar a desenvolver ações de resistência, contra propaganda e operações de carácter mais violento contra o poder instituído e contra as forças de apoio e manutenção de paz.

Torna-se vital conquistar a mente e o coração da população, persuadindo, mudando, influenciando e conduzindo à segregação destes nichos de insurgência. É aqui que as equipas de *PSYOP´s* [11] assumem um papel de destaque na aceitação das forças de coligação e no enfraquecimento da resistência insurgente.

Fig 7- UH-60 americano larga panfletos, perto de Hawijah, no Iraque.

O transporte do combate para as áreas urbanas é sem dúvida uma metamorfose e uma consequência expectável dos interesses representados pelas organizações militares bem como das células de resistência e insurgência. Esta mudança trouxe invariavelmente outros custos, mais baixas sentidas, mais danos colaterais entre a população não combatente, mais necessidades de investimento em equipamentos de combate de precisão.

Também a opinião pública das nações com militares presentes em teatro de operações começa a mudar e a não suportar tais custos humanos e económicos.

Já começaram a proliferar as companhias de segurança privada, que não se importam de desempenhar estas tarefas de cariz militar, a um preço mais baixo, e sem reflexo na estatística da guerra, com o aval e apoio dos estados, normalmente, com recurso a antigos militares que procuram encaixe financeiro rápido.

A defesa das nações caminha perigosamente para as mãos do sector privado, onde o lucro é o móbil. É natural que as guerras e os combates urbanos proliferem.

Todas as questões aqui abordadas e descritas são fruto de observação e pesquisa mas não deixam de ser uma perspetiva pessoal e generalista, sem pormenorizar as considerações táticas, que nos levariam para outro artigo do género, sobre um tema que ainda hoje se encontra em transformação e alvo de inúmeros estudos e discussões.

1Sarg Cav Hugo Albuquerque
Sarg Pel PE/BrigInt
albuquerque.haf@mail.exercito.pt

---

1. *Friedrich Wilhelm Ernst Paulus (23 setembro 1890 – 1 fevereiro 1957), General alemão e comandante do 6º Exército na "Operação Blue" e "Operação Barbarossa" sobre Estalinegrado.*
2. *Georgy Konstantinovich Zhukov (1 dezembro 1896 – 18 junho 1974), General soviético que conjunto com Vasilevsky orquestraram a " Operação Mars e Uranus", inflingindo cerca de 750 mil baixas àss tropas do eixo.*
3. *É um estrangeirismo largamente adotado que significa informação processada, tratada e contextualizada considerada como crítica e essencial. Humint: Human Intelligence, Sigint: Signal Intelligence, Imint: Imagery Intelligence, Masint: Measurement and Signature Intelligence.*
4. *High Value Target´s. Objetivos de valor elevado.*
5. *Civil-Military Cooperation. Cooperação Civil-Militar.*
6. *Termo criado em 1997 pelo Gen Krulak para se referir ás três áreas de actuação do combate urbano moderno: ajuda humanitária, apoio à paz e combate de alta intensidade. Este conceito foi no passado ano de 2010 contestado por alguns estrategas militares. Ex: "Rise and Demise of the THREE BLOCK WAR" Walter Dorn Professor de Estudos de Defesa no Royal Military College of Canada.*
7. *Charles Chandler Krulak (4 março 1942 até hoje) Gen americano, 31º comandante do Marine Corps entre 1995 e 1999.*
8. *Conceito pela primeira vez utilizado pelo Gen Krulak em 1999 no artigo"The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block Warfare" da Marines Magazine.*
9. *Field Manual 3-06 em substituição do FM 90-10 e o* MCWP 3-35.3 são considerados os mais completos manuais nesta área.
10. Equipa de Apoio de Manutenção, Equipa de Reabastecimento da Companhia.
11. *Este tipo de ações remonta ao tempo de Alexandre, o Grande que procurava ter um representante político em cada cidade que conquistava, no sentido de introduzir a cultura e costumes gregos, pagando até aos seus soldados para casarem com mulheres não gregas, aculturando os novos territórios. Foi na Guerra Civil Espanhola, com o Gen Nacionalista Queipo de Llano que começaram as transmissões rádio para as zonas controladas por Republicanos, dando origem ao que mais se aproxima do conceito atual de Guerra Psicológica.*

A DIGITALIZAÇÃO DA BRIGINT – PARTE 1

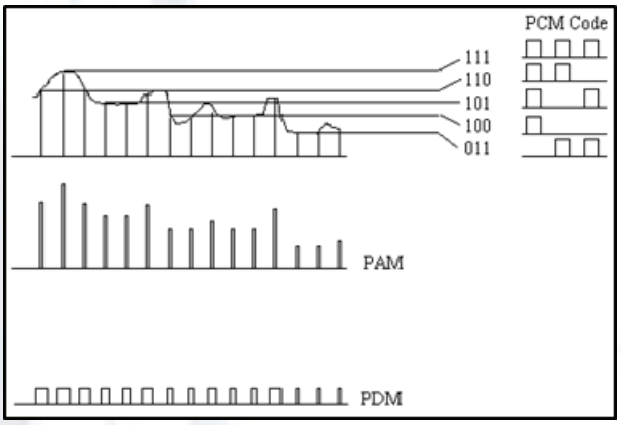
A Digitalização do campo de batalha

Introdução

O que é a digitalização?

A digitalização é o processo de codificação/quantificação da realidade (analógica) em informação binária.

Com a massificação dos sistemas informáticos e a consequente baixa dos preços dos equipamentos deu-se uma corrida à tecnologia digital provocando o desaparecimento da tecnologia analógica. São exemplos disto a migração do LP e da cassete áudio para o CD, o desaparecimento da tecnologia VHS em consequência do aparecimento do DVD, a democratização do telefone, a morte do TELEX e mais recentemente o apagão da televisão analógica.



ckp.made-it.com/pcm.html

Mas quais são as vantagens dos sistemas digitais?

A principal vantagem é a redução da largura de banda do sinal, a partilha de canais físicos para transmissão de informação e, porventura a mais revolucionária, o aparecimento do conceito multimédia. Uma rede digital transmite da mesma forma um documento com texto, uma música em mp3, uma chamada telefónica, um filme em mpeg ou um alarme de intrusão porque, para o sistema, o que está a ser transmitido são apenas sinais elétricos vulgarmente chamados "zeros" e "uns". Assim, é no equipamento terminal que, através de um processo inverso de descodificação, se transformam os sinais elétricos em informação analógica percetível para os nossos sentidos.

Por outro lado, e associado ao processo de digitalização da informação, dá-se o desenvolvimento das redes de computadores. A criação pela DARPA[1], nos anos sessenta do século XX, de uma rede de computadores (ARPANET) que visava a sobrevivência das bases de dados americanas a um ataque nuclear estava longe de antecipar o fenómeno Internet e o conceito de ter toda a informação na palma da mão.

O paradigma do conceito de digitalização nos dias de hoje pode ser traduzido através da seguinte situação do quotidiano:

Estou no autocarro a consultar a minha página do *facebook*®, no meu *smartphone*, quando constato que há uma fotografia nova partilhada por um dos meus contatos que contem informação GPS do local onde foi tirada, que me permite georreferenciá-la no *Google Earth*® e me disponibiliza um *hiperlink* para a *Wikipedia*® ou outro *site* de modo a aceder a informação sobre o local onde foi feita a referida fotografia. Posso ainda traduzir esse *site* para português, se a informação estiver numa língua que desconheço, e visualizar no *youtube*® uma reportagem sobre aquele local. Nisto poderá tocar o telefone e, sem necessitar de sair da internet, posso atender essa chamada enquanto simultaneamente tomo notas no ecrã do telemóvel. Por fim pego nas notas que escrevi e encaminho-as por *e-mail*, como anexo, para a conta de correio eletrónico do trabalho.

Na defesa em geral e no Exército em particular

Era inevitável que as consequências desta revolução digital fossem tão avassaladoras no meio castrense como o foram no mundo civil. No fim de contas as necessidades operacionais e táticas e as vantagens que estes sistemas apresentam não podiam deixar indiferentes os militares. Assim desde a aplicação à gestão do pessoal e da logística, as utilizações na segurança física das instalações e por último, mas não menos importante, a sua utilização no campo de batalha nos sistemas C3I, nos sistemas ISTAR, na Artilharia, etc., só para citar sistemas iminentemente terrestres. Por último, e transversal a todas as áreas, a disponibilização de simuladores

www.zmne.hu/tanszekek/ehc/konferencia/april2001/haig.html

e de todos os sistemas de apoio ao treino e à instrução militar.

O culminar da estratégia de integração da NATO dos sistemas digitais no campo de batalha é o conceito NNEC (*NATO Network Enabled Capabilities*) e o NCW (*Network Centric Warfare*). Com recurso a uma panóplia de sensores, com a capacidade de computação que permita fazer a fusão da informação de modo a que a informação obtida pelos sensores possa ser filtrada e pré-processada e com recurso às redes de comunicações táticas, operacionais e estratégicas, apresentar ao comandante, em todos os escalões, uma *Common Operational Picture* (COP)[2] que lhe permita encurtar, tanto quanto possível, o ciclo *Observe Orient Decide Act* (OODA)[3] minimizando simultaneamente o risco de danos colaterais provocados por erros de decisão.

Os riscos

Mas se este é o conceito ideal mais uma vez a medalha tem um reverso. Por vezes o excesso de informação pode ser tão nefasto como a sua falta, particularmente se a informação for contraditória. Outro dos aspetos deste lado negro é o facto da tecnologia de fusão da informação ainda estar a ser aperfeiçoada e, por fim, porventura as questões mais críticas são a segurança e a vulnerabilidade destes sistemas. Podemos assegurar que mesmo tendo disponível o sistema de informação geográfico mais avançado não iremos dispensar ter na sala de operações um conjunto de cartas onde vamos graficar a situação geral e particular de uma operação.

new-world-order-plan.org

Na verdade um computador em funcionamento mesmo não estando ligado em nenhuma rede pode ser uma fonte de informação (IMINT) e está vulnerável a um ataque EMP (*Electro Magnetic Pulse*). As vulnerabilidades destes sistemas podem ser vistas de múltiplas perspetivas. Irei aqui apresentar duas: a segurança física e a segurança da informação. Dentro da segurança física (infraestrutural) podemos antecipar ataques de *Denial of Service* (DoS) e *Distributed Denial of Service* (DDoS) que basicamente visam limitar o acesso à informação através da sobrecarga de pedidos aos servidores mas também o simples corte de um cabo ou a destruição de uma estação de microndas. Para levar a cabo um ataque deste género basta, por exemplo, entrar na rede que se pretende atacar através de um acesso a uma rede *wireless*. Dentro dos riscos de segurança da informação (INFOSEC) o roubo e a corrupção de dados são as ameaças e as ações mais comuns.

Mas a ameaça não é só aos sistemas e às bases de dados. Os sensores eletrónicos são também uma vulnerabilidade. Consideremos o seguinte cenário: depois de detetar um sensor de agentes químicos são introduzidos nesse sensor dados que configurem um ataque com um determinado agente que alteram a situação de postura de prontidão para PPOM4. O desgaste provocado pela alteração do equipamento transportado pelo soldado dá uma clara vantagem a quem sabe que, de facto, não existe qualquer ameaça.

A ciberguerra

Recentemente tem-se verificado uma preocupação crescente com as ameaças não letais aos sistemas C4ISR, não só ao nível operacional mas com particular interesse ao nível estratégico. A possibilidade de um ciberataque aos sistemas económicos de um país é encarada cada vez mais como uma possibilidade real e tão catastrófica como um ataque nuclear. Neste momento a dependência dos sistemas digitais não irá regredir. Cada vez mais está tudo na rede com as vantagens e sobretudo com as vulnerabilidades que isso acarreta. O caminho para garantir a segurança destas redes de informação passará por sistemas de deteção de ataques em tempo real, por sistemas inteligentes de reação e por mecanismos e equipas de *disaster recovery* que minimizem os danos.

Mas nesta guerra sem rostos e sem inimigos declarados tudo o que podermos fazer para a segurança dos nossos dados será sempre o melhor contributo já que para cada solução que arranjarmos será sempre descoberta uma nova vulnerabilidade que poderá ser explorada.

Time magazine

Riscos no nosso dia-a-dia

Por último e em jeito de conclusão acrescento que por vezes o "inimigo" se encontra entre nós e por vezes um erro motivado pela ignorância ou pela negligência pode ter efeitos tão ou mais nefastos como um ataque deliberado de um *hacker* ou de uma organização terrorista, senão veja-se o que se passou com a fuga de informação classificada para o **WikiLeaks**.

Outro exemplo do risco e da nossa vulnerabilidade nesta sociedade de informação está associado à *social engineering*, ao *phishing* e outras formas de fraude eletrónica. No nosso quotidiano devemos ter em atenção que uma parte da nossa vida está na rede (contas bancárias, cartões de crédito, telecomunicações, impostos, etc.,) e que o risco de um "inocente" telefonema em que um pretenso "técnico", das finanças ou de um qualquer banco (até mesmo o nosso), alegadamente para nos resolver um problema, nos pede dados do nosso cartão de crédito ou uma *password*, é tão real como o risco de sermos atropelados quando atravessamos uma estrada sem tomarmos as devidas precauções.

Maj Tm José Veríssimo
Ch G6/BrigInt
verissimo.jcs@mail.exercito.pt

---

1. *DARPA – Defense Advanced Research Projects Agency anteriormente "ARPA".*
2. *Imagem Operacional comum.*
3. *Informação pronta para utilizar no Processo da tomada de*

MÓDULOS SIC-T E O C2 DO BATTLEGROUP (EUBG)

Iniciou-se em junho de 2010, o processo de aprontamento de um *Battlegroup* da União Europeia (EUBG), do qual Portugal se constituiu como *Lead Nation*. O aprontamento do EUBG decorreu durante o segundo semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2011, sendo que no segundo semestre de 2011 o EUBG cumpriu um período de *stand by*, pronto para atuar em qualquer parte do mundo até 6000 quilómetros de Bruxelas.

Ao longo de todo o aprontamento foram consideradas e implementadas diversos sistemas, no entanto, o Comando e Controlo (C2) foi uma das componentes a qual se dedicou uma particular atenção pela sua complexidade e novidade em todo o processo de formação de uma força do tipo EUBG .

Assim, a estrutura de Comunicações e Sistemas de Informação (CSI) em apoio ao C2 do EUBG teve por base a arquitetura do Sistema de Informação e Comunicações Tático (SIC-T). Porém, dada a especificidade da missão e a própria organização do EUBG, nomeadamente por deter capacidades de projeção para longas distâncias e aí atuar isoladamente, surgiu a necessidade de dotar o EUBG de capacidades CSI adicionais, nomeadamente uma ligação de *Rear-Link*[1] através de um módulo *Rear-Link* portátil e outro em viatura para equiparem respetivamente o *National Support Element* (NSE) e o BI/BG com capacidades satélite e rádio HF.

Para garantir o C2 do NSE, este foi equipado com um Módulo de Centro de Comunicações de

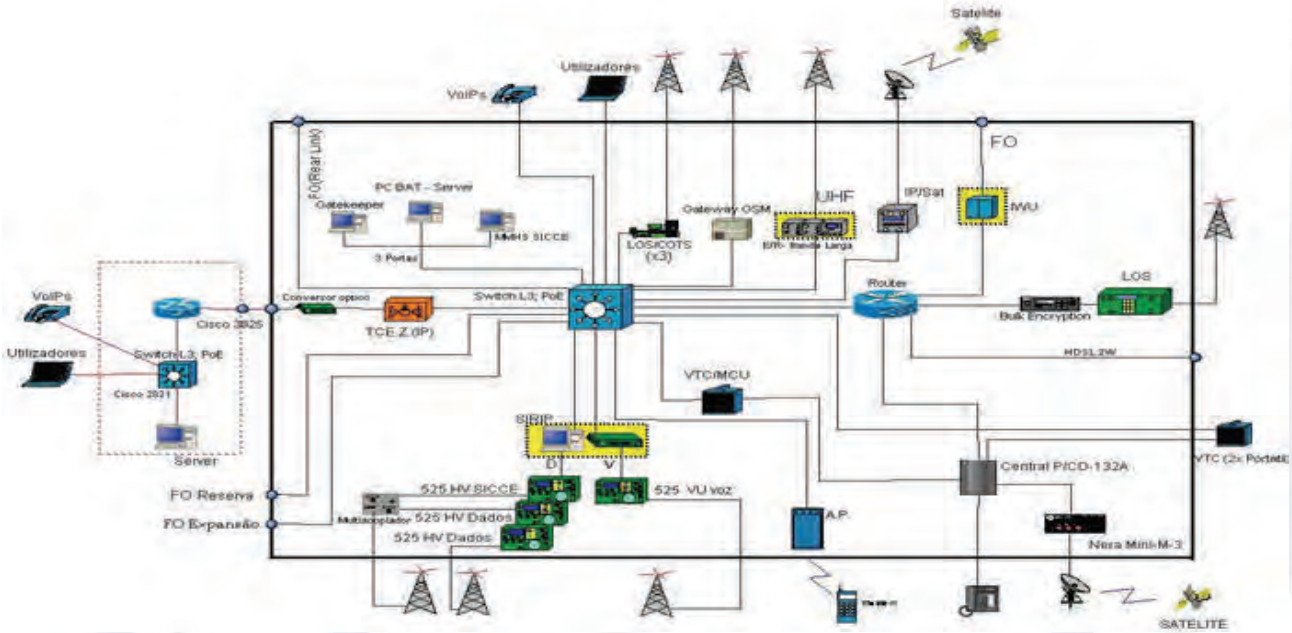


Figura 1 –Arquitetura de ligações dos módulos SIC-T

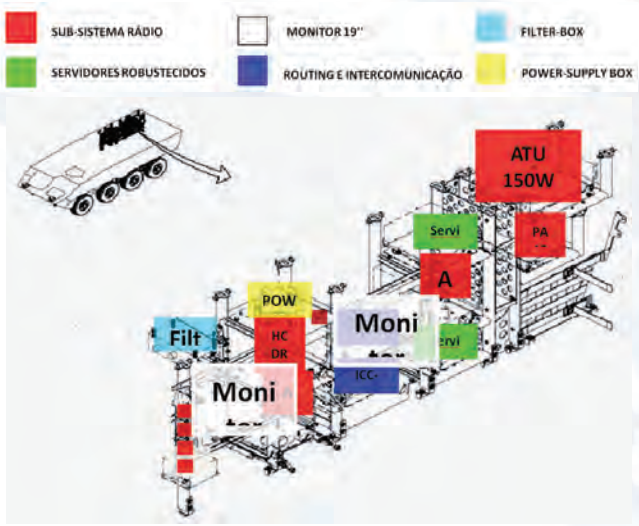


Figura 2 – Equipamentos CSI da viatura PANDUR CPV

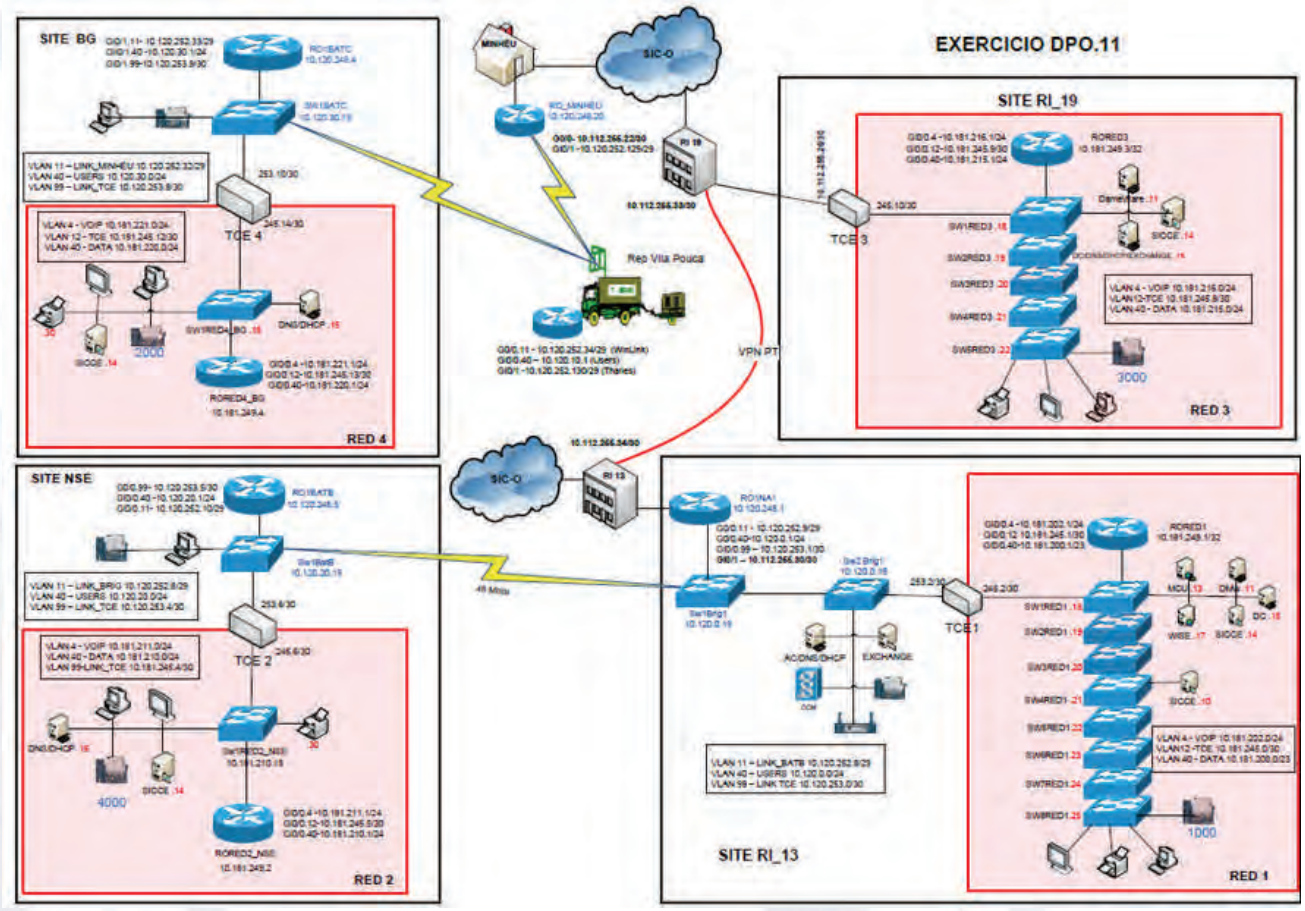


Figura 3 – Layout CSI do exercício DPO11

Companhia, a fim de garantir o apoio de comunicações em toda a sua área de atuação.

O BI/BG foi equipado com um Módulo de Centro de Comunicações de Batalhão (uma viatura de transmissão e uma viatura de gestão) e 3 Módulos de Centro de Comunicações de Companhia, por forma a garantir o apoio de CSI ao comando do Batalhão, e ao comando das companhias.

Todos os módulos estão dotados de capacidades de interligação redundantes, quer filares quer não filares, nomeadamente Feixes hertzianos, Rádios da família 525, SHDSL e Fibra ótica. Cada módulo tem a capacidade de operar isolado, garantindo localmente o funcionamento normal dos serviços de voz e dados instalados.

A fim de garantir o C2 quando em movimento, o BI/BG foi ainda dotado de duas VBR Pandur de comando (CPV), equipadas com meios rádio e rádio de banda larga, a fim de permitir a mobilidade das operações mantendo os sistemas CSI em operação e garantindo o C2. Quando em situação estática, estas viaturas são interoperáveis com os restantes.

No decorrer do exercício Dragão Padrela 11 (DPO11), foram empregues todos os módulos SIC-T, à exceção do modulo de *Rear-Link*, numa configuração (ver figura 3) que permitiu testar no terreno as capacidades destes módulos, bem como proporcionar aos utilizadores dos módulos a possibilidade de os testarem em operações, o que serviu para confirmar que se trata de equipamento tecnologicamente atual, mas ainda assim de operação simples para utilizadores treinados.

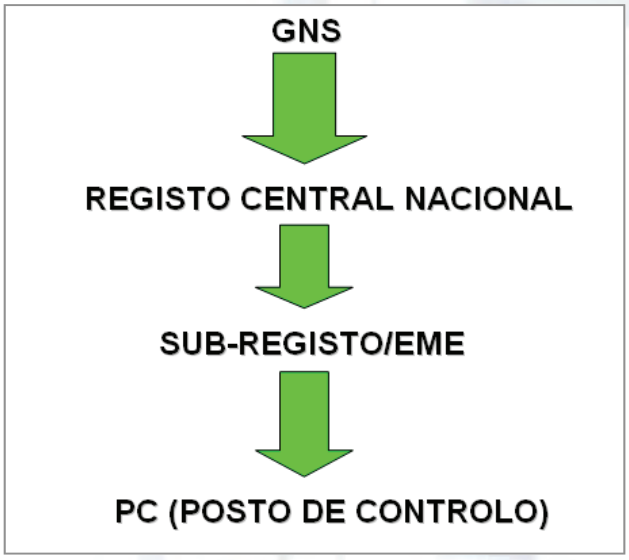
Cap Tm (Engº) Jorge Marques
Cmdt CTm/BrigInt
marques.jman@mail.exercito.pt

1. *Ligação à retaguarda, tipicamente ligação a Território Nacional.*

IMPLEMENTAÇÃO DE POSTOS DE CONTROLO NA BRIGINT

Natureza e dependência

O Gabinete Nacional de Segurança (GNS) é um serviço central da administração direta do Estado, tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros (PCM), na dependência do Primeiro-Ministro ou do Membro do Governo em quem aquele delegar (Ministro da Presidência que, por sua vez, subdelegou no Secretário de Estado da PCM).



Missão do GNS

Assegurar a articulação e a harmonização dos procedimentos relativos à SEGURANÇA DAS MATÉRIAS CLASSIFICADAS em todos os serviços, organismos e outras entidades, públicos ou privados, com responsabilidades na Segurança das Matérias Classificadas.

Manuseamento de documentação classificada

A nível nacional o canal técnico regula-se pela seguinte hierarquia:

Posto de Controlo é um órgão de segurança que tem por finalidade assegurar que o registo, a armazenagem, o manuseamento, a difusão e o controlo das matérias classificadas se processam de forma correta e que essas matérias beneficiam das respetivas medidas de proteção que se encontram estabelecidas no sistema de segurança (NATO, EU/EUROFOR, etc.).

Características:

Depende funcionalmente do Sub-Registo da respetiva organização.

Resulta dos termos do acordo de adesão ao TRATADO do ATLÂNTICO NORTE e integra a cadeia por onde circula a documentação NATO, sendo os POSTOS DE CONTROLO um elo dessa cadeia.

Os POSTOS de CONTROLO são instalados em áreas de segurança física de CLASSE 1(-).

Tem como principais atribuições:

- Estabelecer adequadas condições de armazenamento, bem como assegurar o adequado registo da informação classificada, incluindo o controlo de segredos;
- Encaminhar os processos de credenciação, de renovação de credenciação e de credenciações posteriores das diversas marcas, do pessoal civil e militar da organização a que pertence, para o Sub-Registo que o tutela para que, quando prontos, sejam submetidos ao Serviço de Segurança de Pessoal do GND;
- Dispor da relação de pessoas credenciadas que prestam serviço na organização apoiada pelo PC, com base nos certificados de segurança emitidos pela ANS e arquivados no Sub-Registo que o tutela;
- Manter atualizados os Regulamentos e as publicações Nacionais, da NATO, da EU e da ESA (*European Space Agency*) que lhe forem distribuídos, introduzindo as alterações que venham a ser produzidas.

Sistema de Segurança Eletrónica da Informação (SEIF)

É um sistema que assegura, para além da confidencialidade, da integridade e disponibilidade da matéria classificada, a sua transmissão, arquivo, registo e controlo, protegido por cifras resistentes.

O SEIF iniciou o funcionamento no ano de 2000 e destina-se a ser instalado em Órgãos de Segurança (Sub-Registos e Postos de Controlo).

O SEIF interliga diversos órgãos de segurança das FA, Forças de Segurança e todo o conjunto de Organismos Estatais.

Assegura também a ligação às Delegações e Missões Militares junto à NATO e UE e ainda aos Adidos de Defesa junto das Embaixadas de Portugal no Estrangeiro.(-)

Condições físicas necessárias para funcionamento:

- Espaço: de um modo geral, o PC deve situar-se no interior das instalações do Comando/ Organismo, se possível sem ser contíguo à via pública ou ao exterior, num compartimento com uma área de cerca de 15m^2, que permita a atividade de pelo menos um indivíduo, a instalação de uma secretária para o terminal do SEIF (computador, impressora e "scanner"), de

um móvel de segurança (metálico com tranca e cadeado de quatro combinações) dispondo de espaço para arquivo de documentos classificados até CONFIDENCIAL ou equivalentes;
- Dotar ainda o gabinete de um móvel de segurança, de preferência um cofre com fecho de segurança de 4 combinações ou eletrónico, o qual deverá ter capacidade para armazenar o material cripto e os documentos classificados de SECRETO ou superior e equivalentes;
- Uma máquina elétrica de corte e recorte de papel, por forma a que este fique irreconhecível e irreconstituível (dimensões do corte – largura 0,8 a 1,5 mm; comprimento 12,5 a 20 mm);
- Disponibilização de uma linha RDIS "ponto-multiponto" ou duas tomadas de dados, ou de um acesso "IP-MPLS" para ligação do terminal do SEIF.

Tipo de portas e janelas (segurança física) - Como Área de Segurança da Classe 1, o compartimento deverá beneficiar do sistema de controlo de acessos do Comando/Organismo onde se insere e deverá possuir:
- Paredes em alvenaria ou, se as paredes forem constituídas por divisórias amovíveis, estas deverão ser reforçadas com malha de ferro, sendo também necessário providenciar o isolamento acústico;
- Grades nas janelas ou outras eventuais aberturas para o exterior, por forma a não permitir a passagem de um indivíduo, ainda que de pequenas dimensões;
- Porta de segurança com fechadura de segredo mecânico ou eletrónico com reforço da moldura de fixação;
- Um sistema de alarme contra intrusão, integrado no sistema de alarme geral das instalações onde o compartimento se insere;
- Vigilância exterior por câmara de vídeo com monitor no interior do compartimento, por forma a poder identificar previamente os visitantes autorizados, ou no mínimo, dispositivo de "olho-de-boi" de visão de 180º;
- Um extintor de incêndios conforme estipulado no SEGNAC 1 – 5.9.

Caraterísticas dos equipamentos:
- O material fornecido é propriedade do GNS, é colocado à disposição da UEO com o único propósito de ser operado no ambiente SEIF. (Norma Técnica E08 01JUN07);
- É composto pelos seguintes equipamentos: Computador, impressora, monitor, UPS, scanner e Checkpoint;
- A manutenção do sistema é da responsabilidade do GNS, pelo que todas as anomalias que venham a ser detetadas deverão ser reportadas àquele Gabinete (RC «Registo Central»);
- Com exceção do computador, o GNS não substitui material avariado (Norma Técnica E08 nº5 alínea b) de 01JUN07);
- As UEO que tenham equipamento avariado devem entregá-lo ao Sub-Registo/EME que por sua vez os remeterá ao GNS-RC, entidade com privilégios de administração necessários à reparação, substituição ou reinstalação de software;
- O computador deve estar sempre ligado (os computadores estão ligados em rede e trocam documentos a qualquer hora do dia, além disso há tarefas e backups que se programam para as horas de menor tráfego);
- No sentido de preservar ao máximo a vida da UPS devem os operadores ligar apenas o computador e o monitor. O computador não pode ser desligado (pelas razões acima apontadas) mas o monitor pode e deve ser desligado todos os dias, ao fim da tarde e aos

UNIDADE	SITUAÇÃO	Obs
Cmd BrigInt e UnAp	Em funcionamento	Desde Jan09
RI19	Em funcionamento (1 operador formado)	Desde Fev11
RC6	Em funcionamento (3 operador formados)	Desde Abr11
RI14	Aguarda Inspeção do GNS	Desde Jan11
RAAA1	Aguarda Inspeção do GNS	Desde Fev11
RI13	Aguarda Inspeção do GNS	Desde Fev11
RE3	Aguarda Inspeção do GNS	Desde 08Jun11

fins de semana.

Competências e credenciação dos utilizadores (Segurança do Pessoal):

- Todo o pessoal que vai prestar serviço no PC deve estar credenciado nas marcas NACIONAL, NATO, EU no grau SECRETO;
- Os funcionários que efetuam a limpeza devem estar credenciados NACIONAL, NATO, EU no grau CONFIDENCIAL;
- Deve ser elaborada a lista de acesso ao Posto de Controlo de Matérias Classificadas (Mod SEG.3-SEGNAC 1) e afixada na porta de entrada do PC;
- O Chefe do PC, o Oficial de Segurança e os Operadores do SEIF devem possuir o Curso Geral de Segurança de Matérias Classificadas cuja a entidade responsável pela formação é o GNS.

Mais valia para o serviço:

- O PC permite estabelecer adequadas condições de armazenamento da informação classificada numa única área, evitando a dispersão de documentos classificados;
- Encaminhar os processos de credenciação, de renovação de credenciação e de credenciações posteriores das diversas marcas, do pessoal civil e militar para o Sub-Registo/EME quando prontos, por um meio seguro, a fim serem submetidos ao Serviço de Segurança de Pessoal do GNS;
- Permite a troca de informação com as Unidades da Brigada na marca NACIONAL qualquer GRAU.

SAj Inf Francisco Pereira
Sarg Info G2/BrigInt

MANUAL DOUTRINÁRIO DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO

Enquadramento

Na sequência do levantamento do assunto "**Elaboração de Doutrina de Emprego da Brigada de Intervenção**" na reunião de comando do Exército de 12Jul10, o Tenente-general Vice-chefe de Estado-maior do Exército (TGen VCEME) promoveu uma reunião de trabalho em 14Jul10 que teve por finalidade discutir a problemática em análise e acordar a melhor abordagem para resolver um conjunto de assuntos com ela relacionada.

Foi considerado que a referência à doutrina da brigada STRIKER, por si só, não dá resposta cabal às lacunas doutrinárias em análise, uma vez que a organização e equipamento da Brigada de Intervenção (BrigInt) não coincidem com aquele modelo. Deste facto se conclui da necessidade de produzir elementos novos, adaptados ao "caso nacional" em todas as suas vertentes: Manobra; Apoio de Combate; Apoio de Fogos; e Apoio de Serviços.

Considerou-se, igualmente, que a BrigInt como principal utilizadora destes elementos doutrinários, deveria estar fortemente envolvida no seu desenvolvimento, tendo então participado numa reunião no Comando das Forças Terrestres (CFT) em 29Jul10. Na sequência desta reunião a Direção de Doutrina do Comando de Instrução e Doutrina (DDoutr/CID) propôs que a BrigInt elaborasse uma publicação doutrinária onde fosse vertida a doutrina que enquadrasse o seu emprego.

Por despacho de 18Fev11, do Exmo MGen comandante da BrigInt, foi enviada para a DDoutr/CID uma proposta de índice para o Manual Doutrinário da BrigInt, tendo sido aprovada como documento de trabalho.

A importância do Manual Doutrinário

A Doutrina define-se como um conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do Exército, na prossecução dos Objetivos Nacionais.

O emprego da BrigInt, em operações, é diferente do emprego de uma Brigada Pesada ou Ligeira, devido aos seus meios e torna-se fundamental, para o emprego operacional da BrigInt, que exista uma Publicação Doutrinária que forneça orientações aos comandantes, Estado-maior e aos comandantes das subunidades da BrigInt de como devem planear e agir nas diversas situações, em todo o espetro de operações. Assim, o Manual Doutrinário da BrigInt tem como objetivo, fornecer a orientação e a direção genéricas para o planeamento e conduta das operações táticas que possam vir a ser atribuídas e executadas pela BrigInt. Nele estão vertidos os princípios fundamentais, as táticas, técnicas e procedimentos, com base no material e na estrutura da força, que devem ser utilizados em situações de treino operacional ou em operações, permitindo assim, desenvolver procedimentos operacionais padrão para as operações da BrigInt.

A elaboração do Manual Doutrinário contributos e referências

Foi Intenção do Exmo MGen Comandante da BrigInt que se elaborasse o Manual Doutrinário, envolvendo todas as subunidades da Brigada.

Ao envolver todas as subunidades da BrigInt pretendeu-se por um lado obter informação específica dos especialistas, das diversas áreas técnicas, de modo a enriquecer o conteúdo e a importância do mesmo, por outro lado, obter a sinergia entre todas as subunidades da BrigInt, facilitando desta forma a sua aplicação posterior.

Para a elaboração do Manual Doutrinário foi utilizada, como referência primária, a recém aprovada PDE 3-00, enquanto enquadrante doutrinária a seguir no Exército Português. No detalhe e dada a exiguidade existente no acervo doutrinário nacional foi tida com como referência, a Doutrina Norte-Americana e a da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN). Da Doutrina Norte-Americana realçam-se os seguintes documentos: FM 2-0 (*Intelligence*), FM 3-0 (*Operations*), FM 3-07 (*Stability Operations*), FM 3-90.6 (*Brigade Combat Team*), FM 3-21.31 (*Striker Brigade Combat Team*) e FM 5-0 (*The Operations Process*). Da Doutrina utilizada pela OTAN destacam-se os seguintes documentos: AJP-3.4 (A) (*Non-Article 5 Crisis Response Operations*), AJP-3.4.1 (*NATO´s Peace Support Operations Doctrine*), AJP-3.4.2 (*Allied Joint Doctrine for Non-Combatant Evacuation Operations*), ATP 3.2 (*NATO Land Operations*) e ATP 52(B) (*NATO Land Force Military Engineer Doctrine*).

Bibliografia de referência utilizada para a

elaboração do Manual Doutrinário

Para além da Doutrina referida anteriormente, respeitou-se todo o acervo da Doutrina Nacional existente, da qual se realça os seguintes documentos: MC 20-100 (M*anual de Tática de Artilharia de Campanha Operações de Apoio à Paz*), ME 10-00-06 (*Manual do Oficial de Estado Maior*), ME 20-77-09 (*Operações de Apoio à Paz*), ME 20-81-00 (*Operações*), PDE 2-00 (*Informações, Contrainformação e Segurança*), PDE 2-09-00 (*Estudo do Espaço de Batalha pelas Informações*), PDE 3-65-00 (*Operações de Apoio à Paz – Táticas, Técnicas e Procedimentos*), PDE 4-00 (*Logística*) e PDE 5-00 (*Planeamento Tático e Tomada de Decisão*).

O Processo de elaboração

Face à Intenção do Exmo MGen Comandante da BrigInt, plasmada em diretiva própria, foi definida uma fita do tempo com datas e acontecimentos a desenrolar pela BrigInt, tendo esta sido apresentado aos *Point Of Contact* (POC) das diversas subunidades da BrigInt a 13Dec11.

DATA	ACONTECIMENTO
131130Dec11	1ªReunião de Coordenação
161000Dec11	Documentos disponíveis na WISE Difusão final de tarefas
311000Jan12	2ªReunião de Coordenação (ponto de situação e dificuldades)
291000Mar12	Apresentação/Entrega dos Capítulos
06Abr12	Junção dos capítulos (1ºDraft do Manual) e início da revisão do manual pelo G3/BrigInt
23Abr12	Fim da revisão do manual pelo G3/BrigInt
30Abr12	Análise do manual pelo CEM/BrigInt
03Mai12	Análise do manual pelo Exmº 2ºCmdt/BrigInt
10Mai12	Manual pronto e entregue ao Exmº Mgen Cmdt da BrigInt
14Mai12	Aprovação do manual
15Mai12	Envio do manual para análise (Instituto de Estudos Superiores Militares, Comando de Instrução e Doutrina e Comando das Forças Terrestres)
01Jun12	Apresentação do manual no dia da Brigada de Intervenção

Foi, também, apresentado nesse dia o índice inicial do Manual e as entidades responsáveis pela elaboração dos Capítulos e/ou Secções.

Fita do tempo para elaboração do Manual Doutrinário

Durante a elaboração do Manual realizaram-se três reuniões (duas reuniões de coordenação e uma reunião para apresentação / entrega, dos capítulos ou secções elaborados pelas subunidades da BrigInt) em três locais distintos (Coimbra, Viseu e Queluz) que contribuíram, também, para o envolvimento dos Regimentos nesta missão que a BrigInt recebeu. Após a entrega dos Capítulos e Secções por parte das entidades responsáveis pela elaboração dos mesmos foi feita a junção dos mesmos e iniciou-se a revisão inicial do Manual.

Conclusões

A elaboração do Manual Doutrinário tornou-se numa das tarefas prioritárias para a BrigInt, durante o primeiro semestre de 2012. Este é considerado fundamental para a Brigada, pois fornece orientações aos comandantes, Estado-maior e aos comandantes das subunidades de como devem planear e agir nas diversas situações, em todo o espectro de operações, sendo por inerência o documento de base para a condução do treino operacional das forças.

O processo de elaboração desenrolou-se de uma forma interativa e colaborativa entre todas as estruturas e entidades da Brigada, facilitando a elaboração e a futura aplicação do Manual Doutrinário da BrigInt. Mais uma vez, e em todas as fases de execução deste projeto, ficou patente que tudo se consegue fazer desde que exista colaboração, entrega, espírito de corpo, camaradagem que em muito contribuem para um excelente ambiente de trabalho, sendo esta a cultura que se granjeia e vive nesta Brigada de Intervenção. *QUE FAMA ILUSTRE FIQUE.*

Maj Cav Helder Coelho
Of Adj BrigInt/G3

Reunião para elaboração do Manual Doutrinário no RAAA1 (29Mar12)

APOIO TÉCNICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO EXÉRCITO

A importância da Segurança Alimentar nos países desenvolvidos aumentou nas últimas décadas. Segundo relatórios da Organização Mundial de Saúde, o número de doenças relacionadas com o consumo de alimentos cresce diariamente por todo o mundo. As alterações de comportamento e de estilos de vida determinam um aumento dos riscos pelos consumidores e exigem uma mudança de estratégia por parte dos governos e dos agentes económicos ligados ao sector alimentar. É neste contexto que surge na Europa nova legislação alimentar, havendo a necessidade de desenvolver a investigação no campo da microbiologia alimentar e de um novo papel na área de prestação de serviços de apoio à Segurança Alimentar.

A contaminação intencional dos alimentos, deve também ser tida em conta quando abordamos de forma genérica a proteção alimentar. Efetivamente, as questões relacionadas com a defesa alimentar, ou seja as medidas estabelecidas para minimizar ou mitigar ações de sabotagem ou terrorismo alimentar, estão na ordem do dia e devem ser acauteladas pelos responsáveis dos sectores alimentares. Algumas medidas de proteção são fáceis de implementar e podem revelar-se muito eficazes na prevenção de contaminação deliberada dos alimentos, tais como a vigilância e o controlo de acessos a locais de armazenagem, preparação e distribuição de alimentos, bem como a guarda efetiva de substâncias perigosas ou o estabelecimento de uma cultura de responsabilidade e vigilância pelos manipuladores de alimentos. Como forma de racionalizar os recursos destinados à defesa alimentar devem também identificar-se de forma correta as vulnerabilidades do sector alimentar de modo a canalizar os meios para as áreas mais sensíveis.

TOXINFEÇÕES ALIMENTARES

As toxinfeções alimentares são doenças de natureza infeciosa ou tóxica causadas pela ingestão de alimentos ou água. Um surto ocorre quando dois ou mais casos suspeitos ou confirmados de doença têm a mesma origem comum.

O LBE registou no Exército, desde o início de funcionamento (maio de 2006), seis surtos alimentares. Estes episódios causaram morbilidade a 330 militares, dos quais 91 tiveram de receber tratamento hospitalar. Apesar de não se terem verificado mortes, não podemos descartar essa hipótese em eventos futuros se os agentes implicados forem mais patogénicos. Devemos recordar-nos do recente surto alimentar ocorrido na Alemanha em que uma nova estirpe de *Escherichia coli verotoxinogénica* causou doença em 4000 pessoas e morte a 46.

A rápida deteção da origem de um surto, do alimento implicado e do agente envolvido são fundamentais para a prevenção de novas ocorrências. Além disso estes dados podem ser importantes para a orientação do tratamento dos doentes e para o despiste de eventuais atos de contaminação intencional dos alimentos, isto é episódios de terrorismo alimentar.

Agente responsável	N	%	Surtos possíveis (N)	Surtos Investigados (N)	Surtos investigados			
					Nº de pessoas afetadas	Média do nº de pessoas afetadas por surto	Hospitalizações	Mortes
Salmonella spp.	2201	39.2	1611	590	8922	15	1773	10
Desconhecido	1433	25.5	811	622	9276	15	407	4
Vírus	668	11.9	557	111	3784	34	131	0
Campylobacter spp.	461	8.2	431	29	244	8	19	0
Toxinas Bacterianas	458	8.2	31	427	6277	15	345	4
Outros Agentes	204	3.6	42	162	1434	9	222	1
Escherichia coli, patogénica	65	1.2	36	29	541	19	24	0
Parasitas	57	1.0	22	35	746	21	335	0
Outros agentes bacterianos	40	0.7	23	17	497	29	32	0
Yersinia spp.	22	0.4	20	2	6	3	3	0
EU Total	**5609**	**100**	**3584**	**2025**	**39727**	**19,6**	**3,291**	**19**

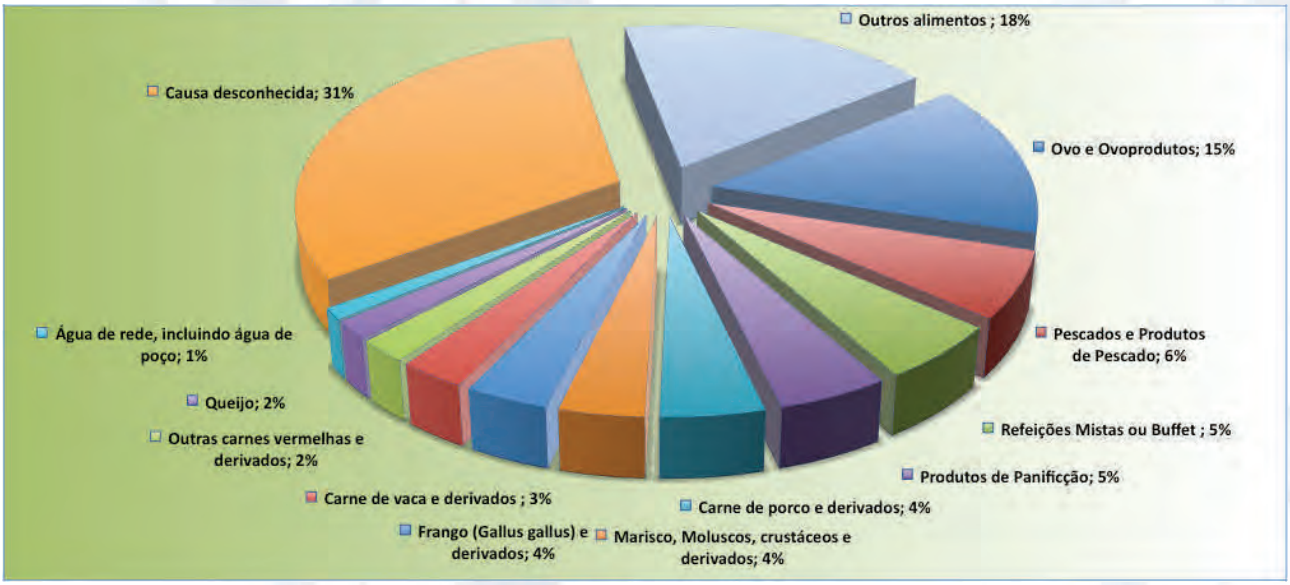


Gráfico 1. Distribuição dos alimentos implicados em 2025 surtos alimentares investigados em 19 Estados Membros da UE no ano de 2007 (Adaptado EFSA, 2009).

Nas Forças Nacionais Destacadas um evento desta natureza pode comprometer o cumprimento da missão, isto porque o pessoal acaba por ficar operacionalmente indisponível por vários dias. Além dos custos inerentes ao absentismo dos militares, a própria imagem do Exército não sairia dignificada perante as demais Nações que integram a Força.

Missão da Veterinária Militar na Segurança Alimentar

O Centro Militar de Medicina Veterinária é um órgão executivo da Direção de Saúde do Exército, cujas competências incluem a gestão do apoio técnico na área da Segurança Alimentar no âmbito do Exército, e tem como Missão principal executar as tarefas atribuídas ao Serviço de Veterinária Militar. No que respeita, em particular, à área da Segurança Alimentar, o Centro Militar de Medicina Veterinária tem como principais objetivos:

- Contribuir para o decréscimo do número de casos de doenças de origem alimentar;
- Desenvolver e apoiar a melhoria contínua dos pré-requisitos dos sectores de alimentação das U/E/O;
- Implementar Sistemas de autocontrolo baseados nos princípios do HACCP (*Hazard Analysis Critical Control Points)* nas cozinhas das diferentes Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (UEO) do Exército.

Assim, a responsabilidade técnica da avaliação do cumprimento das regras de Segurança Alimentar nas cozinhas no Exército é do Serviço de Veterinária, a quem cabe a realização de visitas de apoio técnico periódicas às 70 cozinhas das diferentes UEO do Exército. Estas visitas têm por objetivo fazer um estudo de situação, avaliando as condições de funcionamento do Sector de Alimentação das U/E/O no âmbito da Higiene e Segurança Alimentar (áreas de armazenagem, de preparação, de confeção e de distribuição de géneros alimentícios, copa e refeições), pretendendo-se essencialmente: (I) avaliar o cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, (II) avaliar o estado e adequação das instalações, (III) avaliar as práticas instituídas e (IV) propor recomendações de melhoria atendendo ao enquadramento legal, no que diz respeito aos aspetos higio-sanitários e de Segurança Alimentar.

A metodologia utilizada nas referidas visitas segue os princípios aplicados em visitas de auditoria/consultadoria na restauração coletiva. Ou seja, são auditadas as instalações, os equipamentos, a formação e higiene do pessoal e procede-se, também, à inspeção sanitária dos géneros alimentícios armazenados. Durante a visita são colhidas amostras de refeições prontas a servir, e são realizadas zaragatas a utensílios e a mãos de manipuladores de alimentos para avaliar a eficácia da sua higienização. As amostras colhidas

Fig 1 – Visita de Apoio Técnico

Fig 2 – Inspeção de Géneros Alimentícios

Fig 3 – Colheita de amostras

são, posteriormente, analisadas no Laboratório de Bromatologia do Exército (análises microbiológicas). No final, com a avaliação dos pré-requisitos, verifica-se se existem condições para que seja implementado um sistema de autocontrolo, baseado nos princípios de HACCP, ou identificam-se os pré-requisitos que necessitam de ser estabelecidos para a referida implementação de sistemas de autocontrolo.

Apoio Técnico de Segurança Alimentar às UEO

Obedecendo a uma lógica de organização territorial, o apoio técnico na área da Segurança Alimentar nas Unidades do Exército foi feito, durante as últimas décadas, através da Secção de Inspeção de Alimentação (SIAL) do Quartel-General. Após a extinção dos Quartéis-Generais surgiu a necessidade de estabelecer um mecanismo capaz de prestar os serviços de suporte à Segurança Alimentar nas cozinhas das várias U/E/O, que servem cerca de 20 000 segundas refeições diariamente.

É no seguimento desta lógica que, em 13 de fevereiro de 2006, foi criado o Laboratório de Bromatologia do Exército, o qual passou a assumir a responsabilidade de apoiar a Segurança Alimentar nas U/E/O, estando integrado no Centro Militar de Medicina Veterinária a quem cabe, de uma forma genérica, (I) colaborar tecnicamente em estudos respeitantes à classificação e seleção de alimentação, bem como (II) colaborar com outros órgãos de forma a garantir a qualidade da alimentação do Exército (de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 74/2007).

No período de 2006 a 2011, foram efetuadas pelo Laboratório de Bromatologia cerca de 200 Visitas de apoio técnico na área de Segurança Alimentar a todos os sectores de alimentação das U/E/O do Exército, cujo intuito era estudar e melhorar a situação, avaliando as condições de funcionamento do sector de alimentação, procurando-se conhecer os potenciais perigos, para que se tornem percetíveis as medidas de controlo e de monitorização a adotar, bem como as medidas corretivas a implementar (sempre que aquelas medidas de controlo não se revelem eficazes) no âmbito da Higiene e Segurança Alimentar das U/E/O.

Após estes cinco anos de atividade na área da Segurança Alimentar, verificou-se, que por questões de natureza logística, atendendo à distância entre o Laboratório de Bromatologia e as UEO espalhadas por todo o território nacional, a frequência do apoio a cada UEO era em média uma visita de apoio técnico de 24 em 24 meses.

Para colmatar as falhas, insuficiências e irregularidades detetadas, foi necessário apostar na melhoria dos programas de pré-requisitos das cozinhas do Exército, através de um apoio técnico

de proximidade aos sectores de alimentação, para que os recursos sejam aplicados de forma a salvaguardar a Segurança Alimentar e proporcionar as bases para uma efetiva aplicação de sistemas de HACCP nas 70 cozinhas do Exército. Assim, preconizou-se que o apoio técnico realizado aos sectores de alimentação deveria ser baseado na proximidade com as UEO.

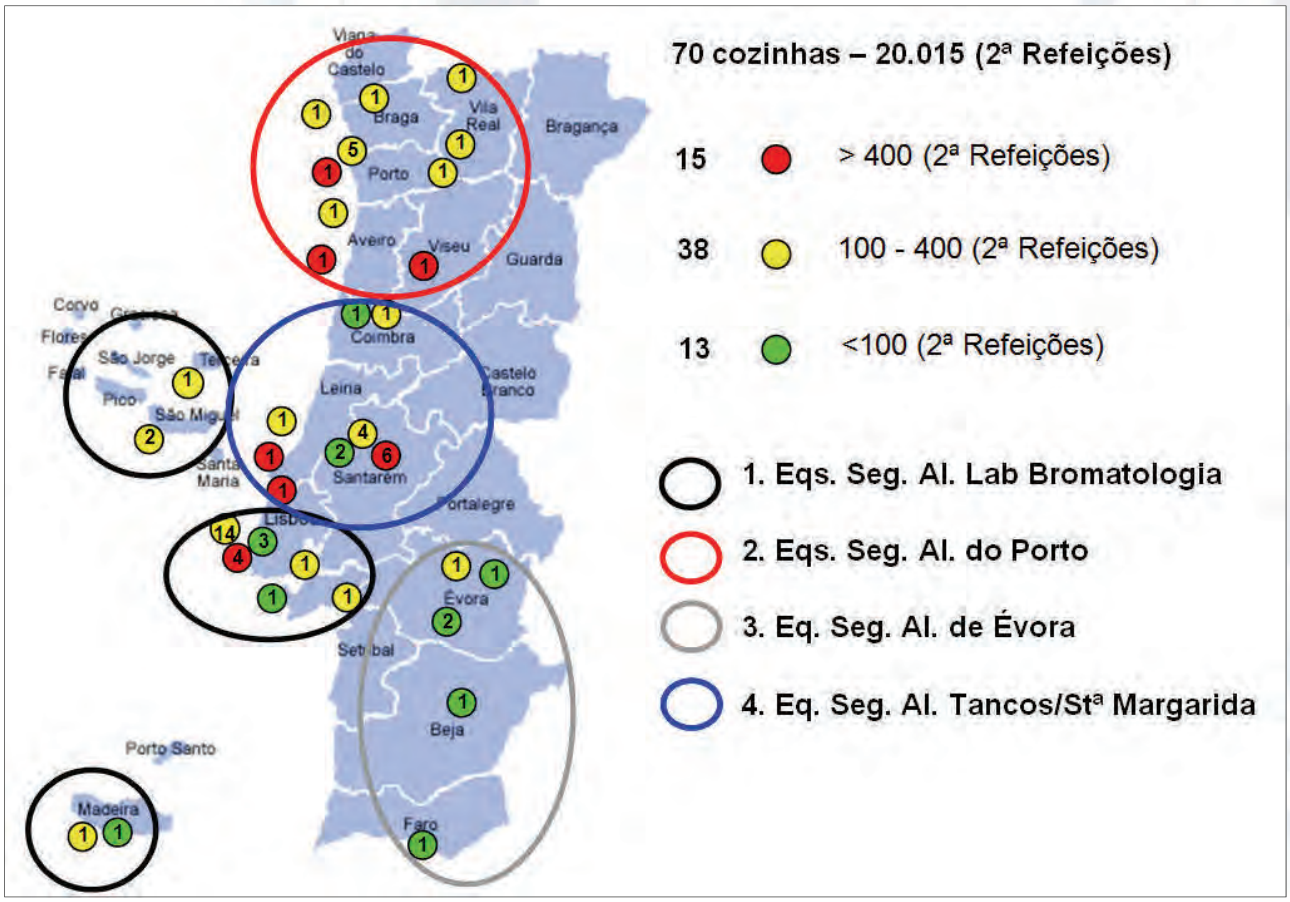
Com o objetivo de racionalizar os meios existentes e reduzir os custos relacionados com deslocações, pretende-se que as Visitas de Apoio Técnico recorram progressivamente à modalidade de apoio próximo, em que são envolvidas Equipas de Segurança Alimentar da região do Porto, de Sta. Margarida e de Évora, bem como os Oficiais Médicos-Veterinários de Unidade. Pretende-se que as Visitas de Apoio Técnico sejam realizadas semestralmente em todas as UEO.

Novo Dispositivo de Segurança Alimentar

Para que o Apoio Técnico de Segurança Alimentar dentro do Exército possa acompanhar a evolução dos conceitos e preceitos legais nacionais e dos regulamentos europeus foi implementado o seguinte conceito de atuação: Efetuam-se visitas sistemáticas de apoio técnico a todas as cozinhas das U/E/O. Nestas visitas devem ser desenvolvidas duas ações. A 1ª ação consistirá na inspeção/ auditoria sanitária às instalações, equipamentos, pessoal e alimentos. Esta incluirá colheita de amostras e posterior análise no Laboratório de Bromatologia. A 2ª Ação consistirá na Área da formação do pessoal dos sector de alimentação visa melhorar o nível formativo dos manipuladores de alimentos. As visitas serão tendencialmente efetuadas por Equipas de Segurança Alimentar do Serviço Veterinário que são organizadas num dispositivo que cobre as necessidades das UEO no território nacional.

O conceito de segurança alimentar envolve múltiplos aspetos e evoluiu ao longo do tempo. Assim, preconiza-se uma melhoria contínua da qualidade ressaltando dois fatores importantes: as condições higio-sanitárias das instalações e dos equipamentos e o nível de formação do pessoal que trabalha na área Alimentar. Na área Alimentar, o aspeto segurança é sempre um fator incontornável, pois existem inúmeros perigos com elevado risco para a saúde.

Cap Med Vet Pedro Tomás Silva
Maj Med Vet António Lopes João
Cor Med Vet Carlos Penha Gonçalves
Laboratório de Bromatologia do Exército
lab.bromatologia@mail.exercito.pt



A BRIGADA DE INTERVENÇÃO E OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Qualquer organização procura ser aceite e reconhecida, quer pelos cidadãos em geral, quer pelos seus próprios colaboradores. É assim, preocupação fundamental de toda a organização, transmitir uma imagem favorável e integradora de si própria. Os Órgãos de Comunicação Social (OCS) são um meio privilegiado para atingir este desiderato, pois constituem um importante instrumento, para, de uma forma rápida, alcançar grandes massas de público, essencialmente público externo, e assim, fazer passar as mensagens pretendidas.

É através dos OCS que, também a Brigada de Intervenção, procura expor a sua realidade e incrementar a sua visibilidade. Daí que, a informação que a BrigInt difunde, quer por iniciativa dos próprios OCS, quer essencialmente, através de "comunicados à imprensa", se processa com o necessário rigor e oportunidade, fomentando uma informação consciente e atempada, garantindo uma resposta adequada, verdadeira e oportuna às questões que se afiguram ser do interesse do público.

Ao nível do Comando da BrigInt, o Gabinete de Informação Pública (GabInfPub/G9), é a estrutura responsável pela coordenação ao nível de toda a Brigada, das ações de informação pública, e portanto, também, da relação da BrigInt com os *media*. Para o efeito, o Comando da BrigInt mantém uma ligação próxima com os seus Regimentos através das suas Secções de Informações e Segurança (SOIS), cujos Chefes de Secção desempenham cumulativamente as funções de Oficiais de Ligação para as questões de Comunicação e Relações Públicas do respetivo Regimento.

Por norma, toda a organização devidamente constituída, estabelece e difunde orientações aos seus colaboradores relativamente à sua Politica de Informação Pública. A BrigInt, tendo por base o documento geral orientador emanado pela estrutura superior do Exército, denominado Plano de Comunicação do Exército, faz a adaptação à sua realidade e estabelece o seu Plano de Comunicação Específico, a enviar, para cumprimento, às Unidades subordinadas. Estas, por sua vez, com o objetivo de dar cumprimento ao Plano Específico da BrigInt, elaboram, também, o seu próprio Plano de Comunicação Especifico.

Tendo em conta a distribuição territorial das Unidades da BrigInt, torna-se mais evidente a necessidade de descentralizar o relacionamento com os OCS, daí a enorme importância da aplicação escrupulosa do Plano de Comunicação da BrigInt e a aprovação e cumprimento do Plano de Comunicação Específico da respetiva Unidade subordinada. Efetivamente, dada a proliferação de OCS locais, regionais e ainda de delegações dos OCS nacionais, com interesses jornalísticos nas atividades efetuadas pelos Regimentos da BrigInt, só a ação descentralizada (ao nível da Informação Pública) terá sentido.

A ação descentralizada no relacionamento com os OCS, além do cumprimento cuidadoso dos Planos de Comunicação, exige uma maior coordenação entre as SOIS dos Regimentos e o Comando da BrigInt, que por sua vez poderá ter necessidade de coordenar com o nível superior.

Falando em informação pública, é importante destacar a necessidade de treino dos militares a este nível. Efetivamente, qualquer militar poderá ser, no exercício da suas funções, abordado pelos OCS e ver-se na contingência de prestar

esclarecimentos aos mesmos. Sendo assim, deverá estar minimamente preparado, instruído e treinado, para que, com alguma desenvoltura, proceda com a máxima correção na atitude e em cumprimento das diretivas superiores que sobre o assunto estiverem definidas. A importância da formação e treino dos militares no relacionamento com os *media* é significativa, porque uma atitude menos correta, impensada, embora de "aparência" pouco significativa, ao ser transmitida pelos OCS pode tomar proporções indesejáveis extremamente negativas se erradamente percecionada pelo público. Para obviar esta necessidade, a BrigInt inclui *a relação com os media* como objetivos de treino nos seus exercícios e incentiva ao nível das Unidades regimentais as ações de formação adequadas.

A Brigada de Intervenção e o Exército em geral atuam segundo uma política de informação pública ativa, procurando despertar a curiosidade dos OCS, tomando a iniciativa e divulgando a missão e as inúmeras atividades desenvolvidas, nomeadamente as de âmbito operacional. Os instrumentos para a divulgação são variados e vão desde o já referido comunicado à imprensa (*press release*), mas também as *entrevistas* a militares detentores da informação pretendida, e as *conferências de imprensa*, a utilizar sobretudo quando se pretende transmitir um conjunto de informação a um maior número de OCS e/ou quando o assunto tem maior impacto (força em aprontamento, incidentes, comemorações do dia da Unidade, etc.). São também muito frequentes as visitas dos OCS para assistirem aos eventos e efetuarem os seus próprios registos. É esta a prática comum aquando dos Exercícios da Brigada de Intervenção, organizando-se um *Media Day,* que poderá ser simultaneamente um *Open Day*, onde os OCS poderão assistir, num dia determinado, ao decurso normal do exercício, satisfazendo a sua curiosidade e obtendo os seus registos.

A curiosidade pela vida militar tem sido motivo para que alguns OCS solicitem para acompanhar uma Força em aprontamento ou outra qualquer atividade militar continua, de forma mais próxima, acompanhando-a nos vários momentos do seu dia-a-dia. A BrigInt tem mantido abertura para a *incorporação* de jornalistas (*embedded*) junto da sua estrutura militar, desde que sejam aceites por estes, a montante, as condições que garantam a salvaguardar da segurança e haja a necessária anuência do escalão superior.

Para terminar, importa focar o interesse mutuo que existe entre a estrutura militar e os OCS, que tem permitido aos militares transmitir a sua mensagem e aos OCS cumprir a sua missão de manter o público informado. A BrigInt tem procurado rentabilizar este interesse, fomentando a ligação com os OCS da sua área de intervenção, estabelecendo relações de maior proximidade com jornalistas que habitualmente fazem a cobertura de assuntos militares, auscultando as suas necessidades e intenções, balanceando e esclarecendo as necessidades da BrigInt perante os *media*. O desafio para o futuro será continuar o nível de cooperação já existente, ou, sendo possível, incrementá-lo, de forma a manter o público plenamente informado das elevadas potencialidades e capacidades da Brigada de Intervenção.

DESAFIOS DO COMANDANTE DE COMPANHIA

Mais um desafio começou quando o meu comandante me atribuiu esta tarefa. A própria abordagem a este tema deve ser encarada como um desafio, dada a enorme responsabilidade que um Capitão no seu 4ºano de comando como comandante de companhia tem ao transmitir uma visão formal sobre esta temática, e as implicações que isso pode ter a nível institucional. Assim, tentarei expor a minha opinião pessoal, de uma forma séria, profissional e honesta, com recurso às minhas vivências e apoiando-me em alguma bibliografia dos quatro desafios chave: transmissão de conhecimentos a nível hierárquico e institucional, preparação individual do futuro comandante de companhia e conhecimento de si dos seus subordinados.

Nos últimos anos tem-se assistido a uma escassez geral de capitães do quadro permanente, e pode dizer-se que esse é o primeiro desafio na carreira de um capitão. Ora, para aquele que já o é, e tem o dever de ir preparando "os seus" subalternos para o futuro, ora para aquele, que sendo apenas comandante de pelotão ou 2º comandante de companhia, tem de absorver o máximo de "conhecimento de escola" possível. Sendo que no último ano de tenente, é ainda importante, a preparação prévia para complementar aquilo que o "nosso capitão" nos tentou ensinar, nomeadamente organizar o *dossier* do futuro comandante de companhia. Este requisito por si só não é suficiente, mas criará uma base sólida, e será um solo fértil à aquisição das competências legais, nomeadamente no Curso de Promoção a Capitão.

Um comandante de companhia é na sua essência um condutor de Homens[1], e este aprender com o "saber de experiência" dos mais velhos, minimiza aquele que considero o próximo desafio. Identificar quais os pontos fortes e pontos fracos da sua personalidade e minimizá-los aos olhos dos outros, suplantando-os com, dedicação, rigor, e outras características favoráveis próprias da meio castrense. Conhecendo-se a si próprio, deve então conhecer os seus Homens tão bem como a si, tendo como enlevo o dever de tutela e de obediência, especificados na lei orgânica nº2/2009 de 29 de julho, e a partir daí não haverá missão, tarefa ou desafio que a sua Companhia não cumpra com garbo e excelência.

Por último, há a realçar o permanente desafio que o Comandante de Companhia tem na gestão de recursos humanos e materiais postos ao seu dispor. Sendo o primeiro escalão da programação da instrução, assenta nele a maior cota na valorização individual, quer nos aspetos técnicos e morais como físicos dos militares que a constituem. O Comandante de Companhia conhecedor da intenção do seu Comandante de Batalhão ou de Unidade, deve ser engenhoso e proactivo na procura de soluções. Exemplo: havendo restrições nos gastos de combustível, pode ser usado o aquecimento às viaturas para transporte de pessoal para os locais de instrução, e dessa forma treinar os condutores, fazer as verificações às viaturas, e o deslocamento para áreas mais propicias ao treino de tarefas críticas de escalão Secção e Pelotão.

Naturalmente que existem outros desafios não menos importantes, mas que não posso agora enumerar de forma exaustiva, querendo apenas por último agradecer aos "meus capitães", e realçar que o comando de uma Companhia é uma experiência muito pessoal, e que cada um tem a sua forma, devendo assim cada Capitão, adotar os procedimentos que mais condigam com o seu carácter.

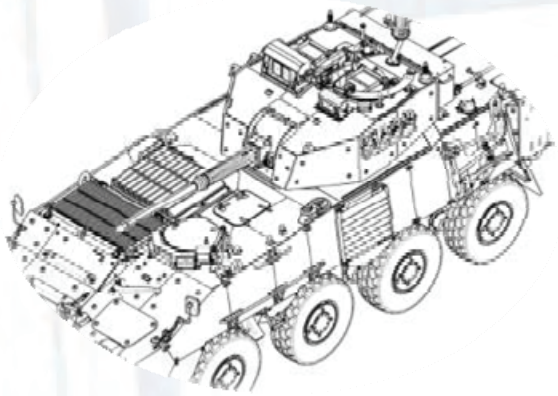
Cap Inf Lobão de Moura
Cmdt CCS/RI13
moura.bpl@mail.exercito.pt

---

1. "O comandante de companhia deve ser, portanto, um condutor de homens e o executor, por excelência, das ordens

O CANHÃO MK30-2 AO SERVIÇO DA BRIGINT

O programa de aquisição das VBR Pandur II 8x8 prevê a produção para o Exército, com destino à BrigInt, de Viaturas de Combate de Infantaria (*Infantry Fighting Vehicle* - IFV), num total de 30 viaturas que aumentarão o poder de fogo dos Batalhões de Infantaria (8 IFV em cada BI), do Grupo de Auto Metralhadoras (8 IFV) e do Esquadrão de Reconhecimento (6 IFV).



Esta viatura da família Pandur está dotada com um canhão Mauser MK30-2 de calibre 30mm. Esta arma é produzida na fábrica Espanhola da Santa Barbara, adquirida pelo grupo *General Dynamics* em julho de 2001 e é uma evolução do antigo modelo MK213/30 desenvolvido pela *Waffensysteme Oberndorf Mauser-Werke*, entre 1944/45, para utilização naval da marinha alemã ou como arma antiaérea.

Esta arma, instalada numa torre que lhe serve de apoio para a sua manobra, aquisição de alvos e execução de tiro, alojando a guarnição que a vai operar, constituída por dois homens (apontador e chefe de carro).

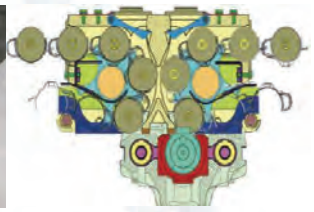
Tendo como apoio a torre SP 30 que lhe permite uma rotação de 360°, uma elevação de +50° e depressão de -10°, pode executar tiro em modo estacionário ou em movimento com estabilização (elevação +49° e depressão -9°), dispondo de uma velocidade máxima de elevação/depressão de 40 graus por segundo (40°/s) e de rotação 45°/s.

O alcance prático da arma é de 1500 m e o alcance máximo de 2500 m. A cadência de tiro situa-se na gama entre os 630 e os 770 tiros por minuto, em função das condições de temperatura ambientais (de -21 °C e os 50°C, respetivamente). A velocidade inicial do projétil à boca é de 830 m/s.

O tubo canhão tem 30mm de calibre, 19 estrias no sentido dextrorsum, com um comprimento de 2458 mm (82 calibres). Este sistema é arrefecido por irradiação e tem um ciclo de vida útil de aproximadamente 5000 tiros, podendo a arma ser retubada por duas vezes (fazendo com que arma tenha um ciclo de vida de 15000 tiros).

O canhão MK30-2 é uma arma que funciona por ação direta de gases. É alimentado por duas fitas de elos com munições de 30x173mm, pela direita e esquerda, sendo a ejeção realizada para baixo por ação do ejetor. Tem um peso total de 173,2 kg e é comandado por um sistema eletromecânico para os movimentos de rotação, elevação e disparo. O sistema de controlo de tiro e aquisição de alvos por processo digital tem a possibilidade de fazer tiro simples, tiro em sequência de 3, 5 ou 10 tiros ou em modo de tiro automático.

No caso de avaria elétrica tem a possibilidade de disparar pelo comando manual de disparo.



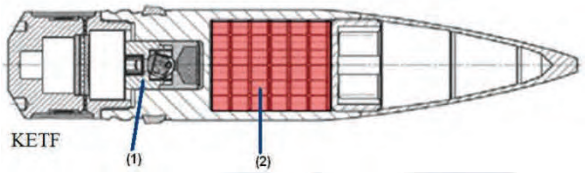
Esta arma pode utilizar seis tipos de munições:

- APFSDS-T (*Armour Piercing Fin Stabilised Discarding Sabot-Tracer*). É uma munição anticarro que dentro do próprio projétil tem um outro em forma de dardo (apelidado de subcalibre) com aletas estabilizadoras e é feito de uma liga metálica de tungsténio que em conjugação com a carga explosiva permite perfurar blindagens médias;

- FAPIDS-T (*Frangible Armour Piercing Incendiary Discarding Sabot-Tracer*). Munição anticarro e contra helicópteros que usa a alta temperatura

concentrada numa só direção, para permitir a rutura da blindagem por fusão;

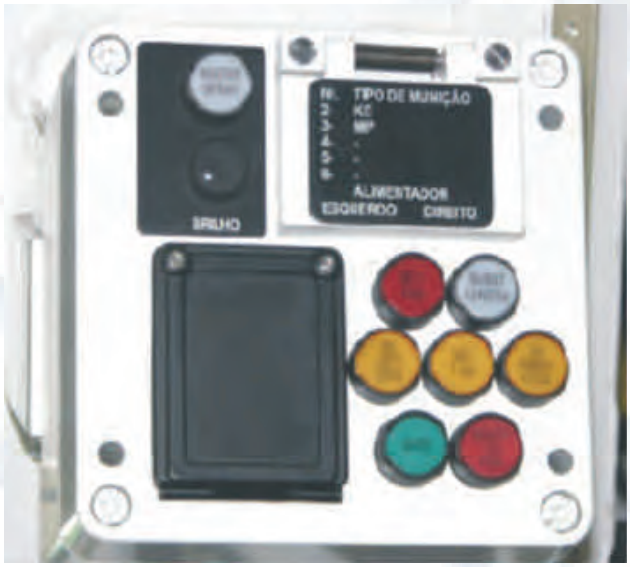
- TPFDS-T (*Target Practice Fragmenting Discarding Sabot-Tracer*). Com as caraterísticas da APFSDS-T mas visando essencialmente o treino das guarnições;
- KETF (*Kinetic Energy Time Fuze*). Munição de uso anti-pessoal, dispondo de um sistema de detonação com temporizador(1) para que a explosão aconteça quando o projétil se encontra ainda em voo, dispersando um conjunto de pequenos projéteis(2) (cerca de 135 com 1,5 gramas cada) e fragmentando-se para que o seu efeito abranja uma área considerável;



- TP-T (*Target Practice-Trace*) - Em termos de configuração é idêntica às anteriores dispondo de uma carga explosiva de menor potência e de fabrico mais simples diminuindo os custos de produção, visando a sua utilização para treino e demonstrações;

- MP-T (*Multi Propose-Trace*) - Munição explosiva -incendiária que pode ser usada para vários fins, dos quais se destacam contra pessoal, viaturas, blindagens ligeiras e helicópteros.

O sistema canhão tem capacidade para armazenagem de 200 munições, em que 120 são disponibilizadas pelo contentor lateral direito, enquanto o esquerdo apenas dispõe de 80. Esta diferença de capacidade deve-se ao espaço ocupado pelo diverso equipamento da torre, pela posição do chefe de viatura e da arma coaxial situada do lado direito da torre. Esta assimetria de alimentação não implica quaisquer problemas de interrupção de tiro, pois permite selecionar a alimentação da arma pela direita ou pela esquerda, gerindo o consumo das munições com recurso a um painel contador para cada um dos contentores (conforme mostra figura indicado no canto superior direito desta página), que permite a comutação da alimentação.



O MK 30-2 é uma arma muito versátil que equipa algumas viaturas blindadas de combate (*Armored Fighting Vehicles* - AFV) como o Pizarro, Espanhol, o Alemão PUMA ou o Ulan, Austríaco, sendo ainda usado como arma antiaérea e em navios de guerra.

Conforme se encontra previsto, a BrigInt receberá brevemente as primeiras viaturas IFV, alargando o leque das capacidades à disposição das suas Unidades orgânicas. O incremento de capacidades materializado na disponibilização de recursos materiais de elevada tecnologia continua a afirmar-se como um grande desafio para quadros e tropas, cuja resposta continua a identificar-se com a forte motivação e determinação dos militares desta Grande Unidade da estrutura da componente operacional do sistema de forças do Exército Português.

SAj Mat Aristides Ramalho
G4/BrigInt
ramalho.atb@mail.exercito.pt

Bibliografia:

- *Versão provisória do "5.397.02.SP30TM10";*
- *Fichas de instrução "Operator Training MK 30-2 @ IFV PANDUR";*
- *http://articles.janes.com/articles/Janes-Infantry-Weapons/Mauser-MK-3;*
- *http://www.areamilitar.net;*
- *http://www.exercito.pt/sites/CmdLog/Publicacoes/Paginas/828.aspx;*
- *http://www.atk.com/capabilities_defense/documents/30mm_173mm.pdf;*
- *http://www.gdots.com/2011%20Brochures/30x173mm%20Ammunition%20Suite.pdf*

AS FORÇAS ARMADAS E A PROTEÇÃO CIVIL

Capacidade articulada de apoio a situações de emergência - um possível modelo

Introdução

Atendendo à realidade dos países da União Europeia que nos estão mais próximos, nomeadamente França e Espanha, poderemos constatar que a participação das Forças Armadas (FA) no contexto da Proteção Civil é um fato. No caso francês, esta ligação remonta a 1968, quando o General Charles de Gaulle decidiu criar as Unidades Militares de Segurança Civil, no quadro da defesa civil, tendo em 1988 sido criado o Comando das Formações Militares da Segurança Civil (ComForMiSC). Em Espanha, a criação da Unidade Militar de Emergência (UME) é mais recente, datando de 2005, constituindo esta uma força conjunta de caráter permanente dentro das FA.

No nosso contexto, o presente tema constitui um polo de interesse, nomeadamente no seio da Engenharia Militar, tendo-se constituído em 2010 um grupo de trabalho, sob tutela do Estado-maior do Exército (EME) e com a participação das várias Unidades de Engenharia, sob tutela da Escola Prática de Engenharia (EPE), para estudar a implementação deste conceito. De fato, a Diretiva do Gen CEME para o Biénio 2010-2011 materializou o ponto de partida para o caminho a percorrer, em que o Exército é chamado a participar ativamente e a criar os mecanismos necessários para poder reagir rapidamente a uma situação de calamidade ou em situação de alerta e contingência, em moldes proporcionais ao do nível da situação, providenciando pessoal qualificado, equipamento e outros recursos materiais específicos, para intervir como parte de qualquer esforço de auxílio.

UIISC 1 – Salvamento no Haiti (2010)

Enquadramento legal

A participação das FA em missões de Proteção Civil está enquadrada ao mais alto nível da estrutura legal, sendo preconizado logo no Art. 275º, §6 da Lei Constitucional nº1/2005 (Constituição da República Portuguesa), disposição que contempla de um modo geral o que enquadramos nas Outras Missões de Interesse Público (OMIP).

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2003, como enquadrante dos diplomas legais que regulamentam as FFAA, define quais as orientações para as missões e capacidades, que se irá traduzir numa organização e meios. A Lei de Defesa Nacional (LDN), no Art. 24º §6 f), replicado no Art. 4º §1 f) da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), incumbe as FA de colaborar em missões de proteção civil, missão que está ainda prevista nos diplomas que aprovam as leis orgânicas dos ramos. A Lei de Bases da Proteção Civil (Lei nº 27/2006) identifica os seguintes agentes de proteção civil: os corpos de bombeiros; as forças de segurança; as FFAA; as autoridades marítima e aeronáutica; o INEM e demais serviços de saúde; os sapadores florestais; dedicando o seu Capítulo VI às FA, onde estabelece as formas de colaboração, responsabilidades e mecanismos de atuação.

Vimos assim que a estrutura legislativa nacional legitima e determina a intervenção das Forças Armadas em missões de proteção civil. Sabemos também que os nossos parceiros europeus mais próximos têm este sistema integrado na sua estrutura de proteção civil, com unidades permanentes constituídas. Mas no atual período de crise e de sérias contenções à despesa, o desafio está em encontrar o caminho a percorrer para operacionalizar estas diretivas.

Num momento em que está a ser revisto o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, prevendo-se a sua conclusão até setembro, que irá redefinir as prioridades e o nível de ambição das FFAA, é de esperar que haja alterações significativas ao nível da sua participação no âmbito da Proteção Civil e das OMIP. De acordo com as declarações prestadas à agência Lusa pelo deputado Hélder Sousa Silva (ex-oficial de transmissões), vice-coordenador do PSD na Comissão de Defesa Nacional, o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional deve aprofundar o conceito de "duplo uso" das FFAA e refletir a importância das missões de interesse público para a sociedade, no que refere ainda como um princípio de racionalização e um maior entendimento do papel dos militares pela sociedade. Ainda de acordo com a mesma fonte, é provável que este trabalho tenha em conta as experiências que outros países já possuem nesta área.

As FA no contexto da proteção civil

No contexto da Proteção Civil, ao nível nacional,

UME – Torrejón de Ardoz (Madrid)

é útil identificar previamente um conjunto de organismos que dão forma e estruturam o sistema:

- Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE), representando o nível estratégico, integrava várias comissões, correspondentes aos setores estratégicos, tendo a responsabilidade de planeamento. Tendo sido extinto em dezembro de 2011, as suas responsabilidades foram atribuídas a vários organismos, de acordo com as afinidades das matérias;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), representando o nível operacional, com a missão de planear, coordenar e desenvolver a política nacional de Proteção Civil;
- Agentes de Proteção Civil, que materializam o nível tático, ou seja, quem executa as tarefas, e que engloba os Corpos de Bombeiros, Forças de Segurança, FA, Autoridades Marítima e Aeronáutica, INEM e demais serviços de saúde, CVP, Sapadores Florestais, havendo ainda um conjunto de entidades com dever especial de cooperação;
- Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), que consiste basicamente num sistema de gestão de operações, definindo a organização dos Teatros de Operações e Postos de Comando e clarificando as competências das diferentes entidades. É neste sistema que se inserem as estruturas de comando (CNOS/CDOS – Comando Nacional/Distrital de Operações de Socorro) e de coordenação (CCON/CCOD – Centro de Coordenação Operacional Nacional/Distrital);
- Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro (DIOPS), estabelecido na Diretiva Operacional Nacional Nº1 (DON Nº1/DIOPS), que consiste na definição de estruturas, forças e unidades para garantir a melhor resposta face à ocorrência ou iminência de ocorrência de um conjunto de eventos, atribuindo responsabilidades e competências, sendo identificadas as Forças de Empenhamento Permanente. A intervenção das FFAA é também abordada na DON Nº1/DIOPS, nomeadamente a forma de ativação e ligação com as estruturas de comando e de coordenação.

Neste enquadramento, verificamos que as FFAA são um Agente de Proteção Civil. Descendo na estrutura legal já referida, a Lei Orgânica do EMGFA (LOEMGFA – Decreto-Lei nº 234/2009) atribui ao Comando Operacional Conjunto (COC), entre outras, as tarefas de planeamento e coordenação do emprego de forças em ações de proteção civil, assegurando ainda a ligação com as forças de segurança e outros organismos do Estado, tendo um Centro de Situação e Operações Conjunto (CSOC) para auxiliar na execução e exercício das suas funções. O COC é também responsável pelo comando e controlo das forças de segurança, quando estas sejam colocadas na dependência do CEMGFA.

Na prática, verifica-se que quando é necessário apoio por parte das FA, tomando como exemplo o apoio do exército no combate aos incêndios florestais, dada a dimensão do apoio ser normalmente circunscrita, não havendo incidentes de proporções catastróficas, a ativação dos meios é feita através do respetivo comando de componente, após solicitado pela Estrutura Civil e devidamente autorizada pelo CEMGFA e CEME, e informado o COC. No caso do exército, o comando de componente corresponde ao CFT, que aciona e coordena o empenhamento das várias Unidades, de acordo com os meios disponíveis, no que se enquadra com um apoio programado e que está definido no conhecido Plano LIRA (ainda de referir, nos apoios programados, os que se enquadram nos Planos ALUVIÃO, VULCANO e CÉLULA). No caso de apoios não programados, a sua execução depende da disponibilidade e prioridade de emprego dos meios.

Uma capacidade conjunta

As possibilidades de cada um dos ramos podem ser identificadas, sendo lugar-comum ver a intervenção de meios, mais mediaticamente da Marinha ou da Força Aérea, para resolução de incidentes, em apoio às autoridades civis. Mas há de fato uma integração que é potenciadora das capacidades individuais de cada um dos ramos.

Se para as situações mais comuns de apoio a resposta tem sido adequada, qual será a capacidade de resposta numa situação de catástrofe? Será que o modelo de uma força conjunta, integrando capacidade naval/marítima, terrestre e aérea não será igualmente mais eficaz num cenário de emergência, tal como num conflito armado? Tomando como exemplos o modelo francês e espanhol, a capacidade conjunta parece ter sido a base para a constituição das unidades militares para apoio à proteção civil, salvaguardando as especificidades das diferentes unidades.

Assumindo uma maior eficácia do modelo de uma Força conjunta, podemos então concluir que a estrutura de comando prevista – COC – se enquadra com a configuração da Força, podendo esta ser flexibilizada e o comando ser descentralizado em Unidades conjuntas de diferentes escalões, constituindo Forças-tarefa à medida das necessidades, no que acaba por

consistir na organização para o combate feita durante o planeamento de uma operação militar.

Se o COC é então a estrutura de comando para a capacidade conjunta, qual será o papel de cada ramo para a constituição e operacionalização da referida capacidade? Poderemos pensar que cada ramo, através do seu comando de componente, seria responsável por constituir, aprontar e manter um conjunto de capacidades que concorressem para a capacidade conjunta, tendo como referência a capacidade que os meios orgânicos têm de ser empregues em missões de natureza que não estritamente militar, no que se visualiza como uma capacidade de duplo-uso. Deste modo não estaríamos a falar da criação de comandos de componente para integrar as capacidades de cada um dos ramos, antes de unidades constituídas a partir dos já existentes ECOSF, que seriam atribuídas ao COC.

O contributo da engenharia militar

O Exército possui um conjunto vasto de potencialidades que podem ser empregues no contexto da Proteção Civil numa situação de emergência. Desde as capacidades de apoio logístico (transportes, apoio sanitário, infraestruturas…), às capacidades de apoio na manutenção da segurança e da ordem pública, podemos no entanto identificar no imediato algumas atividades que, mesmo sem ser no contexto da Proteção Civil, têm a mesma dinâmica. Estas atividades são referidas aos trabalhos desenvolvidos pela Engenharia Militar no contexto das OMIP. A verdadeira utilização como meios de "duplo uso" dos recursos da Engenharia Militar materializa uma capacidade de valor muito significativo para o que poderá constituir o contributo do Exército para uma capacidade conjunta.

No contexto de uma catástrofe, em que os danos massivos causados a todo um sistema de infraestruturas, é vital que sejam mobilizados meios que possibilitem, numa primeira instância, aceder às áreas atingidas para se proceder ao socorro às vítimas, e subsequentemente auxiliar os trabalhos de reconstrução. Esta valência constitui o *core business* das unidades de apoio geral, como sejam as CEng A-G e CPon. Os seus meios e as suas capacidades atuais permitem que sejam empregues num tal cenário. Num contexto de um incidente NBQR, temos os meios da CDefNBQ, numa área que está mais avançada em termos de planeamento e operacionalização, como o demonstra o PLANO CÉLULA.

Poderemos sempre pensar num conjunto de valências adicionais a constituir, que estarão em grande parte associadas a necessidades de equipamentos específicos, com necessidades de formação específica para o seu manuseamento e operação. Mas isto também implica reorganização e treino de unidades. Será de consenso que para obter melhores níveis de desempenho as unidades devam ter a mesma estrutura e devam treinar as mesmas tarefas, pelo que assumir que estas unidades devem estar preparadas para ser reorganizadas e que a natureza das suas tarefas pode ser alterada, deverá igualmente admitir-se que apesar de uma maior eficiência, teremos uma menor eficácia. No entanto, há unidades que desempenhando tarefas da mesma natureza poderão, com menor custo, adaptar-se a uma nova situação, como poderão ser os Grupos EOD, se empregues em tarefas de demolição de infraestruturas em risco de colapso.

Contabilizando o número de unidades que poderíamos mobilizar, podemos ainda avançar com o escalão de comando tático enquadrante, que é materializado por excelência pelo Comando do BEng A-G, atribuição que espelha a missão desta unidade. Constitui, no entanto, uma séria limitação ao seu emprego o nível de levantamento definido para esta unidade, reduzindo os efetivos autorizados previstos no QOP e consequentemente a sua capacidade operacional, pelo que é um assunto que merece atenção, atendendo ao contexto em que poderá ocorrer a sua mobilização.

Conclusão

Umas FA úteis à sociedade é o que pretendemos que a nossa população veja em nós, apesar de muitas vezes o nosso trabalho não ser visível e ser frequentemente incompreendido. Para que seja possível uma maior perceção do nosso trabalho e que as pessoas sintam uma maior proximidade com os militares é de fato desejável que a nossa missão aproxime aquilo que fazemos da vida das gentes. O incremento da atividade no âmbito da Proteção Civil poderá permitir uma maior aproximação à sociedade civil e transmitir de uma forma mais explícita o que nós já fazemos, mas num contexto diferente e de forma menos visível.

Num período em que se pede contenção e racionalização, não podemos ter unidades dedicadas à Proteção Civil, como em Espanha e França, no que constituiria uma solução ótima. As reduções ao nível dos efetivos e dos orçamentos exigem que o caminho siga pela racionalização, o que implica um aproveitamento de capacidades já

O CENTRO DE EXCELÊNCIA DE COMBATE EM ÁREAS EDIFICADAS

O moderno campo de batalha apresenta hoje um alargado espetro de operações e variadas tipologias de missão. Todavia, à semelhança do que tem ocorrido no passado recente, as operações decisivas continuam a ocorrer fundamentalmente nos centros urbanos. É lá que se encontram os Media, os centros de decisão política, económica e os grandes aglomerados populacionais que tanto contribuem para a influente opinião pública.

O ambiente urbano apresenta características complexas para as operações, tais como a tridimensionalidade, a presença de civis, a dificuldade em identificar a ameaça e os riscos que nos rodeiam - e que aparentemente não se evidenciam.

Posto isto, é fundamental capacitar os militares e os seus sistemas de armas a uma formação e treino específicos neste contexto, contribuindo para a preparação e consequente cumprimento de missões em todo o espetro das operações, onde se verifique a possibilidade de emprego em ambiente urbano.

Figura 1: Áreas de desenvolvimento no CdECAE.

Neste contexto, o Comando do Exército, por despacho do CEME de 13 de agosto de 2010, incumbiu à Escola Prática de Infantaria (EPI) o desenvolvimento de um Centro de Excelência de Combate em Áreas Edificadas (CdECAE). Este Centro tem como finalidade contribuir e desenvolver condições de formação, treino operacional, investigação e elaboração de elementos doutrinários congruentes para que as Forças Armadas e as Forças de Segurança nacionais melhor possam cumprir as suas missões em ambientes urbanos.

O CdECAE constitui-se como base de um projeto aberto em constante evolução e implementação, que permitirá ao Exército desenvolver uma área de formação e treino até ao escalão Batalhão na vertente do Combate em Áreas Edificadas (CAE). Este projeto inovador prevê também a possibilidade de evoluir numa estreita ligação com os nossos parceiros internacionais, para que o processo de desenvolvimento das infraestruturas, doutrina e TTP possam incrementar maior realismo à formação e ao treino operacional em ambiente urbano.

Assim, o CdECAE está apoiado nas modernas infraestruturas do Centro de Formação e Treino de Combate em Áreas Edificadas (CFTCAE), sediadas na "Aldeia de Camões"¾ Tapada Militar de Mafra - bem como na Sala de Planeamento e Operações do CdECAE, localizada na parte regimental da Escola. Irá ter também um sistema de carreiras de tiro virtuais, a implementar num futuro próximo, nas salas didáticas de tiro da EPI.

O CFTCAE permite atualmente a formação e o treino em múltiplas situações de ambiente urbano, melhorando as capacidades dos soldados no treino individual e coletivo (para já até ao escalão Companhia) nesta vertente específica.

Este complexo tem condições para o treino tridimensional característico de um ambiente urbano, disponibilizando ainda salas de aula, áreas de treino com explosivos e complexos armadilhados, salas de tiro e um sistema de túneis subterrâneos.

Tem ainda uma torre multiusos que permite adequar a Educação Física Militar (EFM) ao combate urbano, possibilitando a execução de técnicas de *slide*, *rappel*, escalada e corda rápida.

A "Aldeia de Camões" apresenta também um "laboratório" que permite uma visualização adequada da formação e do treino. Este espaço está equipado com um sistema audiovisual com capacidade vídeo e gravação em tempo real das atividades de treino desenvolvidas, para posterior *after action review*, na Sala de Planeamento e Operações do CdECAE. Associados a estas infraestruturas, estão disponíveis materiais e equipamentos específicos para o combate em

ambiente urbano (fruto do projeto de investigação - soldado do futuro), que permitem a redução de obstáculos, a visualização da própria ameaça, e por conseguinte, contribuem para a adaptação gradual do combatente a este ambiente específico.

Neste espaço, multiusos e versátil, a possibilidade de criar um conjunto diferenciado de cenários em ambiente urbano é também uma realidade, sendo facilmente adaptar o cenário à tipologia de missão do alargado espetro das operações e incidentes, que pretendemos treinar, em condições nas mais próximas da realidade.

A Sala de Planeamento e Operações encontra-se localizada na parte regimental da EPI, permitindo o planeamento, a análise e a revisão da formação e do treino operacional executado na "Aldeia de Camões", possibilitando uma intercomunicação permanente entre a sala e o laboratório, com recurso às tecnologias da informação.

Esta sala dispõe ainda de uma maquete da "Aldeia de Camões", que permite o planeamento de operações, de um complexo informático que possibilita a visualização de imagens captadas em tempo real e um pequeno auditório para ministrar formação. O complexo informático dispõe de um sistema áudio de intercomunicação que possibilita o contacto permanente e em tempo real entre o operador e as equipas de formação e treino. Esta abordagem interativa pretende a curto prazo equipar a sala com outras tecnologias de apoio à formação, tornando-a numa das mais bem equipadas e melhor preparadas para este tipo de treino nas Forças Armadas Portuguesas. Estas funcionalidades facilitam a monitorização das atividades desenvolvidas e uma correta correspondência das capacidades e dos meios informáticos, face às exigências táticas e técnicas inerentes às operações. Este complexo facilitará a apresentação de Ordens de Operações e as eventuais "revisões após ação" das operações desenvolvidas no complexo das áreas edificadas, dinamizando as atividades e conferindo às mesmas, o pormenor desejável para as operações.

O CdECAE, como conceito inovador ao serviço do Exército, possibilitará aos seus utilizadores uma melhoria muito significativa no desempenho da formação e do treino operacional, contribuindo de forma ímpar para a preparação e aplicação da doutrina na vertente do CAE. Desta forma, em contexto operacional, as diversas forças podem responder com elevada prontidão às exigências do moderno campo de batalha, e treinar o aprontamento das Forças Nacionais Destacadas (FND) para cenários como o Afeganistão, Kosovo ou Timor Leste. De salientar ainda o caso da missão da EUTM-Somália, onde a preparação dos formadores é realizada com base nestas infraestruturas, dispositivos e empregando já TTP que derivam das aprendizagens feitas neste CdECAE, prestigiando assim Portugal e o Exército no treino das forças Somalis no Uganda (Bihango).

Figura 2: CFTCAE ¾ Aldeia de Camões

O complexo do CdECAE estruturalmente constituído, como vimos, assenta na Sala de Planeamento e Operações, e pelo CFTCAE, mas sendo um conceito mais amplo e integrador, tem como principal intuito tornar-se num sistema multivectorial que contribua para o desenvolvimento da doutrina, formação e treino, da investigação e desenvolvimento, na vertente do CAE.

No âmbito do desenvolvimento da doutrina, pretende-se que todo o *know-how* já adquirido e definido no recente manual PDE 3-07-14 CAE, seja validado e que, consequentemente possa sofrer

Figura 3: Atividades de formação e treino no CFTCAE

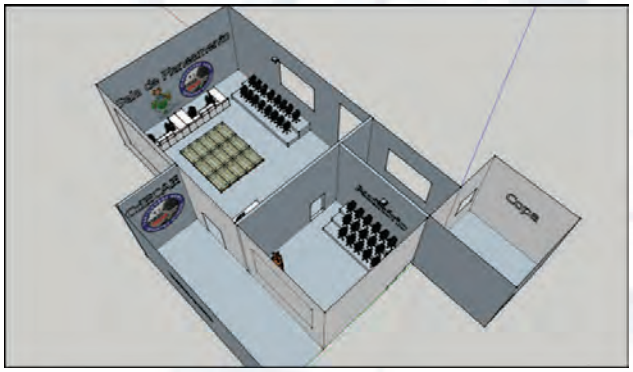


Figura 4: Planta da Sala de Planeamento e Operações

Figura 5: Sala de Planeamento e Operações

Figura 6: Projetos de Investigação

ajustamentos, por forma a melhor servir as Forças Armadas e os futuros formandos, tanto da União Europeia (EU), como da Organização Tratado Atlântico Norte (OTAN) ou mesmo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Só desta forma estaremos a contribuir para criar uma doutrina mais consistente, válida e diversificada, mediante a tipologia da operação e os Teatros de Operações (TO), e aplicar na formação e treino operacional das mais diversas unidades e formadores que necessitem dos nossos contributos nesta área específica do combate moderno.

O treino Operacional e o Treino de Aperfeiçoamento Operacional (vulgarmente chamado de aprontamento) levado a cabo no CdECAE pelas mais diversas unidades, constituir-

Figura 7: Folheto promocional CdECAE

se-á num contributo muito relevante para o desenvolvimento da doutrina no CAE. Todas as estruturas ao dispor do Exército contribuirão significativamente para o treino das TTP específicas das operações em ambiente urbano, maximizando assim o potencial de combate e permitindo uma preparação o mais próximo possível da realidade dos cenários onde as FND vão desempenhar as suas missões.

A conjugação da doutrina já existente, a utilização da tecnologia do sistema, a observação e uma estreita ligação com unidades já empenhadas em TO's desta natureza, ou com experiência de treino em ambiente urbano, permitirá aperfeiçoar a formação dos próprios formadores (e formandos) que venham frequentar os diversos cursos de Combate em Áreas Edificadas na Escola.

Continuará a ser uma prioridade para o Exército e para a Escola, desenvolver investigações neste âmbito, fazendo-se recurso a parcerias entre universidades e empresas portuguesas, contribuindo para o desenvolvimento de equipamentos e tecnologias aplicadas às mais diversas necessidades, tanto militares como civis no combate moderno.

A implementação de projetos de investigação consente não só o desenvolvimento da transformação tecnológica do Exército Português, como também pretende desenvolver a competitividade internacional das empresas portuguesas, apostando no desenvolvimento de produtos competitivos ao nível do mercado internacional, e por conseguinte contribuir com a Instituição Militar para o desenvolvimento económico e tecnológico de Portugal.

Concluindo, o Projeto do CdECAE idealizado há largos anos, é hoje uma realidade que exige o empenho de todos os que colaboram no projeto, tornando-se não só fundamental a capacidade de realização do seu Plano de Implementação de Capacidade, como a continuação do trabalho já desenvolvido. Uma estreita ligação entre todas as entidades e Unidades do Exército poderá fomentar a reunião de contributos, de ideias e de experiências vividas em ambiente urbano,

A IMPORTÂNCIA DAS CDM NO SEIO DA BRIGINT

Ao longo dos últimos anos temos vindo a assistir, de uma forma geral, a um esvaziamento no Exército, da importância atribuída às Competições Desportivas Militares (CDM). No entanto, a Brigada de Intervenção (BrigInt) com o esforço e dedicação de alguns que praticam, organizam, motivam ou apoiam estas Competições, como corolário da prática regular, orientada e organizada da Educação Física Militar (EFM), têm cumprido bem os objetivos a que se propõem.

A BrigInt continua a organizar anualmente as suas CDM Fase I - Unidades e Fase II - Brigada. Estas têm uma dupla finalidade: (1) por um lado, incentivar o desporto desde os baixos escalões para permitir que a prática e competição desportiva sejam apoiadas numa base muito alargada e garantir que os mais aptos motivem aqueles que têm mais dificuldades e os que mais gostam da atividade física contagiem aqueles que por ela têm menos atração; (2) por outro lado, na vertente mais competitiva, com o intuito de formar as equipas representativas da Brigada para disputar a Fase III – Exército. Pretende-se assim, obter com a realização destas fases, a promoção e o incentivo da prática desportiva nas Unidades da BrigInt, concorrendo com as componentes competitiva e organizativa, materializando esta última com a atribuição às Unidades da organização das CDM da Fase Brigada, ou mesmo, Exército e Forças Armadas.

Na componente competitiva não podemos dissociar a participação e organização das Fases I e II. Ambas vão potenciar o melhor desempenho na Fase III, pelo que existe o propósito da realização dos respetivos estágios de preparação das delegações da nossa Brigada na sequência das duas primeiras fases, capitalizando o treino e seleção entretanto efetuados. Salienta-se que, para a sua prossecução, são nomeados militares técnicos das modalidades das várias Unidades, como selecionadores e treinadores, dando desta forma o seu contributo no alcançar dos melhores desempenhos dos atletas. No culminar destas competições Fase I e II, e para enfatizar a competição, existe a atribuição do "Troféu BrigInt", o qual, para além de prestigiar os vencedores, acima de tudo fomenta a convivência entre os militares que servem na BrigInt e simultaneamente orgulha todos quantos participam nesta "festa" desportiva da Brigada.

No entanto, os objetivos subjacentes às CDM inserem-se num todo mais abrangente, que é a EFM[1], e decorrem da prática generalizada da atividade física orientada e com fins bem definidos no seio do Exército. A condição física necessária ao bom desempenho das funções atribuídas aos militares é indispensável, contribuindo para este fim, a prática regular da atividade física organizada, sendo um imperativo da condição militar e também uma necessidade para a manutenção das competências operacionais da força.

Podemos inferir por generalização que as Unidades que melhor se organizam na gestão das tarefas operacionais e de Treino Físico Militar, estabelecendo metas sequenciais e níveis a atingir, conseguindo que se complementem e se maximizem os resultados pretendidos é a que melhor sucesso poderá alcançar, num e noutro campo[2]. Esta capacidade de organização, mesmo no campo interno (com as suas subunidades), é reconhecidamente um excelente campo que permite trabalhar de forma muito assertiva quer a organização de atividades, quer o aspeto motivacional, com especial ênfase para o desenvolvimento do espírito de corpo e da coesão de uma força.

Toda esta mecânica se desenrola tendo por base a primeira finalidade expressa na intenção do Comandante da Brigada, orientando a participação das delegações da BrigInt nas CDM para a Fase III, como um culminar do trabalho das nossa Unidades nas Fases I e II da BrigInt, pretendendo que a conduta e os resultados desportivos contribuam

para fomentar a atividade física, a sã convivência e espírito de corpo entre os seus militares, "vincando" desta forma, a afirmação da imagem de excelência da sua Brigada no seio do Exército.

As CDM obedecem a um racional que incorpora uma crescente complexidade e exigência, estruturados das Fases I à V onde, naturalmente vão sobressaindo os mais aptos, os mais dotados e os mais bem preparados e organizados, constituindo um aumento motivacional cada fase que se enfrenta sempre com o intuito de ser ultrapassada com sucesso. Seguindo esta lógica, qualquer alteração ou mesmo quebra desta sequência parece padecer de alguma falta de coerência, pois as fases subsequentes dependem da anterior. Se pretendermos suprimir alguma destas fases, parece-nos estar a adulterar este principio, direcionando o centrar das atenções nas CDM para as competições de alto nível, menosprezando todos os restantes objetivos dos baixos escalões já mencionados, que lhe estão associados. Face a todos estes considerandos, a BrigInt deverá continuar a dar primordial importância às Fases iniciais, I e II, das CDM e, ao mesmo tempo, preparando a participação na Fase subsequente (Fase III) garantindo a coerência e os objetivos que atrás foram referidos.

Nesta Grande Unidade, em coerência com os fundamentos que estabeleceu para o treino, o incentivo à prática desportiva e a organização de competições, deve ser feito desde os mais baixos escalões, envolvendo praticamente todos os seus militares. Começando na Fase I, incentivando e apoiando as Unidades e organizando os campeonatos ao seu nível, na Fase II, conseguiremos os correspondentes ganhos na coesão, na motivação e na operacionalidade das largas centenas de militares que compõem a BrigInt. Não podemos nem devemos abdicar destas mais-valias, concentrando o nosso esforço apenas no aspeto competitivo, garantindo a preparação apenas de um pequeno grupo de militares, que separados de uma coerência seletiva, irão participar exclusivamente na Fase III.

Também no campo específico do treino físico, a "alma" da BrigInt é forjada por militares dispostos a ultrapassar as dificuldades para alcançar um objetivo comum - "a excelência dos resultados".

Maj Art Rui Rodrigues
Adj G3/BrigInt
rodrigues.rab@mail.exercito.pt

---

1. *No Regulamento de Educação Física do Exército (REFE) a EFM é definida como "o conjunto de atividades inseridas no Sistema de Instrução do Exército (SIE) que visam contribuir para preparar física, psíquica, social e culturalmente os militares, numa perspetiva de formação global do homem, e que, concorrendo para o fortalecimento do seu moral, torna-os mais aptos para o desempenho das missões que lhes possam vir a ser confiadas"; REFE, Capítulo 1 página 2.*
2. *No REFE a "Formação Militar deve integrar aqueles aspetos e qualidades, aglutinados nas suas três vertentes fundamentais (técnico-tática, moral/cívica e física), igualmente importantes e, por isso mesmo, figurativamente representadas, por cada um dos lados de um triângulo equilátero. A Educação Física, racionalmente conduzida, contribui para o desenvolvimento, não só do valor físico do indivíduo como também das suas qualidades de carácter e do seu valor moral, concorrendo, assim, para completar a sua formação profissional. É por isso que a Educação Física Militar, entendida como o conjunto das atividades físicas e desportivas praticadas no seio do Exército, se constitui num*

CDM DE ORIENTAÇÃO FASE II (BRIGINT) E FASE III (EXÉRCITO)

Foi pela mão do Major Killander de nacionalidade sueca e líder escoteiro, que em 1912 a Orientação desportiva começou a dar os primeiros passos. Tendo como base o desdobramento da distância da Maratona por três provas, adicionou-lhe a componente de leitura de carta e a perceção da Orientação.

A extraordinária adesão dos jovens motivou o primeiro Campeonato Nacional na Suécia em 1922 (Mendonça, 1987).

Portugal aderiu à prática desta atividade desportiva por volta de 1973 (primeiro Campeonato das Forças Armadas em Mafra).

As Competições Desportivas Militares (CDM) visam os seguintes objetivos:

- Estimular a prática da atividade desportiva;
- Consolidar os aspetos educativos e de formação do pessoal, pelo enquadramento e acompanhamento nas competições;
- Fomentar o culto da camaradagem entre os elementos que servem no Exército e, simultaneamente, contribuir para enaltecer e prestigiar a Instituição Militar;
- Contribuir para o desenvolvimento das capacidades psicomotoras do pessoal;
- Aperfeiçoar a prontidão operacional, nomeadamente através da prática de modalidades inerentes ou complementares da instrução;
- Possibilitar a participação condigna do Exército nas Competições Desportivas Militares Nacionais, com equipas representativas, e a seleção de elementos do Exército para integrar as equipas nacionais militares em provas internacionais.

Fig.1 FASE II - BRIGINT

Fig.2 FASE II - BRIGINT

Fig.3 FASE II - BRIGINT

De acordo com os princípios conceptuais que perspetivam a atividade desportiva no Exército, expressos no Regulamento de Educação Física do Exército, as CDM, para que possam constituir uma consequência natural dessa atividade, devem desenrolar-se de acordo com um processo que, tendo origem nos campeonatos internos de cada UEO do Exército, culmina no Campeonato Militar, disputado entre seleções dos ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança, e, para algumas modalidades, no Campeonato Mundial.

Neste sentido, e de acordo com a calendarização superiormente aprovada e responsabilidade de organização dos vários Campeonatos Desportivos, foi dada a missão ao RI14 de organizar as fases II e III do Campeonato Desportivo de Orientação. Estes Campeonatos decorreram durante os períodos de 7 a 9 de fevereiro de 2012 e 6 a 8 de março de 2012 respetivamente.

Na fase II, as provas tiveram lugar na zona de

Fig.4 FASE II - BRIGINT

Fig.1 FASE III - EXÉRCITO

Fig.3 FASE III - EXÉRCITO

Penoita (Vouzela) e na zona de Pinho (São Pedro do Sul), contando com a presença de 6 Unidades da Brigada de Intervenção (UnAp/BrigInt, RI13, RI14, RI19, RC6 e RE3) totalizando um total de 126 atletas (93 masculinos e 33 femininos). Nesta fase, estiveram também presentes os atletas do Comando de Instrução e Doutrina, que realizaram o seu campeonato nos mesmos locais e períodos

Fig.4 FASE III - EXÉRCITO

que o da BrigInt, tendo usufruído dos apoios do RI14 em termos logísticos e de organização da prova.

Dos vários prémios distribuídos nesta fase, destacamos o vencedor da "Taça de Mérito Desportivo" que foi o Regimento de Infantaria Nº 13 (Vila Real).

Na fase III, as provas decorreram na zona do Senhor dos Caminhos (Satão) e na zona da Senhora do Crasto (Viseu), contando com a presença das seguintes equipas: Comando do Pessoal, Comando de Instrução e Doutrina, Comando das Forças Terrestres, Brigada Mecanizada, Brigada de Intervenção e Zona Militar dos Açores e da Madeira, totalizando um total de 111 atletas (82 masculinos e 29 femininos). A "Taça do Comando de Instrução e Doutrina" foi conquistada pela equipa da Brigada de Intervenção.

Na organização destas competições o RI14 teve a prestimosa colaboração da Federação Portuguesa de Orientação e do Clube de Orientação de Viseu, que facultaram meios técnicos e humanos para a realização das mesmas, bem como das Câmaras Municipais de Vouzela, São Pedro do Sul, Satão e Viseu que autorizaram a utilização dos terrenos e ainda como com importante colaboração dos Bombeiros de Vouzela, São Pedro do Sul e Viseu com a cedência dos autotanques que serviram de apoio nas zonas de partidas/chegadas dos eventos. A cooperação com as referidas instituições evidencia a excelente relação com a comunidade onde o Regimento se insere e releva-se a proveitosa projeção da imagem do Exército na sociedade.

CDM TIRO
Fase II – Brigada de Intervenção

A fase II da Competição Desportiva Militar de Tiro (CDM) realizou-se no Regimento de Cavalaria Nº 6, de 02 a 04 de abril de 2012 na carreira de tiro de 25 metros da unidade, para a modalidade de pistola e na carreira de tiro de 50 metros do complexo de tiro de Cabanelas, em Vila Verde, para a modalidade de espingarda.

Estiveram envolvidas delegações das unidades que compõem a Brigada de Intervenção, nomeadamente, RC6, RE3, RI13, R14, RI19 e UnAp BrigInt, num total de 60 atiradores.

Após a cerimónia de abertura da CDM Tiro presidida pelo Exmo Comandante do Regimento de Cavalaria Nº 6, Cor Cav Jocelino Bragança Rodrigues, realizou-se o sorteio para definir a ordem de entrada dos atiradores para as duas modalidades, e da parte da tarde realizou-se a prova de espingarda na posição de atirador deitado, em Cabanelas, e ao mesmo tempo no RC6 decorreram os treinos para a sub-prova de precisão da modalidade de pistola.

Na manhã do 2º dia de competição teve lugar a sub-prova de precisão e na espingarda teve lugar a prova de atirador de joelhos. No último dia do campeonato realizou-se a prova de atirador de pé em espingarda e a prova de duelo em pistola.

Às classificações foram muito renhidas, fruto dos bons atiradores que se apresentaram nesta CDM Tiro. Destacaram-se, na modalidade de espingarda masculina, o Alf Pedro Soares e SAj José Gonçalves do RC6 (3º classificado), 1Sarg Paulo Barroso do RI19 (vencedor da prova), Sold Nuno Morgado da BrigInt (2º classificado) e 1Sarg Ricardo Coelho do RE3, entre outros. Na espingarda feminina evidenciou-se a Sold Elisabete Marques do RE3 que venceu a prova de espingarda feminina e duas atletas do RI13 completaram os restantes lugares do pódio.

Relativamente à prova de Pistola decorreu na nossa carreira de tiro de 25m, que ofereceu excelentes condições, evidenciadas pelos vários atletas, com destaque evidente para o sistema de rotação de alvos utilizado na prova de duelo.

De volta à prova de pistola, o destaque foi para a nossa atiradora, Sold Ana Dias, que venceu de forma inequívoca na sub-prova de precisão e tendo

Individual	Modalidade	UEO	Posto	Nome	Equipa
7º	Pistola	RC6	SCh	Domingos Costa	1º
11º	Pistola	RI14	SCh	Mário Bernardo	
3º	Pistola	BrigInt	SAj	Carlos Santos	
3º	Pistola	BrigInt	Alf	Maria Joaquim	1º
5º	Pistola	RC6	Soldado	Ana Dias	
4º	Pistola	RI14	Soldado	Silvana Carvalho	
6º	Carabina	RC6	SAj	José Gonçalves	2º
-	Carabina	RI19	1Sarg	Paulo Barroso	
-	Carabina	BrigInt	Soldado	Nuno Morgado	
-	Carabina	RI13	Furr/RC	Carla Fernandes	2º
-	Carabina	RI13	Soldado	Carla Moreira	
-	Carabina	RE3	Soldado	Elisabete Marques	

vencido no somatório das duas provas (precisão e duelo), destaque também para a atiradora do RI14, Sold Silvana Carvalho que obteve o 2º lugar e para a Alf Maria Joaquim da BrigInt que fechou o pódio. Quanto à prova masculina, venceu o SAj Carlos Santos da BrigInt seguido do SCh Domingos Costa do RC6 e em 3º lugar o SCh Mário Bernardo do RI14.

No somatório das 2 modalidades o RC6 venceu a CDM Tiro Fase II – Brigada de Intervenção 2012, juntando assim a vitória no Campeonato a um planeamento, coordenação, organização e condução do CDM Tiro extremamente positivo e que foi do agrado de todos os militares presentes como é apanágio dos "Dragões D´ Entre Douro e Minho". Ao Galope, À Carga!!!

FASE III - Campeonato do Exército

Fase III Foi organizado mais uma vez pelo Centro de Tropas Comandos, decorreu na semana de 16 a 20 de abril, nas carreiras de tiro de 300 m e 25 metros da EPI, integrado no calendário desportivo militar de 2012.

A nossa Brigada fez-se representar nesta fase, por uma delegação de atletas do RC6, RI19, RI14, RI13, RE3 e UnAp da BrigInt.

De salientar, o espirito de grupo e de camaradagem demonstrado pela equipa durante o campeonato, onde conseguiram bons resultados, levando-os a obter o 2º lugar por OCAD's, tendo ficado em 1º lugar apenas com a diferença de 1 ponto a Brigada de Mecanizada.

Dos atletas da delegação da BrigInt, ficaram apurados para integrar a equipa do Exército para fase IV - Campeonato das Forças Armadas, o SAj Carlos Santos (3º Pistola), a Alf Maria Joaquim (3º Pistola) ambos da UnAp da BrigInt, e o SAj José Gonçalves (6º Carabina) do RC6. A tabela abaixo reflete as classificações obtidas.

Alf Tiago Batista
Of Tiro/RC6
baptista.tmd@mail.exercito.pt

CDM DUATLO BTT - FASE II

Inserido nas Competições Desportivas Militares (CDM), coube à Unidade de Apoio (UnAp) da Brigada de Intervenção (BrigInt), pelo segundo ano consecutivo, a organização e realização da prova. O Comando da BrigInt e a Mata Nacional do

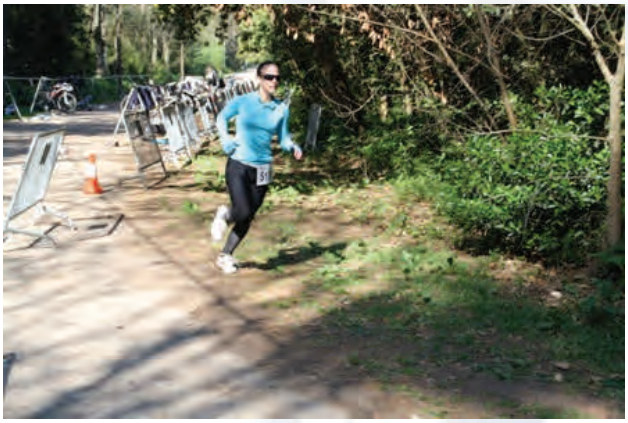
Choupal em Coimbra foram os palcos desta competição durante os dias 27 e 28 de março de 2012. A UnAp/BrigInt contou com a presença de 28 militares masculinos no 1º escalão, 13 militares masculinos no 2º escalão e 13 militares femininos. Contou ainda com a participação de algumas entidades convidadas pela UnAp/BrigInt, sendo elas: a Guarda Nacional Republicana de Coimbra, presente com 16 atletas masculinos; a Polícia Judiciária de Coimbra com 7 atletas; a Polícia de Segurança Pública da Figueira da Foz com 4 atletas masculinos; 5 atletas masculinos como individuais e, ainda, 1 militar feminina do Centro de Saúde Militar de Coimbra como individual.

ESCALÕES	DISTÂNCIAS
I Escalão Masculino (EM1) -Qualquer idade	1.ª Corrida - 5000 m (2 voltas) Ciclismo – 20000 m (2 voltas) 2.ª Corrida – 2500 m (1 volta)
II Escalão Masculino (EM2) - A partir 40 anos	
I Escalão Feminino (EF1) – Qualquer idade	1.ª Corrida - 2500 m (1 voltas) Ciclismo – 10000 m (1 voltas) 2.ª Corrida – 1250 m (½ volta)

A CDM de Duatlo BTT é composta por:

Tabela classificativa do 1ºescalão masculino (EM1)				
Class	**Posto**	**Nome**	**UEO**	**Tempo**
1º	Furr	Nogueira	RI14	1:12:06
2º	2Sarg	Gonçalves	RI14	1:13:34
3º	1Cab	Lopes	UnAp/ BrigInt	1:16:13
Tabela classificativa do 2ºescalão masculino (EM2)				
Class	**Posto**	**Nome**	**Unidade**	**Tempo**
1º	1Sarg	Dias	RI14	1:19:01
2º	Cor	Rodrigues	RC6	1:22:40
3º	SAj	Moreira	RI14	1:23:11
Tabela classificativa do 1ºescalão feminino (EF1)				
Class	**Posto**	**Nome**	**Unidade**	**Tempo**
1º	Sold	Pereira	RC6	55:46
2º	2Cab	Albuquerque	RI14	58:20
3º	Alf	Tinoco	RC6	58:30

Tabela classificativa da Taça de Mérito Desportivo				
UEO	**Escalões**	**Class/ Equipas**	**Pontos**	**Class**
RC6	EM1	2º	5	1º
	EM2	2º		
	EF1	1º		
RI14	EM1	1º	6	2º
	EM2	1º		
	EF1	4º		
UnAp/ BrigInt	EM1	5º	9	3º
	EM2	3º		
	EF1	2º		
RI13	EM1	3º	10	4º
	EM2	4º		
	EF1	3º		
RE3	EM1	4º	13	5º
	EM2	4º		
	EF1	5º		
RI19	EM1	6º	15	6º
	EM2	4º		
	EF1	5º		



concretizada com o maior rigor possível, de modo a estar de acordo com o Regulamento Técnico de Duatlo da Federação de Triatlo de Portugal, tendo este sido sujeito a alterações devido à presença de atletas civis, estando sempre em concordância com o Regulamento de Competições do Exército.

Realço a colaboração da Câmara Municipal de Coimbra, do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, da Associação de Benfeitores dos Recursos Hídricos do Baixo-Mondego e da Federação de Triatlo de Portugal, que facultaram os meios para a realização da prova. Estas colaborações só foram possíveis pela excelente relação da BrigInt com a comunidade onde se insere e que também serviu para reforçar a projeção da imagem da BrigInt e, por consequência, do Exército junto das edilidades do Distrito.

As classificações nesta CDM foram as seguintes:

A organização da prova foi planeada e

Alf Ed Física Ricardo Ferreira
2ºCmdt CCS / Of EDFísica

TIRO PRÁTICO – 1ºSEMESTRE 2012

A modalidade de Tiro Prático (Dinâmico) na disciplina Standard é integrada nas atividades da Equipa de Tiro do Exército (ETE), por despacho de 10MAR09 de S.Exª o Gen CEME, passando a participar nos campeonatos de tiro constantes no calendário da Federação Portuguesa de Tiro.

O despacho de 28MAR12 de S.Exª o Gen CEME, autoriza e define a participação da ETE nas provas da Federação Portuguesa de Tiro. Desta forma a atividade da Equipa fica claramente definida, passando o esforço a ser exercido apenas nas provas que contam para o Campeonato Nacional e Taça de Portugal. No ano de 2012, estas resumem-se a cinco competições desportivas: C Reg Norte IPSC, C Reg Sul IPSC, C Reg Centro IPSC, C Nacional IPSC e Open Portugal IPSC.

Vista panorâmica das Pistas na Carreira de Tiro Dinâmica em Vila Verde

Atiradores Suíços

"Shoot Off"

Sorteio

Das provas até agora realizadas (as duas primeiras) damos seguidamente conta dos aspetos mais relevantes.

O Campeonato Regional Norte decorreu nos dias 31 de março e 1 de abril, em Vila Verde, Braga. A responsabilidade da sua organização foi da Sociedade de Tiro de Braga (STB), destacando-se a curiosidade de nos seus Corpos Sociais, o SAj Tm José Gonçalves colocado no RC6, desempenhar a função de Presidente, onde tem feito um trabalho digno de registo. Destaca-se o trabalho excecional no campo de tiro, que consideramos o melhor campo de tiro em Portugal, para a prática da modalidade e na organização de diversas competições.

A prova desenrolou-se com uma organização de

excelência, tendo participado na prova, mais de uma centena de atiradores, entre os quais cinco suíços, uma atiradora russa e quinze espanhóis. A competição foi constituída por 11 pistas, num total de 171 tiros, tendo sido realizado no final um *"Shot Off"*.

A ETE obteve o terceiro lugar por equipas, sendo a classificação individual obtida pelos atiradores da ETE a seguinte:

- SAj Cav Paulo Verdade, em 8º da geral, 5º lugar nacional;
- 1Sarg Mat Paulo Fernandes, em 13º lugar da geral, 9º lugar nacional;
- SAj Cav Rui Silva, em 43º lugar da geral, 34º lugar nacional.

O "*Shoot Off*", é uma prova em que pares de atiradores, competem à maior de três, por eliminação direta, a qual foi ganha pela atiradora suíça Cláudia Fricker, com um desempenho excecional, mostrando que o tiro dinâmico não é domínio absoluto dos homens.

A prova da excelência de organização foi mais tarde realçada, no final da prova, após a distribuição dos prémios, a STB presenteou os atiradores com um sorteio variado, no qual uma pistola Smith *& Wesson* foi atribuída a um atirador.

Releva-se o facto de, no ano de 2013, o Campeonato Europeu de IPSC ser realizado em Portugal, pelo que se aguarda com grande expectativa este evento e se a sua organização estiver a este nível, vai ser sem dúvida nenhuma, mais uma forma de mostrar a excelência do povo Lusitano.

O Campeonato Regional Sul realizou-se nos dias 21 e 22 de abril em Belas nas instalações da

Equipa de Tiro Prático do Exército

Unidade Especial de Policia (UEP). A prova foi constituída por oito pistas, num total de 142 tiros, contou com a participação de 120 atiradores nas diversas divisões. A prova não teve a participação de atiradores estrangeiros, tendo as classificações individuais, dos atiradores da ETE, as seguintes:

- SAj Cav Paulo Verdade, em 6º lugar;
- 1Sarg Mat Paulo Fernandes, em 13º Lugar;
- SAj Tm José Gonçalves, em 14º lugar;
- SAj Cav Rui Silva, em 23º lugar.

Os resultados até agora obtidos demonstram o esforço e dedicação dos atiradores da ETE, esperando-se uma natural melhoria nos resultados com o regresso à competição do SAj Cav Rui Siva, que esteve integrado no GAM/FND/KFOR no 2º Semestre de 2011, no Teatro de Operações do Kosovo. Para esta melhoria contamos também com uma continuidade no treino, que tal como o treino de tiro aos mais baixos escalões táticos, pode ser feito grande parte em seco, para que os automatismos sejam interiorizados obtendo assim resultados mais rapidamente. Para isso basta que o treino seja semanal, repetitivo e consistente.

SAj Cav Paulo Verdade
G3/BrigInt
verdade.pjfsg@mail.exercito.pt

EXERCENDO CIDADANIA

Unidade	Período do Apoio		Tipo de Apoio
	De	a	
UnAp	1ºSEMESTRE 2012		Apoio ao Curso de Formação de Cozinheiros, no âmbito do Protocolo com o IEFP – Coimbra.
UnAp	05JAN12		Apoio a agentes da Capitania do Porto de Aveiro com a cedência da carreira de tiro da Gala /Fig. da Foz para realização de tiro.
UnAp	12JAN12		Apoio ao Concerto de Ano novo no âmbito da parceria entre a Brigada de Intervenção e a Orquestra Clássica do Centro.
UnAp	13JAN12		Apoio a militares da GNR - Comando Territorial de Aveiro com cedência da carreira de tiro da Gala/Figueira da Foz para realização de tiro.
UnAp	18JAN12	20JAN12	Apoio a militares do GIPS/UI/GNR - Pombal com cedência da carreira de tiro da Gala/Figueira da Foz para realização de tiro.
UnAp	1ºSEMESTRE 2012		Apoio à Fundação Portuguesa de Cardiologia – Delegação Centro com cedência de instalações no âmbito do Programa De Iniciação à Atividade Física (PIAF).
UnAp	04FEV12		Apoio ao núcleo de Leiria Liga dos Combatentes, com empenhamento de terno de clarins.
UnAp	16 FEV12	17 FEV12	Apoio a militares da GNR – Comando Territorial de Coimbra com cedência da carreira de tiro.
UnAp	1ºSEMESTRE 201		Apoio PSP - Coimbra com cedência de instalações do ex: BSS.

UnAp	08 E 09MAR12		Apoio Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra com cedência de 02 tendas 12P.
UnAp	09 E 10MAR12		Apoio ao Coral Quecofónico do Cifrão – Tuna da Faculdade de Econ. Univer. de Coimbra com cedência de colchões.
UnAp	13MAR12		Apoio Comp. Bombeiros Sapadores de Coimbra com cedência de tribuna e cadeiras.
UnAp	14MAR12		Apoio em visita ao aquartelamento de um grupo de crianças do Centro Social de São João – Coimbra.
UnAp	16MAR12	18MAR12	Apoio clube de futebol União de Coimbra em alojamento e alimentação.
UnAp	23MAR12		Apoio a estudantes de sociologia mediante solicitação da Ass. Académica de Coimbra, com cedência de material.
UnAp	24MAR12		Apoio Esc.Sup. de Tecn. Saúde de Coimbra com cedência de viat/cond. âmbito proj.l impar Portugal 2012.
UnAp	30MAR12	01ABR12	Cedência de 02 tendas 12P, no âmbito do Encontro Arciprestal de Jovens Cantanhede e Mira.
UnAp	30MAR	01ABR12	Apoio clube de futebol União de Coimbra em alojamento e alimentação.
UnAp	14ABR12		Cedência de viatura TP23 com condutor, no âmbito das comemorações do Dia do Combatente, na Batalha.
UnAp	14ABR12		Empenhamento de 01 Secção PE e 01 clarim, no âmbito do Dia do Combatente - 94º Aniversário da Batalha de La Lys, 76º Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido, no Mosteiro da Batalha.
UnAp	21ABR12	22ABR12	Cedência de material (2 tendas e 1 rede camuflagem) no âmbito da II Fase do campeonato nacional de Kayak Polo.
UnAp	25ABR12		Empenhamento de terno de clarins, no âmbito da cerimónia do hastear da bandeira nacional no município de Leiria.
UnAp	27ABR12		Empenhamento da Fanfarra, no âmbito do evento " Rota do Rancho".
UnAp	01MAI12		Apoio na visita ao aquartelamento Sant' Anna de ex-militares.
RI14	19JAN12		Apoio na visita da EB 2,3 de Cinfães ao RI14.
RI14	06FEV12	14FEV12	Visita do Agrupamento de Escolas Grão Vasco ao museu do RI 14.
RI14	16FEV12		Apoio à Direção Regional de Educação do Centro, na realização de corta-mato no âmbito do desporto escolar, com cedência de uma tenda 16P e Ponte Pedonal.
RI14	18FEV12	21FEV12	Apoio ao Clube Ori-Estarreja e Clube de Orientação de Viseu Natura na realização do evento Portugal “O” Meeting, com diverso material.
RI14	19FEV12		Apoio à Cerimónia de inauguração de uma lápide a um morto em combate, na freguesia de Santiago de Cassurrães – Mangualde. Contou com a presença de uma secção de Atiradores e 1 duo de corneteiros para a Guarda de Honra.
RI14	24FEV12	25FEV12	Apoio no evento Corrida Mundial da Harmonia.
RI14	03MAR12	03MAR12	Apoio à realização de jogos de FUTSAL no pavilhão desportivo, inseridos no Campeonato de Zona da Portugal Telecom.
RI14	06MAR12	06MAR12	Participação na reflorestação de área no Concelho de Mangualde por parte de militares do 2BI.
RI14	14MAR12	14MAR12	Visita à Coleção Visitável do RI14 por Escolas de Mangualde.
RI14	15MAR12	15MAR12	Exposição no Centro Comercial Palácio do Gelo sobre o tema “O Humor no Jornal do Exército 1961- 1974”.

RI14	21MAR12		Participação no evento “Feira à Nossa Moda” com uma viatura PANDUR na Escola Básica Dr. Luís Loureiro em Silgueiros; Visita à Coleção Visitável por uma turma de 15 alunos de um Curso de Educação e Formação na área de informática, pertencentes à Escola do Viso.
RI14	22MAR12		Visita pastoral de S. Exa. Revª. o Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança ao RI14 – com a presença das forças militares e de segurança de Viseu.
RI14	23MAR12		Visita ao RI14 do Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique – (Escola Básica de Jugueiros).
RI14	24MAR12	25MAR12	Apoio ao evento “ II Seminário de Educação e Comportamento Canino ”, nas instalações do RI14.
RI14	27MAR12	24ABR12	Apoio a diversas escolas (ESEV- Curso de Animação Cultural, ESTGV – Curso de Engenharia de Informática, ESSV – Curso de Enfermagem, ESEV – Curso de Educação Básica, ESEV – Curso de Publicidade e Relações Públicas) através de cedência de espaço para construção de carros alegóricos.
RI14	29MAR12	02ABR12	Cedência de 100 colchões à Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul, para realização de evento “Torneio – I Termas Andebol Cup “.
RI14	31MAR12		Cedência de 20 mesas de refeitório à Associação de Radioamadores da Beira Alta, para realização de evento “Exposição de Rádios Arba 2012 “, no Pavilhão Multiusos de Viseu.
RI14	06ABR12		Participação no evento religioso organizado pela Ordem Terceira de S. Francisco – “Procissão do Enterro do Senhor “. O andor foi transportado por 06 militares.
RI14	10ABR12		Colaboração num projeto curricular do Curso de Turismo, do 3º Ano, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, elaborando um inquérito por vários militares; visita ao RI14 por um grupo de alunos e professores responsáveis da Escola NUCLISOL.
RI14	11ABR12		Participação nas cerimónias do 94º Aniversário da Batalha de La Lys. Contou com a presença de um Pelotão de Atiradores e 1 Secção de caixas e corneteiros para a Guarda de Honra ao altar. Visita ao RI14 por grupos de alunos e professores responsáveis do Instituto Jean Piaget.
RI14	12ABR12		Visita ao RI14 por grupos de alunos e professores responsáveis do Agrupamento da Escola da Ribeira.
RI14	13ABR12	16ABR12	Apoio de alojamento e 1ª refeição a um grupo de coristas franceses solicitado pela Câmara Municipal de Mangualde, no âmbito de realização de evento cultural.
RI14	16ABR12		Visita ao RI14 por grupos de alunos e professores responsáveis da Escola da Póvoa de Sobrinhos.
RI14	17ABR12		Visita ao RI14 por grupos de alunos e professores responsáveis da Escola Viseu Norte.
RI14	18ABR12		Visita ao RI14 por grupos de alunos e professores responsáveis da Escola EB 2 3 Infante D. Henrique. Visita ao RI14 por grupos de alunos e professores responsáveis do Colégio da Via Sacra. Apoio à Escola Superior Agrária, através do empréstimo de 150 tigelas.
RI14	21ABR12		Apoio à Casa de Saúde S. Mateus com empréstimo de tenda 1ºs socorros, para realização de evento “Casa Solidária” – Ações na População de Viseu. Apoio à Associação de Paralisia Cerebral de Viseu, nas comemorações do 30º aniversário desta associação, com empréstimo de tenda e confeção de rancho à RI14 para 300 pessoas.

RI14	22ABR12		Apoio à Federação Académica de Viseu, através do empréstimo de uma tribuna.
RI14	25ABR12		Cedência das instalações do RI14 para a sessão extraordinária do 38º aniversário das comemorações do 25 de abril.
RI14	27ABR12		Participação na "Rota do Rancho" – edição de 2012. Confeção do rancho à RI 14 e participação com a Fanfarra da BrigInt na inauguração do evento.
RI14	01MAI12		Apoio à Associação de Comandos da Delegação de Viseu nas comemorações do seu 32º aniversário, com o seguinte programa: missa, cerimónia de homenagem aos mortos e almoço convívio no rancho geral.
RI14	04MAI12		Apoio à Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Celebração de missa, cerimónia de homenagem aos mortos e almoço convívio.
RI14	05MAI12		Apoio a uma prova de duatlo organizada pelo INATEL de Viseu, através da confeção da 2ª refeição. Apoio à marcha da festa de São Salvador-Viseu, através do empréstimo de material de cozinha.
RI14	06MAI12	08MAI12	Apoio à peregrinação a Fátima (posto de Almaça), através do empréstimo cobertores e colchões.
RI14	10MAI12		Visita e participação em atividades no âmbito da instrução militar do Agrupamento de Escolas de Castro Daire.
RI19	03ABR12		Apoio ao Centro de Recursos para Inclusão – Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real (CRI-APCVR) numa visita ao Regimento.
RI19	09ABR12		Apoio à Liga dos Combatentes, núcleo de Chaves, na realização da Cerimónia de Homenagem aos Mortos durante as comemorações do Dia do Combatente – Batalha La Lys.
RI19	15ABR12		Apoio à comissão de festas da Senhora das Brotas, no transporte do andor com uma força de efetivo secção (01 sargento e 07 praças).
RI19	21ABR12		Apoio em alojamento a 07 elementos do Circulo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (grupo CITAC) que realizou um espetáculo em Chaves organizado pela Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Chaves.
RI19	03MAI12		Apoio à UTAD – Polo de Chaves na realização de um jogo de basquetebol em cadeira de rodas (Associação Portuguesa de Deficientes) no âmbito da unidade curricular "Turismo para Populações Especiais" da licenciatura em Turismo.
RI19	12MAI12		Apoio ao convívio da companhia de Caçadores N.º 816 na realização da Cerimónia de Homenagem aos Mortos em Combate.
RI19	15MAI12		Apoio ao Agrupamento de Escolas de Arões – EB 1/JI de Ferreiros – Fafe com a execução de uma pista ambiental e apresentação em parada da evolução dos Símbolos Nacionais.
RI19	19MAI12		Apoio ao convívio do Batalhão de Caçadores N.º 5011 na realização da Cerimónia de Homenagem aos Mortos em Combate e almoço convívio no refeitório do Regimento.

RI19	26MAI12		Apoio ao convívio do Batalhão de Caçadores N.º 1916 na realização da Cerimónia de Homenagem aos Mortos em Combate e almoço convívio no refeitório do Regimento.
RI19	03JUN12		Apoio ao convívio da Companhia de Caçadores Especiais N.º 374 na realização da Cerimónia de Homenagem aos Mortos em Combate e almoço convívio no refeitório do Regimento.
RAAA1	03JAN12	17FEV12	Apoio ao Dia da Defesa Nacional;
RAAA1	14JAN12		Desfile no IO; concerto do grupo de metais no IO; Concerto da Banda do Exército em Elvas.
RAAA1	17MAR12		Concerto pelo quarteto saxofones no DHCM.
RAAA1	20MAR	21MAR	Montagem de tribuna na Ajuda - Lisboa (GNR).
RAAA1	02ABR12	04ABR12	Apoio ao Dia da Defesa Nacional.
RAAA1	10ABR12	07MAI12	Apoio ao Dia da Defesa Nacional.
RAAA1	09ABR12		A Fanfarra participou na Cerimónias Evocativas da Batalha de La Lys em Oeiras e Cascais.
RAAA1	19ABR12		Concerto da Banda do Exército na Embaixada da Venezuela, comemorativo da independência daquele país, e concerto na CULTURGEST em Lisboa.
RAAA1	22ABR12		Apoio com a Banda do Exército nas Cerimónias Comemorativas do 628º da Batalha dos Atoleiros em Fronteira.
RAAA1	25ABR12		Apoio com a Banda do Exército na Cerimónia Comemorativa do 38º aniversário do 25ABR74.
RAAA1	30ABR12		Através da Orquestra de Câmara da Banda Sinfónica do Exército, participou na Cerimónia de Investidura da Imagem de Nossa Senhora da Saúde em Lisboa.
RAAA1	02MAI12		A Fanfarra, participou com um terno de clarins na missa em louvor de S. Sebastião, em Lisboa.
RAAA1	05MAI12		Apoio com a Fanfarra, numa Cerimónia de Homenagem aos Antigos Combatentes em Mafra.
RAAA1	06MAI12		Apoio com a Banda do Exército e a Fanfarra, na procissão em Honra de Nossa Senhora da Saúde em Lisboa.
RC6	07JAN12	08JAN12	Apoio à Associação de Atletismo de Braga com cedência e montagem de uma tenda, no âmbito do Campeonato Norte de Pista Coberta.

RC6	08JAN12		Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde com Cedência e montagem de Tribuna.
RC6	14JAN12		Apoio na realização do Campeonato Regional de Corta Mato da Associação de Atletismo de Braga, com cedência de instalações.
RC6	17 E 18JAN12		Apoio à visita de uma delegação composta por alunos e técnicos do agrupamento de escolas Monsenhor Elísio Araújo.
RC6	01FEV12		Apoio à visita de 8 alunos e 01 professor da Escola Básica e Secundária de Vila Cova, Barcelos.
RC6	07FEV12		Apoio à visita de 58 alunos e 03 professores da Escola Profissional ETAP - Viana do Castelo.
RC6	07FEV12		Apoio à visita de 14 alunos e 3 professores da Escola Básica 2/3 de Freixo, Ponte de Lima;
RC6	09FEV12		Apoio à visita de 24 elementos da Fundação António Joaquim Gomes da Cunha.
RC6	20FEV12		No âmbito do protocolo celebrado entre o Exército Português e a Fundação Benfica, visita de uma delegação composta por 60 alunos, com idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos, e 4 adultos, provenientes do Porto.
RC6	03MAR12		Apoio com pernoita a um grupo de atletas do Clube de BTT Azuribike Mangualde Team.
RC6	19 MAR12	23MAR12	Apoio do RC6 em parceria com o CRBraga à Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto com exposição de viaturas e atividades no âmbito da Semana da Floresta;
RC6	21MAR12		Apoio à Escola Secundária Carlos Amarante no planeamento, organização, montagem e execução de uma Prova de Orientação, no interior da Unidade, destinada a alunos de diversas Escolas EB 2,3 e Secundárias da região de Braga.
RC6	22MAR12		Apoio à CLIP, Porto, com cedência de infraestruturas e na realização de atividades.

RC6	23MAR12		Apoio à Escola Secundária Carlos Amarante com cedência de Instalações para realização de atividades e de corrida e orientação.
RC6	22MAR	25MAR12	Apoio ao Centro de Recrutamento de Braga na AGRO 2012 – 45.ª Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, no Parque de Exposições de Braga, com material para o Expositor, operando a torre de multiatividades, cedendo uma viatura V-200 e uma viatura V-150 com o respetivo armamento e apoio também na execução de atividades de iniciação à equitação.
RC6	24MAR12		Apoio à Associação Mãos à Obra Portugal AMO Portugal - Braga na partida e chegada do passeio BTT, no interior do Aquartelamento.
RC6	28MAR12		Em 28 de março de 2012 o Regimento foi visitado por delegações de três instituições distintas num total de 100 (cem) visitantes: Grupo 1, constituído por 45 crianças e 4 adultos da Associação de Pais da EB1 de Lamaçães; Grupo 2, constituído por 20 crianças e 3 adultos da cruz vermelha de Braga; Grupo 3, constituído por 25 utentes e 3 acompanhantes do Instituto Monsenhor Airosa.
RC6	01ABR12		Apoio na realização do Campeonato Nacional de Corta Mato do INATEL. Apoio à AIA - Associação para a Inclusão e Apoio ao Autista, Braga com cedência e montagem de tendas.
RC6	03ABR12		Apoio à visita de 20 crianças e 03 adultos da Associação de pais e Encarregados de Educação da EB1/JI da Escola Ponte de Pedrinha.
RC6	16ABR12		Apoio em coordenação com o Centro de Recrutamento de Braga, à Cooperativa de Ensino ALFACOOP em Ruilhe, Braga, com cedência de 01 viatura blindada PANDUR com armamento orgânico e 01 viatura V150, no âmbito do “Fórum Profissões”.
RC6	21ABR	22ABR12	Apoio ao Braga Rugby com fornecimento de alojamento, alimentação e montagem de tendas nos campos de futebol da rodovia em Braga, no âmbito do Torneio de Rugby ”BRAGA YOUTH RUGBY CUP 2012”.
RC6	22ABR12		Apoio aos militares e ex-militares que integraram o ERec que foi projetado para Timor-leste em 2001, no âmbito do 1º encontro.
RC6	24ABR12		Apoio à visita de 105 alunos e 09 professores da Escola E/B 2/3 Professor Amaro Arantes.
RC6	26ABR12		Apoio à visita de 90 Alunos, Professores, Auxiliares e 02 representantes da Junta de Freguesia de Escudeiros, da Escola Básica, 1.º Ciclo e Jardim de Infância de Escudeiros.

RC6	26ABR12		Apoio à visita de 53 alunos e 04 Professores do Agrupamento de Escolas de Ribeira do Neiva.
RC6	26ABR	29ABR12	Apoio à Direção de Obtenção de Recursos Humanos (DORH), numa atividade de divulgação com 02 viaturas blindadas (01 V -200 e 01 V -150), na Feira Qualific@ - Fórum de Educação, Formação, Juventude e Emprego, na Exponor em Matosinhos.
RC6	28ABR12		Apoio ao Axis Golfe em Ponte de Lima, montando e operando a torre de multiatividades.
RC6	28ABR12		Apoio à Clínica Braga Medical Centre, através da disponibilização das suas infraestruturas e dos meios humanos e materiais necessários para a realização de atividades.
RC6	29ABR12		Apoio à realização de convívio do 107º Esquadrão de Cavalaria, mobilizado para Angola em 1961.
RE3	29JUN09	A DECORRER	PAOC (Frente de trabalho da Covilhã).
RE3	23JAN12	03FEV12	Regularização e limpeza de terrenos do Sporting Clube de Espinho.
RE3	03FEV12		Abertura da Barrinha de Esmoriz ao mar.
RE3	29MAR12	07ABR12	Apoio ao Esmoriz Ginásio Clube no Torneio Internacional de Voleibol de Esmoriz com a cedência de colchões e tendas.
RE3	18ABR12	20ABR12	Montagem da Torre Multiatividades na XVI ExpoColGaia12, em Gaia.
RE3	06MAI12	09MAI12	Apoio à Ordem de Malta na peregrinação a Fátima com a montagem de duas tendas 16P, colchões, cobertores e um atrelado de água.

Simbologia Heráldica, Hino e Grito da Brigada de Intervenção

Heráldica

Armas

- **Escudo azul, uma fortaleza quadrangular de prata;**
- **Elmo militar, de prata, forrado a vermelho, a três quartos para a dextra;**
- **Correia de vermelho, perfilada a ouro;**
- **Paquife e virol de azul e prata;**
- **Timbre: Um sagitário representado por um centauro vermelho, carnado, de cascos plantados no chão, empunhando arco e flecha orientados para as estrelas;**
- **Divisa: Um listel branco ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de negro, maiúsculas, de estilo elzevir "QUE FAMA ILUSTRE FIQUE".**

Simbologia e Alusão das Peças

- **A FORTALEZA, associada ao azul espacial, é uma alusão à missão da Brigada, significando a defesa direta do território e da fronteira do interesse nacional. A forma quadrangular da fortaleza, representa a estabilidade ancorada nos quatro cantos e o obstáculo frontal virado aos quatro pontos cardiais. Significa também a síntese dos quatro elementos da natureza: Água, Fogo, Terra e Ar. É uma alusão às tarefas da defesa firme, virada a todos os azimutes, e ao domínio necessário daqueles elementos para o seu cabal cumprimento;**
- **O SAGITÁRIO, símbolo do movimento, dos instintos nómadas, da independência e dos reflexos vivos é uma alusão às caraterísticas qualificativas da Brigada: Ligeira e de Intervenção, e ainda ao facto de se tratar de uma Unidade Operacional, logo desprovida de territorialidade. Por outro lado, a FLECHA, pronta a voar, a que se associa o Sagitário, perfaz uma síntese dinâmica em alusão à progressiva transformação do Homem pelo conhecimento, de ser animal em ser espiritualizado;**
- **A DIVISA "QUE FAMA ILUSTRE FIQUE" (Luís Vaz de Camões VIII - 37) é uma referência honrosa do Grande Poeta ao Infante D. Pedro, Duque de Coimbra (1392 - 1449), patrono da Brigada Ligeira de Intervenção. Na singeleza das exatas palavras reside motivação bastante e permanente deste Corpo de Tropas.**

Os Esmaltes Significam

- **O OURO: Fortaleza de ânimo, vigor, nobreza;**
- **A PRATA: boa fé, franqueza, retidão no procedimento;**
- **O VERMELHO: bravura, ardil, atrevimento;**
- **O AZUL: imaterialidade, sonho e pureza.**

Hino

A Brigada de Intervenção
Com seus gloriosos Agrupamentos
Demonstra em cada missão
Seus nobres sentimentos

Sempre altivos e confiantes
Sabedores da sua coesão
Marcham por campos distantes
Ao serviço da nação

Com pureza e lealdade
Uma generosidade sem igual
Lutam todos por uma verdade
Com destino Portugal

Com atrevimento e rigor
Franqueza garbo e retidão
Todos caminham com vigor
Na Brigada de Intervenção

(refrão) [bis]

Na Brigada de Intervenção
Um lema se canta em repique
Ostentando o seu brasão
"Que fama ilustre fique"

Grito

"Fama ilustre" ..... "Temos!"

"E para sempre" ..... "Fique!"

A Tsunami® recomenda o Windows® 7 Home Premium Genuíno.

Mais performance, menor consumo.

NOVOS MODELOS

equipados c/ a 3ª Geração de Processadores Intel® Core™ «Ivy Bridge»

- CPU 12% mais rápido
- Motor gráfico com desempenho melhorado, 1.8x
- Melhoria térmica em 50%*

WOOP 62W-64

NOVO CPU IVY BRIDGE
Intel Core™ i5-3450 (3.1GHz; 6MB Cache)
4GB DDR3 | HD 500GB 7200RPM | DVDRW
VGA Intel® HD Graphics 2500
Windows® 7 Home Premium 64 bits
Word 2007 e Excel 2007 incluídos

599€*

FRONTIER 62W-68

NOVO CPU IVY BRIDGE
Intel Core™ i5-3450 (3.1GHz; 6MB Cache)
8GB DDR3 | HD 500GB 7200RPM | DVDRW
VGA Radeon HD7750 1GB DDR5
Windows® 7 Home Premium 64 bits
Word 2007 e Excel 2007 incluídos

749€*

* PVPR - Preço Venda a Público Recomendado c/ IVA incluído. (*) máximo desempenho em comparação com a 2ª geração de CPUs Intel® Core™

WWW.TSUNAMI.PT

TSUNAMI®

FORÇA BLINDADA DE RODAS
Brigada Expedicionária
FND 2006/12

Missão	FND	TO	Início	Fim	Comandante
	1ºBI/BrigInt/EUFOR	Bósnia	22-Jul-06	28-Fev-07	TCor Inf Joaquim Sabino
	CmdBrigInt/EUTM	Uganda/Somália	14-Set-11	01-Jun-12	TCor Art Mariano Alves
	2ºBI/BrigInt/KFOR	Kosovo	12-Set-07	14-Mar-08	TCor Inf João Magalhães
	AgrMIKE/BrigInt/KFOR		25-Set-08	25-Mar-09	TCor Cav Jocelino Rodrigues
	1ºBI/BrigInt/KFOR		25-Mar-09	25-Set-09	TCor Inf Fernando Teixeira
	GAM/BrigInt/KFOR		25-Set-11	25-Mar-12	TCor Cav Paulo Marques
	1ºBI/BrigInt/KFOR		25-Mar-12	25-Set-12	TCor Inf José Sá
	UNENG3/BrigInt/UNIFIL	Líbano	12-Nov-07	29-Mai-08	TCor Eng Manuel Carvalho
	UNENG4/BrigInt/UNIFIL		20-Mai-08	29-Nov-08	TCor Eng Jorge Caetano
	UNENG7/BrigInt/UNIFIL		02-Dec-09	01-Jun-10	TCor Eng João Almeida
	UNENG10/BrigInt/UNIFIL		23-Mai-11	16-Jan-12	TCor Eng Augusto Sepulveda
	2ª OMLT/BrigInt/ISAF	Afeganistão	22-Out-08	25-Abr-09	TCor Art Luís Henriques
	3ª OMLT /BrigInt/ISAF		13-Abr-09	23-Out-09	TCor Inf Paulo Santos
	4ª OMLT /BrigInt/ISAF		19-Out-09	12-Abr-10	TCor Art Luís Monsanto
	5ª OMLT /BrigInt/ISAF		12-Abr-10	17-Out-10	TCor Inf Joaquim Pereira
	6ª OMLT /BrigInt/ISAF		17-Out-10	17-Abr-11	TCor Inf João Godinho
	7ª OMLT.G /BrigInt/ISAF		17-Abr-11	19-Out-11	TCor Art António Paradelo
	3º Módulo Ap/BrigInt/ISAF		13-Abr-09	23-Out-09	TCor Cav Joaquim Conceição
	4º Módulo Ap/BrigInt/ISAF		19-Out-09	12-Abr-10	TCor Inf Arnaldo Costeira
	5º Módulo Ap/BrigInt/ISAF		12-Abr-10	17-Out-10	TCor Cav Manuel Lapa
	6º Módulo Ap/BrigInt/ISAF		17-Out-10	17-Abr-11	TCor Inf Rui Cleto
	7º Módulo Ap/BrigInt/ISAF		17-Abr-11	19-Out-11	TCor Inf Luís Basto
	NTM – I	Iraque	12-Fev-06	05-Ago-06	TCor Inf Artur Brás
	NTM – I		05-Ago-07	13-Fev-08	TCor Cav Carlos Sernadas